



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE OUTUBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 285, 293, 296 a 300, 302 e 304/XVI/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 324 a 326, 334 a 336 e 339 a 341/XVI/1.^a.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de um Deputado do L.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-

Ministro (Luís Montenegro), que, após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente saudou a presença nas galerias de um grupo de 30 cidadãos de Penacova e de um grupo de alunos e professores da Escola Profissional da Região Alentejo.

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate conjunto, com a participação do Governo, sobre as prioridades da presidência húngara do Conselho da União Europeia e sobre o relatório anual quanto ao acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, previstos na alínea c) do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, juntamente com a apreciação do Projeto de Resolução n.º [318/XVI/1.ª](#) (CAE) — Apreciação do relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2023». Intervieram, além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Paulo Rangel), os Deputados [Telmo Faria](#) e [Paulo Moniz](#) (PSD), [Ana Sofia Antunes](#) e [Eduardo Pinheiro](#) (PS), [Nuno Simões de Melo](#) e [João Tilly](#)

(CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Ao abrigo do mesmo artigo do Regimento, procedeu-se a um debate, com a presença do Governo, sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente, previsto na alínea b) do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Nuno Sampaio) e da Secretária de Estado da Defesa Nacional (Ana Isabel Xavier), que abriram o debate, os Deputados [Liliana Reis](#) (PSD), [José Costa](#) (PS), [Bruno Nunes](#) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), que deu explicações no seguimento de um pedido de defesa da honra da bancada exercido pelo Deputado [António Filipe](#) (PCP)

Deu-se conta de três Deputados do PSD, três Deputados do PS e um Deputado do CH que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 1 minuto.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde.

Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo. Sejam muito bem-vindos à Assembleia.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Peço às autoridades para abrirem as galerias ao público que deseje assistir à nossa sessão.

Vou pedir ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira o favor de ler o expediente desta sessão.

Faça favor.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas.

Refiro, em primeiro lugar, os Projetos de Lei n.ºs [285/XVI/1.ª](#) (L) — Cria o conselho nacional para o bem-estar e proteção animal, [293/XVI/1.ª](#) (CH) — Reforça a proteção dos animais de companhia, alterando o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro, [296/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que aprova o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental, no sentido de aditar medidas de proteção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios, [297/XVI/1.ª](#) (BE) — Cria a carreira especial de técnico auxiliar de educação, [298/XVI/1.ª](#) (BE) — Altera a cobrança de encargos pelas instituições de crédito nas operações realizadas em plataformas eletrónicas operadas por terceiros, [299/XVI/1.ª](#) (PS) — Revoga a propina no ensino do português no estrangeiro, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, [300/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reforça medidas urgentes de apoio às populações afetadas pelos incêndios ocorridos em setembro de 2024, [302/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera o regime de concessão de asilo e proteção subsidiária, com vista a reforçar o controlo das fronteiras externas e da permanência e trânsito de cidadãos estrangeiros em território nacional e [304/XVI/1.ª](#) (PAN) — Consagra a natureza pública dos crimes de violação e outros crimes contra a liberdade sexual, procedendo à alteração do Código Penal.

Refiro ainda os Projetos de Resolução n.ºs [324/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à implementação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, dando continuidade aos projetos já aprovados e em curso e aos investimentos programados para a região da Serra da Estrela, [325/XVI/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda o reforço do apoio às mulheres com endometriose no Serviço Nacional de Saúde, [326/XVI/1.ª](#) (BE) — Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior, [334/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que, sem prejuízo das necessárias dragagens, seja garantida a reconfiguração do porto de mar de Vila Praia de Âncora, [335/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a operacionalização de matadouros móveis, [336/XVI/1.ª](#) (BE) — Intervenção urgente nas áreas ardidas nos incêndios de setembro de 2024 para apoio às populações, estabilização dos solos e reconversão florestal, [339/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda o apoio às populações e o desenvolvimento e implementação de um plano integrado de restauro ecológico e prevenção de incêndios, [340/XVI/1.ª](#) (IL) — Realizar um projeto-piloto com PPP na gestão clínica de unidades locais de saúde e [341/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que retome o pagamento do subsídio de insularidade a todos os guardas prisionais que estão a cumprir a sua missão nas regiões autónomas.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Temos ainda um parecer para votar, pelo que peço a atenção dos Srs. Deputados.

Faça favor, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados emitiu parecer no seguinte sentido:

«A suspensão do mandato requerida pelo Deputado Eduardo Jorge Costa Pinto (círculo eleitoral do Porto), com efeitos a partir do dia 7 de outubro de 2024 e até ao dia 31 de janeiro de 2025, cumpre os requisitos legais, sendo substituído por Filipa Maria Gonçalves Pinto (círculo eleitoral do Porto), com efeitos a partir do dia 7 de outubro de 2024, inclusive.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar este parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

Estamos então em condições de entrar no primeiro ponto da nossa ordem do dia, que é o debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento, pelo que peço silêncio à Câmara.

Lembro aos presentes nas galerias que podem assistir, mas não se podem manifestar relativamente ao que se passar no Hemiciclo.

Srs. Deputados, peço a quem está em pé o favor de se sentar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O pessoal do PSD é sempre igual!

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Isto para o Governo: há novos ecrãs no Hemiciclo, que permitem a visualização do tempo de intervenção de uma forma mais fácil, portanto, dava esta novidade, agora que já está em funcionamento, desde setembro.

Vou dar, então, a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para uma intervenção inicial de 10 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo assumiu funções há seis meses e, movido por um espírito reformista e transformador, continua plenamente focado em executar o seu Programa — um Programa que foi sufragado nas urnas e apresentado neste Parlamento — e concentrado em resolver os problemas das pessoas, colocando a economia a crescer e, através dela, criando condições para salvaguardar o Estado social.

No seguimento dos acordos alcançados com representantes dos professores, das forças de segurança, dos guardas prisionais e dos oficiais de justiça, resolvemos questões socioprofissionais que estavam pendentes há anos.

Desde que aqui estive, no debate sobre o estado da Nação, celebrámos um acordo de valorização remuneratória com os sindicatos dos enfermeiros, valorização que não acontecia há 15 anos, e continuamos a negociar com os médicos. Procedemos também à maior valorização de sempre das Forças Armadas Portuguesas,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... dignificando a carreira e criando condições mais atrativas para aumentar o número de efetivos.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a ação do Governo não se esgotou neste amplo leque de negociações, acordos e medidas com as classes profissionais — muito longe disso! Mantivemos um rumo de transformação estrutural do País.

Em matéria de habitação, assinámos contratos e termos de responsabilidade com dezenas de municípios para a construção de cerca de 10 100 habitações, no âmbito do programa Construir Portugal,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... acelerámos a execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), através da redução da burocracia e de um maior envolvimento das autarquias locais,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... aumentámos de 26 000 para 59 000 o número de novas casas a disponibilizar nos próximos seis anos, incluindo habitação acessível para a classe média.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — No plano social, procedemos a uma revisão dos protocolos de cooperação com as instituições sociais, que vai permitir aumentar a comparticipação das respostas sociais, sobretudo nas valências dirigidas às pessoas mais idosas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi para estes, de resto, que o Governo aumentou, logo no início do seu mandato, o complemento solidário para idosos para 600 € e eliminou da condição de recursos os rendimentos dos filhos, garantindo, ao mesmo tempo, uma comparticipação de 100 % nos medicamentos. Já este mês, 2 milhões e 400 mil pensionistas vão receber um suplemento extraordinário, num valor que medeia entre os 100 € e os 200 €.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Procedemos, ontem mesmo, à revisão e atualização do estatuto da pessoa idosa, bem como do Estatuto do Cuidador Informal, e avançámos com regras de atualização das pensões que vêm introduzir mais justiça.

Na educação, apresentámos e estamos a executar o plano + Aulas + Sucesso, e lançámos novos incentivos para um concurso extraordinário de recrutamento de docentes.

Na economia, estamos a implementar as mais de 50 medidas do programa Acelerar a Economia.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E vamos continuar a transformar o País, desde logo, com um conjunto de medidas na área da mobilidade, da sustentabilidade e da transição energética, que, amanhã mesmo, um Conselho de Ministros extraordinário irá aprovar.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Destaco, entre outras, a medida da criação do passe ferroviário, que vai garantir o acesso dos portugueses a todos os comboios, com exceção do *Alfa Pendular*, com um custo para o utente de apenas 20 € mensais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero realçar ainda mais três questões.

Em primeiro lugar, a execução do Plano de Emergência e Transformação na Saúde: das 54 medidas, 15 estão concluídas — 10 das quais urgentes, de entre as quais destaco o OncoStop —, 32 estão em curso e as restantes 7 iniciar-se-ão até março de 2025. Já na próxima segunda-feira, de resto, teremos também, finalmente, o início da obra do novo Hospital de Todos os Santos.

Em segundo lugar, quero aqui abordar a vaga de incêndios que há duas semanas atingiram o norte e o centro do País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É melhor não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Reitero o pesar pelas vítimas, entre as quais quatro bombeiros, heróis que deram a vida a defender Portugal e os portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Reitero também a solidariedade para com todos aqueles que perderam as suas casas, as suas propriedades, os seus bens, os seus animais, as suas empresas. A todos os que participaram nas operações de combate aos fogos — bombeiros, agentes da proteção civil, forças de segurança, militares, autarcas e mesmo as populações locais, que muito ajudaram —, expresso a gratidão do Governo e do povo português.

Perante este flagelo, prevenimos na medida do possível, combatemos com tudo o que tínhamos e estamos já a recuperar com celeridade e simplificação.

Prevenimos ao declarar o estado de alerta perante os avisos meteorológicos das condições extremas que se avizinhavam.

Combatemos com o maior dispositivo de sempre no combate a incêndios, o maior jamais mobilizado no nosso País, e reforçámos as capacidades nacionais com uma imediata ativação do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, ao abrigo do qual contámos com a colaboração de Espanha, França, Itália e Grécia, ao mesmo tempo que também solicitámos, e tivemos, o apoio do Reino de Marrocos.

Fizemos o que estava ao nosso alcance, o que não significa que não estejamos disponíveis para aprofundar tudo aquilo que aconteceu nestes incêndios — aquilo que aconteceu e que foi bem gerido e, eventualmente, aquilo que não foi tão bem gerido.

Mas estamos, sobretudo, já a recuperar. Criámos de imediato uma equipa multidisciplinar, coordenada pelo Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, que se deslocou logo aos locais mais afetados para garantir o apoio às populações e às autarquias atingidas. Para tal, também já tivemos ocasião de acordar, com a Presidente da Comissão Europeia, uma verba de 500 milhões de euros de fundos europeus, da Coesão, para cobrir os prejuízos dos fogos, e já adiantámos do Orçamento do Estado, ainda antes de ter este financiamento operacionalizado, 100 milhões de euros para as despesas mais urgentes.

Estamos empenhados em acelerar e simplificar os processos de recuperação, e estamos sobretudo centrados em fazer o apoio chegar o mais cedo possível à vida das pessoas.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, na próxima semana entregaremos a proposta de Orçamento do Estado para 2025. Estando neste momento a decorrer conversações com os partidos representados na Assembleia da República, não me vou alongar.

Temos, de facto, de garantir a aprovação do Orçamento para o próximo ano.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O interesse nacional assim o exige. O contexto internacional assim o impõe. O sentido de Estado assim o determina. Os portugueses não compreenderão um cenário diferente.

Cada um deve estar à altura das suas responsabilidades.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isto mesmo foi evidenciado no recente acordo na concertação social, em que a UGT (União Geral de Trabalhadores) afirmou que se estava a ir mais longe na valorização dos trabalhadores,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!... Grande exemplo...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... em que a CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) realçou a prova de maturidade ínsita no acordo e em que a CIP (Confederação Empresarial de Portugal) destacou o estímulo à produtividade.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ou seja, os parceiros sociais estão com o País, e os portugueses contam com o Governo. A questão será, pois, a de saber onde estarão as oposições.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Na oposição!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Perante a situação que temos neste momento, com o resultado das rondas negociais que efetuámos com todas as bancadas, apresentarei, ainda hoje, uma proposta que considero irrecusável.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Eh pá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Governo nunca quis, nem quer, eleições antecipadas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se elas vierem a ocorrer, os portugueses perceberão facilmente quem são aqueles que se possam ter escondido atrás das convicções e vitimizações, com o fito de provocar eleições.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Da parte do Governo, estaremos serenos: os tempos que vivemos exigem lucidez, bom senso, boa-fé e lealdade — lealdade entre os partidos, mas sobretudo lealdade entre a política e as pessoas, entre a política e os portugueses.

Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, o PS não bateu palmas porquê?

O Sr. **Presidente**: — Vamos iniciar agora as perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do Partido Socialista, que dispõe de 11 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de agradecer ao Sr. Primeiro-Ministro esta amizade com o Partido Socialista!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, nós estamos de acordo na vontade de termos um Orçamento viabilizado e na vontade de conseguirmos evitar eleições antecipadas. Esse objetivo é partilhado por ambos.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que iria apresentar uma proposta irrecusável ao Partido Socialista.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oh lá!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ora, foi exatamente uma proposta irrecusável que o PS apresentou ao Governo —...

Aplausos do PS.

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É só corações um para o outro!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... — irrecusável porque razoável.

O Partido Socialista podia ter apresentado para negociação 20 medidas, e, para mostrar a sua flexibilidade, desistir de 18 e manter 2. Aquilo que nós quisemos desde o início foi ser sérios, frontais e transparentes.

E é por isso que apresentamos apenas duas condições para viabilizar o Orçamento do Estado — duas condições e uma flexibilidade total para, assim, viabilizarmos um Orçamento do Estado que nunca será o nosso, com o qual nós nunca concordaremos,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oh! Oh!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... um Orçamento que tem centenas de páginas, centenas de artigos e de medidas com as quais nós nunca concordaremos.

Mas nós não nos pusemos de fora, apenas apresentamos duas condições. E que duas condições são essas? A retirada de duas medidas.

Sr. Primeiro-Ministro, vou poupá-lo às minhas convicções e às convicções do PS e vou invocar uma instituição financeira internacional que é insuspeita de ser socialista e esquerdista.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Extraordinário! Disse mal das medidas do PS!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ora, o IRS Jovem (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) é, como diz o FMI (Fundo Monetário Internacional), uma medida errada. É uma medida cara, como diz o FMI e como diz o Conselho das Finanças Públicas.

Protestos de Deputados do CH, da IL e do CDS-PP.

É uma medida injusta, como podemos perceber pelos cálculos da PwC ou da Deloitte.

Dou-lhe apenas um exemplo: dois trabalhadores solteiros, sem filhos, com um salário de cerca de 2000 € — um, com 35 anos, paga um IRS, ao final do ano, de 1399 €; um cidadão português com 36 anos, nas mesmas condições, paga, no final do ano, 4501 €.

Esta é uma medida profundamente injusta,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não, mas a vossa é que é justa!...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... mas, pior, naquilo que interessa ao Governo, ela é, segundo o próprio FMI, ineficaz do ponto de vista dos objetivos de política económica que o Governo pretende atingir.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não é só o FMI, são também empresários da área do PSD que dizem que a medida é uma fantasia, se o objetivo for reter ou atrair jovens talentos para Portugal. Ela é errada, ela é cara, ela é injusta, ela é ineficaz.

Mas tem um outro problema, e esse é intransponível, seja qual for a modelação que queira apresentar sobre a medida ou o alargamento, sequer, do que temos hoje.

É que aquilo que o FMI nos diz e nos mostra são dados que nos permitem, a todos, perceber rapidamente que a receita que o Estado arrecada de IRS em percentagem do PIB (produto interno bruto), isto é, em percentagem da riqueza gerada pelo nosso País, está muito abaixo da média europeia.

O País não pode continuar a perder, a erodir, a sua base fiscal. E não pode porquê? Não pode porque o Estado precisa de ter capacidade financeira, capacidade orçamental, para continuar a pagar a sua dívida pública,

para financiar o investimento público a partir de 2026, quando já não vai contar com o PRR, e para financiar os serviços públicos.

A Iniciativa Liberal, que muitas vezes invoca as estatísticas para suportar os seus argumentos,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... e bem, conhece também estes dados. Agora, o projeto liberal, o projeto da direita, consciente para uns, inconsciente para outros, é, no final do dia, entregar cada vez mais áreas da vida humana e coletiva ao mercado, porque entendem que o mercado fará melhor esse serviço.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso faz!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Obviamente, nenhum Governo consegue ganhar eleições prometendo ou anunciando a privatização do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Nunca foi assim, em lado nenhum. Por onde se começa? Começa-se pela erosão da base fiscal. A seguir, sem dinheiro para financiar os serviços públicos, a conclusão será a retirada do Estado de cada vez mais áreas da vida coletiva.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Sr. Primeiro-Ministro, é por isto que todos os socialistas, mas também todos os verdadeiros sociais-democratas, têm de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para travar esta medida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Menos na Madeira e nos Açores!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, o radical aqui não é quem defende a retirada do IRS Jovem. Radical é continuar a insistir numa medida que não é aceite por ninguém. O centrista aqui sou eu, Sr. Primeiro-Ministro?!

Aplausos do PS.

Risos.

A não ser que considere o FMI e os técnicos do FMI um grupo de esquerdistas e radicais. Mas o mesmo acontece com o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas). Também para o FMI é errado o caminho que o Governo anunciou.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Esta medida é também cara, é ineficaz e é injusta. Segundo os dados que o FMI também nos mostra,...

Protestos de Deputados do PSD.

... a receita arrecadada em IRC, em percentagem da nossa riqueza gerada num ano, está na média do euro. Não está abaixo, mas também não está acima. Isto é, em Portugal, não estamos a arrecadar mais IRC do que a média do euro.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — Estamos, estamos!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O IRC não é o problema da economia portuguesa, nem é o problema das empresas portuguesas.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Muito bem!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, 5 % das nossas empresas são responsáveis por 65 % da receita do IRC. O que é que isto significa? Significa que é fácil perceber quem vai ganhar com esta redução transversal e sem critério do IRC.

Protestos de Deputados do PSD.

E, se atendermos ao tipo de empresas que têm mais lucro em Portugal, nomeadamente, as do setor financeiro e da distribuição, também rapidamente percebemos que não são os setores com maior potencial de transformação da economia.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Partido Socialista é contra a redução do IRC e o alívio fiscal para as empresas? Não.

Vozes da IL: — Sim!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sempre foi!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Só que a nossa estratégia é a estratégia que é seguida pela maioria esmagadora dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico):...

Aplausos do PS.

... aprofundar os mecanismos que já hoje estão previstos na lei, privilegiar as empresas que dão um destino útil aos lucros, que investem na melhoria salarial dos seus trabalhadores, que investem na capitalização das empresas, que investem na investigação e desenvolvimento. Estas empresas precisam de um tratamento diferente do das empresas que não dão este destino aos seus lucros.

Esta não é uma proposta radical. A nossa proposta é uma proposta moderada no que diz respeito ao IRC.

Aplausos do PS.

O PS é a principal alternativa política ao Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Aquilo que o Governo deseja é que seja a alternativa a si que lhe viabilize o Orçamento e sustente a sua governação.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E bem, e bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nós não nos pomos de fora,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ah!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... mas, Sr. Primeiro-Ministro, esta bancada não foi eleita para suportar o Programa do Governo do PSD. Não foi para isso que fomos eleitos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esta metade não bateu palmas!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas nós não nos colocamos de fora, e é por isso que nos disponibilizamos para viabilizar o Orçamento,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ah!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... e só lhe exigimos duas condições. O Sr. Primeiro-Ministro pode viabilizar o Orçamento de duas maneiras: ou com o Chega ou com o Partido Socialista.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Conosco não!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro, se quer e deseja que o Orçamento seja viabilizado pelo PS, sabe quais são as condições. Esperamos que, sem taticismos, a proposta irrecusável do Governo seja esta.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder, dispondo de 11 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, confesso alguma perplexidade pela sua intervenção, porque, em bom rigor, o Sr. Deputado não se afirmou aqui como centrista, afirmou-se aqui como troiquista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado aparece hoje subjugado, na sua linha de pensamento e orientação política,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ao FMI!

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... ao Fundo Monetário Internacional como nem nos tempos em que estávamos sob ajuda externa, condicionados pelas decisões do Fundo Monetário Internacional, alguma vez algum político ou líder partidário foi capaz de o fazer.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos: nós respeitamos o FMI, lemos os relatórios do FMI, mas não estamos aqui para cumprir as ideias do FMI.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nós estamos aqui para cumprir o Programa que foi sufragado pelos eleitores portugueses e que não foi rejeitado por esta Assembleia da República, nem pelo Sr. Deputado.

Vozes do PSD: — Ora!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Aliás, para cumprir programas do FMI já bastam os socialistas, porque são sempre eles que chamam o FMI, precisamente para depois poderem cumprir aquelas que são as suas determinações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas eu já lá vou às questões que coloca em concreto.

Também quero dizer-lhe ainda, como introito, que o Sr. Deputado aparece aqui receoso por a proposta que lhe vamos apresentar poder ser de tal maneira indutora de aproximação às suas propostas, que já está a prevenir a resposta que quer dar, que é negativa.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Nós percebemos isso. O Sr. Deputado já tomou a decisão. Mas nós vamos manter a serenidade e a lealdade até ao fim, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Eu vou tentar explicar-lhe, já agora, sem nenhuma saudades do FMI.

Em primeiro lugar, quando eu lhe disse, e disse ao País, que a sua proposta era radical e inflexível, isso é um dado objetivo, porque o Sr. Deputado apresentou ao Governo uma proposta na qual se predispõe a utilizar 80 % da margem orçamental disponível e discricionária que nós temos do ponto de vista orçamental.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então, quanto é que querem gastar?!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O Sr. Deputado esqueceu-se de referir que, nesta Assembleia da República, por sua iniciativa — é verdade, com o apoio de outras bancadas, em particular, da bancada do Chega —, já condicionou, da margem que temos, que são cerca de 2200 milhões de euros, 800 milhões de euros nas medidas que aqui aprovou,...

Vozes do PS: — Falso!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... em sede de IRS, fazendo uma descida diferente daquela que nós preconizamos, em sede de eliminação das portagens e em sede do alargamento da aplicação da taxa reduzida do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) na eletricidade.

Depois, o Sr. Deputado não consegue ultrapassar uma contradição, porque, basicamente, o Sr. Deputado disse assim: «O vosso Programa é descer os impostos, nomeadamente sobre os rendimentos do trabalho» — o IRS; mas nós temos de aumentar os impostos, porque o Sr. Deputado conseguiu dizer que a receita do IRS em percentagem do PIB está abaixo daquilo que se pretende na União Europeia (UE) e na OCDE. Foi aquilo que o Sr. Deputado disse.

Protestos do PS.

Olhe, isto, desde logo, é contraditório com as suas próprias decisões, porque o senhor tomou essa decisão no ano passado, quando aprovou o Orçamento do Estado e houve uma baixa do IRS; depois tornou a fazê-lo, por sua iniciativa, já como Secretário-Geral do Partido Socialista, com aquilo que aprovou com o Chega,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e, devo-lhe dizer, até com especial incidência nos jovens. O Sr. Deputado perdeu a paixão pelos jovens, perdeu a preocupação com os jovens. É verdade! É verdade!

Protestos do PS.

O Sr. Deputado não pode esquecer-se de que o Orçamento que o Sr. Deputado aprovou tem um IRS Jovem que está em vigor e que tem um benefício fiscal que começa em 100 % do imposto.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas o Sr. Deputado percebeu na campanha eleitoral que o regime que tinha criado — já agora, nascido de uma proposta do PSD, apesar de tudo, a inspiração não era má — era injusto e não era eficaz face ao propósito que tinha.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — É o bloco central!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E o Sr. Deputado propôs o quê no seu programa eleitoral? Propôs alargar a todos os jovens o IRS que está hoje em vigor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Exato!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sabe porquê? Porque o IRS Jovem que está hoje em vigor, que existe, é muito restritivo. Só quem é licenciado ou tem um nível de qualificação superior a esse é que beneficia desse regime. É um erro! É uma injustiça social! O senhor deixa de fora os jovens que vão trabalhar, e muitos deles vão trabalhar para poderem estudar e para poderem qualificar-se mais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — E quem é que apresentou a proposta?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E depois, ao limitar a cinco anos, também não se dirige a todos os jovens, porque a maior parte ainda é jovem quando deixa de ter acesso ao regime. Se há coisa que está mais ou menos consensualizada é que o critério de juventude para este efeito são os 35 anos, e é por isso que nós temos apresentado várias medidas que são coerentes e congruentes umas com as outras — a isenção, por exemplo, do IMT (imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis) e do imposto do selo na compra da primeira habitação.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Aprovada com quem? Aí já não agradecem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado tem de se entender, porque o Sr. Deputado defende para o País a descida do IRC, só que é diferente daquela que o Governo defende.

O Sr. Deputado defende uma descida seletiva do IRC para cumprir determinados propósitos, nomeadamente, a valorização dos salários e a capitalização das empresas. Nesses casos, admite e propõe a descida da taxa do IRC.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não é a descida da taxa, é a descida do IRC.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas é a favor da descida do IRC. É a favor da descida do IRC.

O Sr. Deputado também é a favor da existência de um IRS Jovem.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Propô-lo, aprovou-o, apresentou-o e, no programa eleitoral, quis desenvolvê-lo.

O Sr. Deputado está a propor ao Governo consumir, com as suas propostas, os 800 milhões de euros das propostas que já aprovou e os 970 milhões de euros de despesa que me apresentou — já agora, aí sim, cumprindo um princípio completamente errado, que é o de substituir a diminuição da receita fiscal como estímulo ao rendimento das famílias e das pessoas e ao investimento das empresas por mais despesa pública. É sempre mais despesa pública para o Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

Mas o Sr. Deputado não resolve a sua própria contradição. É preciso dizer a verdade ao País! O Partido Socialista, o Deputado Pedro Nuno Santos, apesar de estar zangado com as empresas e com os jovens de Portugal,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... ainda assim, defende uma baixa do IRC e defende um regime favorável em IRS para os jovens, ao mesmo tempo que depois diz: «Mas temos de aumentar a receita de IRS!» Mas depois o que é que fez ao resto dos beneficiários e dos contribuintes em sede de impostos sobre o trabalho? Aprovou uma proposta na Assembleia da República que levou mais longe a descida dos impostos que já está no Orçamento do Estado.

Protestos do PS.

Ó Sr. Deputado, tem de se decidir!

Aquilo que eu vou fazer é facilitar a sua decisão. Eu vou-lhe apresentar uma proposta que salvaguarda as suas preocupações, que salvaguarda os seus princípios e que é uma aproximação entre aquilo que o Sr. Deputado defende e aquilo que o Governo defende. É que há uma coisa que o Sr. Deputado não vai ter a coragem de dizer aqui — eu tenho a certeza absoluta, porque tenho muita consideração, pessoal e política, por si.

Vozes do CH: — Eh!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ai, ai, ai...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tenho mesmo! Tenho mesmo, e o Sr. Deputado sabe. Tenho mesmo. Tenho mesmo.

O Sr. Deputado não vai conseguir dizer que quer governar o País com o programa do Partido Socialista e com o Governo que está aqui sentado, porque o Sr. Deputado não tem coragem de o fazer, não pensa assim, e eu também não, eu também não posso governar o País com o seu programa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado tem de ter consciência do resultado das eleições...

Protestos de Deputados do PS.

... e, como eu lhe disse, a si e ao País, de forma leal e frontal, o Sr. Deputado tem de assumir as consequências da não rejeição do Programa do Governo.

Termino dizendo-lhe: se a nossa proposta de IRS Jovem e de descida do IRC eram assim tão decisivas para o futuro do País, como é que o Sr. Deputado foi capaz de deixar a investidura parlamentar poder operar-se, não rejeitando um Programa do Governo que tinha essas medidas tão nefastas para a vida do País e tão nefastas para o futuro do País?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o tema que estamos a tratar é, julgo eu, suficientemente importante para a nossa vida coletiva. Pedia o favor de darem as melhores condições possíveis para que cada um dos Srs. Oradores exprima o seu pensamento.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, que dispõe de 2 minutos e 17 segundos para poder completar a sua intervenção.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, continua a insistir que nós deixámos o Programa do Governo passar. O Programa do Governo não é votado na Assembleia da República.

Aplausos do PS.

Nós dissemos, eu disse, no dia 10 de março, que chumbaríamos qualquer moção de censura, como também chumbaríamos qualquer moção de confiança, que fosse apresentada,...

Aplausos do PS.

... e o Sr. Primeiro-Ministro fez questão de não apresentar nenhuma moção de confiança ao Programa do Governo. Portanto, eu devolvo-lhe essa crítica.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Isso já é desespero!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro pede ao PS para ter consciência dos resultados. Nós também. É que a nossa bancada tem exatamente a mesma dimensão que a bancada do PSD — exatamente!

Aplausos do PS.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Nem o Trump faz isso!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro diz que nós nos queremos substituir ao Governo. Não, não queremos, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. Primeiro-Ministro fez um exercício interessante para o País, e conseguiu convencer alguns que nunca fizeram um Orçamento do Estado de que fazia sentido o que disse sobre a margem orçamental discricionária ser de 2,2 mil milhões de euros.

Num Orçamento com 120 mil milhões de euros, com dezenas de medidas que já foram tomadas por tantos ministros, como anunciou ali, o Sr. Primeiro-Ministro reduz o Orçamento a 2,2 mil milhões de euros. É como se os ministros do seu Governo não fossem mais do que meros executantes do que herdaram e não tivessem lançado nada sem custo orçamental.

Vozes do PS: — Muito bem! Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, porque é que a margem orçamental agora disponível são 2,2 mil milhões de euros? Porque o Sr. Primeiro-Ministro esteve a gastar a margem orçamental que existia até agora. É o que resta!

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

E pode perguntar ao seu Ministro das Finanças qual a quantidade de medidas que não têm custo estimado no quadro de políticas invariantes. Não são 2,2 mil milhões; restam 2,2 mil milhões porque o Governo gastou o resto.

Protestos de Deputados do PSD.

E quero-lhe dizer, sobre os 450 milhões de euros do IRS: o Partido Socialista apresentou uma iniciativa para alterar a do Governo, depois da iniciativa do Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro tem de se decidir. No documento dos 100 dias, reivindica politicamente o IRS como sendo uma medida do Governo. Se a medida é do Governo, então o custo é do Governo.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — A apresentação! A apresentação!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Se o custo é do PS, então a medida, politicamente, e, assuma, o reembolso extraordinário em outubro foram obra do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Primeiro-Ministro ainda dispõe de 1 minuto e 50 segundos. Pedia à Câmara a devida atenção, para que possamos ouvi-lo com o máximo rigor.

Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, é óbvio que o Orçamento do Estado incorpora despesas que são permanentes, nomeadamente, despesas com salários, com pensões, com prestações sociais, despesas subjacentes a projetos que estão em execução,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... que não vão parar a meio, e algumas das decisões que, entretanto, o Governo legitimamente tomou no último meio ano e que têm de ter sequência, porque estão em execução.

O Sr. Deputado quer sugerir que faz parte da margem discricionária, que também deve ser atribuída à Assembleia da República,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas não são só 2,2 mil milhões!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... o impacto orçamental do acordo que fizemos com os professores?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O impacto orçamental do acordo que fizemos com as forças de segurança?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O impacto orçamental do acordo que fizemos com os enfermeiros? O aumento do complemento solidário para idosos?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A cobertura de muitas resoluções do Conselho de Ministros que estavam sem cabimentação e que nós tivemos de assumir?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado é capaz de dizer que foi um erro aumentar e valorizar as carreiras nas Forças Armadas? É isso que o Sr. Deputado quer dizer?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É uma opção do Governo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ou vamos partir do princípio de que essas matérias, que foram consensuais, porque todos os partidos concordaram, não estão, de facto, agora em cima da mesa?

Há uma coisa que o Sr. Deputado não consegue mesmo alterar: é que o Sr. Deputado disse que era preciso haver mais impostos sobre o rendimento do trabalho,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e o Sr. Deputado concretiza o contrário. Os 450 milhões de euros que gastou gastou por iniciativa sua,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não, não, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque nem sequer apresentou uma proposta de alteração à proposta do Governo.

Sr. Deputado, se quer Orçamento e futuro, seja conseqüente e aceite a negociação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega, que dispõe de 9 minutos e 30 segundos para formular as perguntas.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caros Colegas, cumprimento-vos a todos.

Sr. Primeiro-Ministro, sem fugir à novela que PS e PSD gostam de continuar a aumentar, queria começar por me referir ao brutal homicídio que ontem ocorreu nas ruas de Lisboa. Queria-me referir a isso porque o País ficou em choque pela brutalidade, pelo sangue, pela morte de três pessoas, uma delas grávida, estendida no solo de Lisboa, enquanto o sangue escorria à frente de todos.

Sr. Primeiro-Ministro, à hora a que este debate começa, os autores não foram ainda capturados. Mas, em nome do Chega, em nome de uma parte do País, eu queria lamentar, olhos nos olhos com o País, o que a comunidade cigana de impunidade continua a ter em Portugal. Eu queria lamentar profundamente o que a comunidade cigana continua a ter de impunidade em Portugal.

Aplausos do CH.

É um, e outro, atrás de outro, enquanto o País adormece e vira para o lado, sem perceber que há um problema real que tem de ser resolvido.

Por causa disso mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, eu queria-lhe falar de criminalidade. Basta pegar em qualquer espólio de notícias dos últimos dias, e ainda bem que o País nos está a ver: mulher violada junto às piscinas da Expofacis; condutor de TVDE (transporte em veículo descaracterizado a partir de plataforma eletrónica) abusou de cliente adormecida no banco de trás; jovem de 21 anos sequestrada e violada por vários homens em Espinho; mulher violada por motorista da TVDE; dois homens esfaqueados em rixa na Praça do Martim Moniz... Sr. Primeiro-Ministro, isto é um espólio que não acaba... Não acaba!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Todos os dias, homens e mulheres são assassinados, mulheres são violadas... O crime grassa, tal como os relatórios mostram, com uma subida de 5,6 % dos crimes graves em 2023. Estas notícias mostram que o crime continua, continua impune, e que o Governo não tem feito nada para impedir que esse crime continue impune. Nós precisamos de mão dura sobre a criminalidade!

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há até quem marche com criminosos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, porque estes são homens e mulheres com rosto, familiares que nos estão a ver e sabem no que as ruas de Portugal se tornaram, eu quero-lhe perguntar, Sr. Primeiro-Ministro: o que é que o Governo pensa mesmo fazer, mas mesmo, mesmo, para garantir que as nossas ruas, como os portugueses que nos estão a ver sabem, não viram um faroeste desnecessário, com crimes à luz do dia, com sangue a escorrer pelas nossas ruas?

É hora de ser duro com eles, e é isso que esperamos que este Governo faça.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 9 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, quero começar por me associar à palavra de pesar, de lamento, que aqui deixou, relativamente à ocorrência de ontem e relativamente a todas as ocorrências de violência, quer aquelas que desembocaram em trágicas mortes, quer aquelas que, por um lado, deixaram ferimentos, mais graves ou menos graves, por outro, deixaram, sobretudo, um sentimento de insegurança.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É uma preocupação comum que temos com o Chega...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Com todos, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e com aquilo que aqui nos deixou.

Há, contudo, uma diferença: nós não estamos a olhar para aqueles que cometem crimes, vendo a sua etnia, vendo a sua origem,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... vendo qualquer característica da sua personalidade. Nós vemos os criminosos todos da mesma maneira.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É preciso ir, como disse, atrás deles, é preciso combater o crime, é preciso reprimir o crime, com mais policiamento,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... mais investigação e com a mão que os tribunais, depois, puderem afirmar, porque aí a independência dos tribunais é um valor supremo na democracia.

Quando o Sr. Deputado diz que é preciso ter a mão pesada, é um apelo a que os tribunais decidam, mas os tribunais têm de decidir em cada caso concreto com o processo que têm pela frente.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas a lei fazemo-la nós!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa: nós não queremos impunidade para ninguém, para ninguém mesmo! E não há dúvida nenhuma de que a criminalidade violenta está a aumentar, e está a aumentar com preocupação.

Vozes do CH: — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por isso mesmo, a primeira medida que já tomámos neste meio ano é absolutamente relevante, porque ela diz respeito à motivação e à atratividade para termos mais forças policiais.

Quando nós chegamos a acordo com as forças e serviços de segurança relativamente a aspetos remuneratórios, nós estamos a dar mais motivação às forças...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e estamos, simultaneamente, a tornar mais atrativa a carreira, para chamar mais gente para os concursos que tencionamos abrir,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... naturalmente com políticas complementares de proximidade, de visibilidade, de dissuasão de comportamentos criminais.

Estamos absolutamente empenhados, trabalhamos todos os dias, temos, felizmente, forças como a Polícia de Segurança Pública, como a Guarda Nacional Republicana (GNR),...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que são maltratados!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... como uma Polícia Judiciária, que todos, todos os dias, têm colaborado e cooperado para podermos ter maior dissuasão, maior prevenção e também maior repressão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É um poeta!

O Sr. **Presidente**: — Tem, de novo, a palavra o Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 6 minutos e 59 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não chega, e a lei é feita nesta Casa e pode dar aos tribunais o que eles precisam para garantir que estas pessoas não voltam a cometer crimes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro referiu-se aos incêndios. Quantos presos tivemos neste ano que no ano passado estavam presos pelo mesmo crime?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quantos andaram a incendiar as nossas terras quando no ano passado foram soltos ou libertos? Quantos? Quantos o fizeram? Quantos?

Aplausos do CH.

Ora, nós temos de acabar com isso!

Sr. Primeiro-Ministro, vou citar, porque sei que visitou as zonas afetadas e ouviu, não fui eu que o disse, foi um autarca que estava ao seu lado e que disse: «O problema foi que, ao longo dos dias dos incêndios, o dispositivo foi sempre o mesmo, do primeiro até ao último dia. Ao fim de 36 horas, de 40 horas, os homens e as mulheres eram os mesmos, em situação de exaustão e dificuldade.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Primeiro-Ministro, não pode andar a dizer-nos que está a atrair mais polícias, que está a tratar melhor os bombeiros, porque depois, quando há qualquer coisa, como houve este ano, a sua Ministra da Administração Interna desaparece...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e ninguém sabe o que é que andou a fazer, nem ninguém sabe onde é que estava, e os autarcas dizem que não há meios para combater os incêndios.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, gostava que nos garantisse aqui hoje que, ao contrário do que fez o Governo do PS, o Governo do PSD vai mesmo — vai mesmo —, a sério, ouvir estes autarcas,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... para garantirmos duas coisas: uma, que quem pega fogo à nossa terra é uma e só uma coisa, é um terrorista e tem de estar preso. É um terrorista e tem de estar preso!

Aplausos do CH.

Outra coisa, para garantirmos que esta falta gritante de meios não acaba connosco a ajoelharmo-nos ao Reino de Marrocos, ou à Espanha, ou à França, ou à Itália. Nós temos de ter a garantia disto. Portugal vive do seu solo e da sua terra,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e a sua primeira obrigação é defender esta terra, custe o que custar, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 6 minutos e 44 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, permita-me que lhe deixe duas observações em relação ao que disse. Primeira, que o dispositivo foi insuficiente — foi mais ou menos aquilo que disse —, que os homens e as mulheres que estavam no terreno estavam esgotados,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi um presidente de câmara quem o disse!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... deixe-me dizer-lhe: é verdade! É verdade que nós precisávamos ainda de mais gente...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não foi isso que disseram em julho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e precisávamos que pudesse haver uma rotatividade maior do que aquela que houve, mas não havia possibilidade.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Era uma impossibilidade física. Nós tivemos o maior dispositivo de sempre no terreno.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É uma impossibilidade física quando nós temos focos de incêndio, com a gravidade que tivemos, em áreas altamente povoadas como Albergaria-a-Velha, como Aveiro, como Águeda, como Sever do Vouga, como Oliveira de Azeméis, todos estes concelhos em simultâneo, uma mancha urbana composta por grandes aglomerados urbanos e por grandes aglomerados empresariais, zonas empresariais das mais dinâmicas do País. E depois, de repente, começam focos de incêndio em Trás-os-Montes, no Minho, em Vila Pouca de Aguiar,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — São as alterações climáticas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... em Castro Daire, em Gondomar, perto do Porto — aliás, colocando em causa também a área urbana do grande Porto —, e tudo isso acontece em simultâneo.

É óbvio, e eu disse isso a esse autarca, que é legítima a aspiração de todos eles de terem o máximo de meios, meios terrestres e meios aéreos, só que, quando nós temos tudo isto ao mesmo tempo, é muito difícil fazer a gestão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não houve sequer um!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não estou a dizer que ela foi perfeita, mas é, pelo menos, muito difícil. Isso leva-me à segunda questão, que é relevante. Nós temos todos de nos interrogar, como os portugueses se interrogam em casa: isto aconteceu tudo ao mesmo tempo por acaso?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isto aconteceu tudo ao mesmo tempo apenas por razões naturais? Isto aconteceu tudo ao mesmo tempo apenas por comportamentos negligentes?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isto aconteceu tudo ao mesmo tempo por razões naturais, comportamentos negligentes e comportamentos dolosos de pessoas que têm desequilíbrios psiquiátricos, ou há mais qualquer coisa? Nós não sabemos, mas queremos saber.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós sabemos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E é por isso que nós demos orientações e começámos já, formalizámos já, uma equipa multidisciplinar dentro da Polícia de Segurança Pública, da GNR, da Polícia Judiciária e do Ministério Público, para levar por diante o aprofundamento das coincidências que existem quando somos assolados ao mesmo tempo com tantos fogos,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... quando, por exemplo, numa só noite há 115 ignições, e isto numa só noite em que a temperatura não era particularmente alta.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São os terroristas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, é verdade que este é um crime que provoca terror, é verdade! Provoca terror, provoca sentimento de impotência e é injusto, porque coloca em causa a vida das pessoas, e a vida é a própria vida e tudo aquilo que está à sua volta.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os terrenos para cultivar, as empresas onde as pessoas trabalham, os equipamentos públicos, as escolas, os hospitais, está tudo em causa quando os incêndios chegam à porta dos aglomerados urbanos, como chegaram, e eu vi, como o Sr. Deputado também deve ter visto.

Portanto, estamos de acordo: temos de ter um dispositivo grande para combater; temos de ter políticas públicas — e haveremos de ter tempo também para as discutir — que previnam a ocorrência de incêndios ou, pelo menos, a sua propagação, quando eles não podem ser evitados; e, finalmente, temos de ter um quadro sancionatório que seja mesmo dissuasor e que leve até ao fim, que esgote até ao fim, as possibilidades, inclusivamente, de haver aqui alguma associação criminosa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Continua no uso da palavra o Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 5 minutos e 10 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, tenho de o questionar sobre os combustíveis, porque eles estão na ordem do dia, e penso que o Governo deve uma justificação ao País.

Vou citar declarações suas de 2023, quando era líder da oposição, em que disse: «A partir de um determinado momento, o Governo passou a ficar viciado nestes impostos sobre os combustíveis que decorrem da variação do mercado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É preciso baixar os impostos sobre os combustíveis.»

Sr. Primeiro-Ministro, queria questioná-lo sobre a taxa de carbono. Hoje, os portugueses sabem duas coisas: que o preço do crude está ao nível mais baixo dos últimos anos — vamos ver agora com a guerra no Médio Oriente qual é a evolução, mas sabemos isso agora. Então, por que raio quem chega à bomba de gasolina paga mais, ou paga o mesmo?

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, era importante dizer assim: «Bom, é uma assunção nossa, por razões ambientais, políticas, etc.» Mas, então, há que dizê-lo olhos nos olhos a quem chega à bomba de gasolina e pensa: que diabo, acordei de manhã e disseram que o preço do crude era o mais baixo do século, mas cheguei à bomba e está ao mesmo nível que está sempre em Portugal, que é o mais alto do século.

Aplausos do CH.

Quer dizer, é muito simples de perceber.

Sr. Primeiro-Ministro, em três semanas, o Governo — e espero que possa assumir isto — descongelou três vezes a taxa de carbono. Em três semanas a taxa de carbono foi descongelada três vezes, ou seja, o preço podia descer e não desceu!

Ora, eu acho que o Sr. Primeiro-Ministro reconhece, porque já o disse em vários debates e disse-o num debate comigo também, que os portugueses pagam uma carga de impostos absolutamente imoral. Então, acha que é moral, ainda por cima, quando podem pagar menos de gasóleo e de gasolina, chegarem à bomba e terem o mesmo preço, o mesmo desgaste, o mesmo sacrifício? E agora não é pelo preço do petróleo, não é pelo líder do Hamas, ou pelo Primeiro-Ministro de Israel; é pelo nosso Primeiro-Ministro, que não deixa a taxa de carbono ficar congelada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 2 minutos e 40 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, a taxa de carbono foi congelada no âmbito da covid, da pandemia e, depois, do processo inflacionista. Nós estamos obrigados a repor a taxa de carbono. Estamos obrigados porque é uma política europeia e também porque é uma política ecológica, e é isso que vamos fazer.

O Sr. Deputado quer que eu assumo? Assumo na plenitude. Nós não aumentámos nenhum imposto, não aumentámos o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos), não aumentámos o IVA, que era aquilo que o Governo anterior fazia.

Mas devo dizer-lhe uma coisa: nós escolhemos as semanas em concreto que referiu, por uma razão objetiva. É que nós descongelámos parcialmente a taxa de carbono, de modo a não prejudicar o consumidor, ou seja, de modo a acontecer aquilo que o Sr. Deputado aqui disse. Foi de propósito, Sr. Deputado, eu assumo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Podia ter descido!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Foi de propósito. Foi nas semanas em que antecipadamente sabíamos que o preço iria descer que repusemos parcialmente a taxa de carbono, para que os consumidores não chegassem à bomba e pagassem mais.

O Sr. **André Ventura** (CH): — 7 cêntimos!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — E agora, devo dizer-lhe, já só nos falta meio cêntimo, já não falta mesmo quase nada, para continuarmos a ter a taxa de carbono em vigor, e aí, sim, os preços dos combustíveis poderem descer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem, de novo, a palavra o Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 3 minutos e 24 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Primeiro-Ministro, desculpe, mas não consigo compreender muito bem aquilo que disse. Não consigo compreender muito bem.

Protestos do PSD.

Se a gasolina e o gasóleo podiam baixar e se o Sr. Primeiro-Ministro diz aqui que foi de propósito para eles não baixarem e ficarem iguais, isso é o mesmo que assumir que indiretamente está a aumentar a carga sobre eles.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É óbvio!

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque se as pessoas sentem que eles podiam baixar e o Governo aumenta 7 cêntimos por litro, ora, as pessoas sabem que ao fim do dia estão a pagar o mesmo.

O Sr. Primeiro-Ministro tinha defendido, para as empresas, para as pessoas, que devíamos pagar menos. Era só por isto, e acho que, ao menos, o Sr. Primeiro-Ministro tem de assumir que não quis que descessem os combustíveis.

Queria, agora, falar-lhe de imigração, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro viu que estavam milhares de pessoas nas ruas no último fim de semana.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

Sim, estavam de certeza mais que aqueles que o Bloco de Esquerda arranjou para estarem ali à frente. Estavam de certeza mais. Isso estavam.

Aplausos do CH.

Não havia dúvida, porque eles eram cinco ou seis, por isso também não eram muitos.

Risos do CH.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O Mário Machado estava na manif!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas é consonante com os cinco Deputados.

Sr. Primeiro-Ministro, nós temos aqui as suas medidas sobre imigração. Eu lembro — e o Grupo Parlamentar do Chega reuniu com o Governo —, são 41 medidas de controlo da imigração. O Sr. Primeiro-Ministro sabe, como eu sei, que o País está a ter uma vaga migratória como nunca teve na nossa história. Sabemos nós, sabe o País, sabe quem nos está a ouvir, Sr. Primeiro-Ministro. Foram anunciadas 41 medidas de controlo da imigração; 30 têm zero, ou quase zero, de execução.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, não há, nem vale a pena ter, grandes discursos a dizer que não queremos portas escancaradas se, quando chega o momento, continuamos a deixar entrar toda a gente, de qualquer maneira, sejam eles quem forem.

Aplausos do CH.

E continuo sem compreender muito bem como é que há pessoas que vêm para este País, que cá cometem crimes e que ficam à espera do visto ou do asilo. Quer dizer, isto não é um asilo de loucos nem de impunes.

Nós, se queremos ter regras, temos de tê-las. Há uma coisa fácil de dizer ao País, olhos nos olhos para quem nos está a ver: neste País, quem comete crimes tem uma saída, a porta da rua.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para responder, que dispõe de 1 minuto e 26 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, até vou poupar tempo, porque o Sr. Deputado mostrou aí as medidas, portanto presumo que as conhece e sabe exatamente o ponto da sua execução.

Deixe-me só dar-lhe elementos que, se calhar, não tem. Houve uma diminuição de 80 % dos pedidos de residência desde que acabámos com a manifestação de interesse.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Temos uma equipa, uma estrutura de missão na AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), que está a resolver as 400 000 pendências. Isso não significa legalizar 400 000 imigrantes; significa resolver 400 000 pendências, identificando quem são as pessoas e se reúnem as condições para ficar em Portugal.

Estamos hoje com mais meios humanos e tecnológicos e teremos também, se o Parlamento assim o entender, uma unidade policial específica para esta matéria.

Sr. Deputado, o Sr. Deputado gosta de exacerbar as suas preocupações. Eu compreendo-o, mas deixe-me que lhe diga que, numa posição equilibrada como a nossa, vamos conseguir ter a imigração de que Portugal precisa com a dignificação de cada pessoa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra para uma última pergunta. Dispõe de 56 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não queria deixar encerrar este ciclo de questões sem falarmos do Orçamento do Estado.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Chega não pretende eleições, não as quer, nem o País as quer. O Chega não pretende eleições, nem o País as quer.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Tem medo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, convença-se de uma coisa: a preocupação que agora o Primeiro-Ministro e o Presidente da República têm com o consenso, nós não a tivemos agora; tivemo-la no dia 10 de março, a seguir às eleições.

Aplausos do CH.

Dissemos que o País precisava de uma grande maioria política, de uma grande maioria de estabilidade, e o Sr. Primeiro-Ministro não quis.

Quando chegou ao momento, o Sr. Primeiro-Ministro preferiu negociar com o PS a ter um Orçamento de transformação, verdadeiramente mobilizador e verdadeiramente transformador do País.

Sr. Primeiro-Ministro, olhos nos olhos, quero dizer-lhe: se o País for arrastado para uma crise política desnecessária, há dois responsáveis neste Parlamento, o Primeiro-Ministro e Pedro Nuno Santos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro dispõe de 15 segundos, mais 15 segundos de tolerância, o que perfaz 30 segundos. Tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, é manifestamente pouco tempo para eu poder elencar todas as posições que o Chega teve desde o primeiro dia em que se começou a falar de Orçamento até ao dia de hoje. Mas prometo que, numa outra resposta, vou falar delas. Até já.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 6 minutos para formular as suas perguntas. Pedia à Câmara para dar condições para podermos todos ouvir.

Sr. Deputado, espere 1 segundo, porque parece que há muita gente que tem de sair.

Pausa.

Sr. Deputado Rui Rocha, faça favor. Tem 6 minutos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, antes de outras coisas, tenho de registar alguns factos deste nosso debate, e o primeiro é que o PS, que já era conhecido por chamar o FMI quando estava no governo, agora também o chama quando está na oposição.

Aplausos da IL.

Risos de Deputados do PS.

Mas, ainda por cima, chama de uma forma que eu diria incorreta, porque invoca, de facto, a posição do FMI, mas não diz tudo o que lá está. E o que lá está, o que o FMI diz, é que se devem baixar impostos e que se devem baixar impostos também sobre as empresas e sobre as pessoas.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Baixem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Não diz que se deve aumentar a despesa, como o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos quer impor ao País.

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Onde estão as receitas?

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E, já agora, quando o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos fala de «erosão da base fiscal», vamos falar em português: quer mais impostos sobre os portugueses! Os 7 mil milhões de aumento de receita entre 2021 e 2023 ainda não chegaram. Querem mais impostos sobre os portugueses.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, vamos ao que interessa.

Hoje trago duas propostas irrecusáveis para lhe fazer.

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

A primeira proposta tem a ver com uma visão de País, e essa visão de País tem, em primeiro lugar, a ver com uma visão do Estado. O Estado deve estar onde tem de ser forte, onde tem de ser eficiente, em funções de soberania essenciais: na proteção da vida, na proteção da propriedade e todas as declinações que estas ideias têm a partir daí. E deve estar, num segundo momento, numa segunda camada, na prestação de serviços públicos ou a assegurar que esses serviços são prestados, em matéria de saúde, em matéria de educação e em matéria de mobilidade.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Os privados!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Mas, por outro lado, o Estado não deve estar onde não é preciso, onde não faz falta, onde atrapalha.

É por isso que, nessa visão de País, colocamos um acento tónico muito importante na visão sobre a administração consultiva do Estado — as comissões, os observatórios, as *task forces*, toda essa maralha inextricável de situações em que temos de intervir.

Vozes do PS: — Maralha?! Maralha?!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, sobre o setor empresarial do Estado, na mesma declinação desta visão, há muitas áreas onde o Estado não deve estar.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quais?

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Outra ideia muito importante: um País onde é possível crescer pelo trabalho, onde as pessoas têm a possibilidade de crescer pelo seu trabalho.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aumentem o salário mínimo!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Isso leva-nos a uma primeira ideia, a de um IRS a descer para todos, e a uma segunda ideia, que tem a ver com a situação das pessoas que fazem horas extraordinárias, que precisam de levar mais dinheiro para casa ao fim do mês, porque o serviço ou a empresa onde trabalham precisa. Estas pessoas são hoje abusadas pelo Estado,...

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E pelo patrão não? Só pelo Estado?

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... com uma progressividade que não se admite, quando estão a fazer ainda mais do que era suposto.

É por isso que nós propomos uma taxa de IRS para as horas extraordinárias de 15 %.

Mas há mais: um País a crescer. Para isso é preciso, sim, aliviar as empresas do IRC, dos emolumentos, das burocracias, de tudo aquilo que as impede de crescer.

Sim, nós queremos um País a crescer. E é por isso, Sr. Primeiro-Ministro, é porque temos esta visão, que tenho de lhe fazer três perguntas relacionadas com estes temas, que possam fazer com que os portugueses percebam onde é que se posiciona nestas questões.

A primeira pergunta é relativa à oportunidade de todos crescerem pelo seu trabalho. O Sr. Primeiro-Ministro vai caminhar ou não no sentido de uma descida de IRS para todos? Porque o IRS tem de descer para todos, Sr. Primeiro-Ministro. Não faz sentido distinguir pela idade, não faz sentido distinguir pela origem; faz sentido que cada um consiga, em função do seu trabalho, crescer em Portugal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — A segunda pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, é: onde se vai posicionar relativamente ao crescimento económico? Como é que se posiciona relativamente a isso? Vai ou não insistir na descida dos impostos para as empresas e no alívio da burocracia?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É só o que querem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Onde é que se posiciona, Sr. Primeiro-Ministro?

E quando falamos da visão do Estado, há uma terceira pergunta importante: como é que o Sr. Primeiro-Ministro se posiciona relativamente à questão da TAP (Transportes Aéreos Portugueses)? Porque devo-lhe dizer que já ouvi a bancada do PS falar de empresas estratégicas, já ouvi falar de investimentos estratégicos,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Para destruir a economia!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... mas sabemos todos onde é que isso vai levar. Leva à Efacec, porque eles queriam definir o que é estratégico e o que não é estratégico e, no final, aquilo que fica é um vazio no bolso dos portugueses. Como é que o Sr. Primeiro-Ministro se posiciona face à TAP?

E agora, Sr. Primeiro-Ministro, com estas perguntas que vão ajudar os portugueses a perceber onde é que o Governo se posiciona, tenho uma segunda proposta irrecusável para lhe fazer, que tem a ver com o Orçamento.

Sr. Primeiro-Ministro, aposte na descida de impostos para as empresas, mas resolva também este impasse, propondo uma descida de impostos para todos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Aí já estão satisfeitos!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Deixe cair a questão do IRS Jovem, porque é discriminatória, e, depois de emagrecer o Estado, depois de pôr a economia a crescer, diga aos portugueses...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já desligaram todos a televisão ou já mudaram de canal!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... que todos eles, sem exceção, merecem uma descida de impostos.

Aplausos da IL.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que tem 6 minutos disponíveis.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, em primeiro lugar não posso estar mais de acordo com a resenha que fez sobre esta novel posição do Partido Socialista face ao Fundo Monetário Internacional. E também com a assunção clara, que é boa para o debate político, que, do lado do Partido Socialista, a opção é pagar mais impostos e fazer mais despesa pública. É a opção do Partido Socialista.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Não é nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É legítima, mas tem de ser assumida na sua integralidade.

Sr. Deputado Rui Rocha, relativamente à visão para o País, deixe-me dizer-lhe que ela é próxima da sua.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ainda bem que assume!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porventura, no reconhecimento dos serviços públicos e da responsabilidade que sobre eles impende a mão do Estado, temos uma diferença: nós achamos que o Estado é mesmo o centro dos serviços públicos essenciais, da saúde, da educação, da habitação.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Não é o Estado, são as pessoas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas não temos nenhum estigma com a complementaridade do setor privado e do setor social. Porquê? Porque a nossa conceção, e presumo que seja também a sua, é a de que muito mais importante do que saber quem é o titular da execução do serviço, é o destinatário do serviço, é a pessoa em concreto.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nem mais!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E desse ponto de vista, nós não podemos deixar que o mercado assuma uma posição demasiado relevante, porque ela não garante, depois, ao Estado a manutenção do serviço público e da sua essência seguindo esta diretriz.

Mas, Sr. Deputado, sim, se há organismos a mais, que são redundantes, é preciso acabar com eles, e estamos disponíveis para acolher propostas da Iniciativa Liberal que nos possam ajudar a isso.

E mesmo no setor empresarial do Estado, Sr. Deputado, há algumas áreas que podem ser aliviadas.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Aliviadas?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Olhe, desde logo, processos de nacionalização, como aquele que aconteceu com a Efacec, que nos deixou agora uma herança de mais de 500 milhões de euros. É verdade.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Como já tinha acontecido com a TAP, a TAP de que falou, cuja gestão privada é aquilo que defendemos, e naturalmente a gestão é com capital privado, obviamente.

Vozes da IL: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, Sr. Deputado, a TAP está hoje na situação em que está,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Dá lucro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... precisamente por esse complexo ideológico que marcou a governação anterior, que, perante um processo de privatização que estava em curso e que não tinha custos para os contribuintes portugueses, fez uma inversão, da responsabilidade concreta do Partido Socialista e do atual Secretário-Geral do Partido Socialista, que custou 3200 milhões de euros aos contribuintes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para quê?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Hoje não existia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Para estarmos hoje na mesma situação em que estávamos em 2016.

Sr. Deputado, a política fiscal é, para nós, uma política económica. É mais do que fazer contas para o Orçamento do Estado, é mais do que fazer justiça social, que também tem de fazer. É mesmo uma política económica. Se as pessoas pagarem menos daquele que é o produto do seu trabalho, se as empresas entregarem ao Estado menos daquele que é o lucro da sua operação, as pessoas vão ter mais motivação para

trabalhar mais e as empresas vão ter mais motivação para serem mais eficientes, mais competitivas, mais produtivas e gerarem mais riqueza para pagarem melhores salários.

É, de resto, por isso que, no acordo que subscrevemos esta semana na concertação social, acordámos, em simultâneo, aumentar o salário mínimo nacional, o mínimo de subsistência de um trabalhador. Mas não queremos estimular o salário mínimo na economia portuguesa; nós queremos subir o salário médio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E havia uma meta que, aliás, nos acusavam de ser pouco ambiciosa — e o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos esqueceu-se de me falar, hoje, no objetivo do salário médio dos 1750 €, que, aliás, confundiu com o rendimento médio.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não o alteraram! Não o alteraram!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas esqueceu-se de me falar desse objetivo para 2030, porque ele sabe que nós acordámos atingir esse objetivo três anos antes, já em 2027, seguindo precisamente uma política fiscal que possa ser um estímulo à produtividade e ao investimento das empresas.

E por falar em produtividade, o Sr. Deputado falou do trabalho suplementar, mas podia falar dos prémios de desempenho e de resultado, que também estão nesse acordo e que têm o pressuposto de, simultaneamente, estarem associados à valorização que as empresas estão obrigadas para poderem ter a atribuição de um 15.º vencimento isento de contribuições e impostos, que é a valorização salarial média da própria empresa. Foi uma condição que pusemos no acordo e que os parceiros sociais aceitaram.

Sr. Deputado, só uma última nota sobre a questão da idade. Nós temos esta divergência. O Sr. Deputado está preocupado com todos os contribuintes — e faz bem—, nós também estamos, por isso é que a nossa primeira medida apresentada ao Parlamento foi uma descida do IRS até ao 8.º escalão, que o Partido Socialista impediu que fosse feita nos termos em que nós queríamos.

Mas há um segmento da população que temos de agarrar, de manter em Portugal, de reter, para termos futuro e para podermos continuar a baixar os impostos aos outros. Esse segmento etário são os jovens. Nós precisamos da juventude portuguesa em Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E se tivermos a juventude portuguesa em Portugal, vamos ser mais competitivos do ponto de vista económico, vamos criar mais riqueza e vamos poder aliviar os impostos das empresas e os impostos sobre o rendimento do trabalho dos restantes trabalhadores.

Só que a pedra de toque são mesmo os jovens. Nós precisamos da juventude portuguesa em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Rocha tem 46 segundos para uma última pergunta.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, duas ou três questões rápidas sobre temas que também nos preocupam.

Um deles, e na mesma visão sobre Portugal a crescer, onde os portugueses podem crescer pelo seu trabalho, é sobre os trabalhadores independentes. Há um conjunto de obrigações que o Estado impõe aos trabalhadores independentes hoje em dia, que são desproporcionadas e não têm sequer um custo direto para o Estado aliviar estas questões. Estou a falar dos pagamentos por conta e estou a falar das retenções na fonte, mas podia falar também dos direitos sociais destes trabalhadores, que têm sido preteridos.

Segunda questão, muito importante: o ISP. Já se falou aqui de combustíveis, já percebemos qual é o enquadramento da taxa de carbono, mas há outra componente, que é o ISP, e gostava de ter uma posição do Sr. Primeiro-Ministro relativamente a ela, porque isso também compõe e influencia o preço.

Para terminar, há mais de um ano, neste Parlamento, foi aprovada uma medida relativamente às coimas da passagem nas SCUT (sem custo para o utilizador).

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Essa medida entrou em vigor há dois meses, mas o Estado continua a importunar as pessoas pelas coimas...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro não tem tempo para responder, fá-lo-á noutra intervenção, se assim o entender.

Antes de dar a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, vou só informar que estão a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 30 cidadãos de Penacova, na Galeria II, e um grupo de 17 alunos e professores da Escola Profissional da Região Alentejo, de Évora.

Aplausos gerais.

E, agora sim, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, para interpelar o Sr. Primeiro-Ministro, dispondo de 5 minutos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Parlamento português recebeu hoje a relatora especial da ONU (Organização das Nações Unidas) para a Palestina, e eu queria aproveitar para saudar o Governo pela posição que tomou relativamente ao navio *Kathrin*. Foi retirada uma bandeira, que supostamente não existia, a um navio que supostamente não carregava material militar para abastecer um genocídio que supostamente não existia.

Isto quer dizer que, afinal, as coisas não eram bem como dizia o Ministro dos Negócios Estrangeiros, e a pressão que foi exercida sobre o Governo funcionou e a bandeira foi retirada.

Sabemos também que o Governo já proibiu as exportações de material militar para Israel e sabemos que impediu um navio que vinha dos Estados Unidos com armas para Israel de parar nas Lages, nos Açores, para poder abastecer.

O que lhe peço hoje é a única garantia que pode colocar Portugal fora de uma cumplicidade com um genocídio e com crimes de guerra,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Eh!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... que é a garantia de que vai vedar o espaço aéreo e marítimo português à passagem de armas que servem os crimes de guerra de Israel...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — E do Irão? E do Irão?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e colonatos que, neste momento, significam uma invasão ilegal e condenada pela ONU.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O círculo eleitoral da Palestina agradece a intervenção!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tens medo do Irão?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, daqui estou a ouvir comentários que me parecem desproporcionados. Todos ouvimos até agora as pessoas...

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Sr. Deputado, o Sr. Deputado André Ventura falou e disse o que entendia, com toda a gente a ouvir, agora a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua também o vai fazer.

O País está a assistir, o tema é importante, todos eles o são, e acho que a nossa função de prestigiar o Parlamento deve ser responsabilidade de cada um, por isso apelava a que o Sr. Deputado também o fizesse.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de dizer isso ao PSD também, não é só ao Chega!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, registei a saudação que fez à postura do Governo relativamente ao navio que transportava algo que, não sendo material militar, era matéria-prima com vista ao fabrico de armamento.

O Governo fez, de facto, aquilo que lhe competia: pediu informação em devido tempo, tentou obter informação sobre tudo aquilo que envolvia esse transporte, nomeadamente o destino final da matéria em causa. E devo dizer-lhe que, no âmbito dessa interação, foi o próprio armador que tomou a iniciativa de pedir a retirada da bandeira e procurar noutra geografia uma solução.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas não foi o Governo! Não foi o Governo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Já se sabia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que quer dizer que nós, seguindo as regras do direito interno e internacional, fomos suficientemente prudentes para não criarmos um problema em todas as embarcações que têm a bandeira portuguesa, mas, conscientes da temática em causa, fomos suficientemente persuasivos para, por um lado, prevenir a situação, e por outro lado, para ter como consequência aquele que acabou por ser o desfecho.

Sobre a questão da utilização do espaço aéreo português para o sobrevoo de voos com material militar, creio que tomámos uma decisão que não tem paralelo — que me lembre — na nossa história democrática, e o nosso princípio vai ser seguido se forem feitos novos pedidos sobre o mesmo contexto e o mesmo enquadramento.

Portanto, em resposta à sua pergunta, esta é uma ocasião em que gostava de assumir, em nome do Governo de Portugal, que o nosso compromisso com a paz, o nosso compromisso com a contenção de uma escalada de violência — que é, de facto, um massacre do ponto de vista humanitário, entre outras coisas — é grande, e daremos os sinais fortes que nos comprometem para tentarmos ser parte ativa daqueles cujas ações podem ter como consequência a dissuasão da violência e um caminho para que haja efetivamente paz.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tem 3 minutos e 54 segundos para interpelar o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o que retiro da resposta é que Portugal não permitirá o sobrevoo ou a utilização do espaço marítimo por parte de embarcações que levem armamento que sirva os colonatos ilegais de Israel ou o genocídio e crimes de guerra cometidos por Israel. Esse é o seu compromisso, e é o que foi dado neste debate.

Gostaria de lhe trazer outro tema, aliás, um raro tema em que os nossos partidos estiveram do mesmo lado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando o Partido Socialista aceitou e protegeu um negócio da venda de seis barragens pela EDP (Energias de Portugal), eu e o Dr. Rui Rio lutámos para que a EDP pagasse os

impostos. Não o tenho ouvido a falar sobre esse assunto, mas sabe com certeza que a EDP deve ao País 400 milhões de euros, devidos por IRC e imposto do selo da venda das barragens, e sabe com certeza que esses impostos caducam no final deste ano.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Por isso, tenho uma pergunta muito simples, e a resposta é «sim» ou «não». Garante que os impostos não vão caducar? Garante que o Estado vai cobrar cada cêntimo de imposto que a EDP deve ao País?

Aplausos do BE.

Protestos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem 2 minutos e 40 segundos para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, essa é uma questão muito recorrente. Já tive ocasião de dizer, mas posso aqui reiterar.

Relativamente ao IMT e ao imposto do selo, como sabe, essa matéria está hoje sob investigação na Procuradoria-Geral da República, e nós aguardamos o resultado da mesma. Ela não tem impacto na capacidade que o Estado poderá ter de vir a cobrar estes impostos.

Relativamente ao IMI (imposto municipal sobre imóveis), o Estado tem emitido as suas liquidações segundo princípios que não são muito claros, é verdade, nomeadamente da avaliação dos ativos respetivos.

Temos um grupo de trabalho, neste momento, para criar uma metodologia uniforme, mas devo dizer-lhe que aquilo que sucede neste momento é que a empresa em causa está a litigar contra o Estado, contra o pagamento das liquidações que lhe foram dirigidas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tem 2 minutos e 54 minutos para interpelar o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, sabe tão bem como eu que a investigação que o Ministério Público está a fazer não impede os impostos de caducar.

Protestos do CDS-PP.

E sabe tão bem quanto eu que a investigação que o Ministério Público está a fazer não impede a AT (Autoridade Tributária) de cobrar estes impostos e que a AT não mexeu uma palha para iniciar um processo de investigação e de cobrança destes impostos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Por isso, o que o Sr. Primeiro-Ministro está a dizer é que esses impostos podem não ser pagos: 400 milhões de euros devidos pela EDP, a quem o Sr. Primeiro-Ministro quer baixar a taxa de IRC para 15 %.

Portanto, podemos todos pôr na conta luz — além dos 400 milhões que a EDP não pagou porque não quis pagar e criou um esquema para não pagar ao País 400 milhões — mais 100 milhões ao ano, que é a borla fiscal que o Governo se prepara para dar à EDP.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas este «Natal fiscal», este «Natal fiscal» dos ricos que o Governo prepara é a ponta do icebergue.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Natal nesta altura é só na Venezuela!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Fala-se muito sobre Orçamento. O Orçamento é certamente um «Natal fiscal» para os ricos, e é muitas outras coisas, porque, na saúde, o Governo está a sabotar as condições do Estado para garantir um serviço a todos e, por isso, um serviço capaz de unir o povo.

Já conhecíamos a estratégia do Partido Socialista, que era enrolar os profissionais em negociações a fingir, e deu no que deu. O Governo agradece o trabalho feito pelo Partido Socialista e acrescenta uma novidade, que é a sabotagem direta do concurso para especialistas do SNS. A abertura dos concursos para especialistas do SNS esteve congelada durante seis meses — congelada durante seis meses —, em que a ministra ficou a ver os médicos especialistas formados no SNS...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... com o dinheiro do Estado a saírem para o privado, porque o Governo não abriu os concursos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E depois vai a esse privado pagar a preço de ouro os serviços, porque não tem médicos no SNS para o fazer.

O Sr. Primeiro-Ministro prometeu na campanha que toda a gente teria médico de família até 2025. Com o boicote ativo deste concurso, perdeu 200 médicos de família no SNS. Quantas mais pessoas ficarão sem médico de família à conta deste boicote?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder, dispondo de 2 minutos e 2 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tenho de relembrar uma circunstância com impacto nas duas questões que me colocou.

Relativamente à questão da EDP — já falei aqui várias vezes sobre ela, sobre esta questão de litígio fiscal —, a Sr.^a Deputada tem, de facto, mais informação do que nós,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É recorrente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque isto aconteceu numa altura em que a Sr.^a Deputada suportava politicamente o Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Só lamento é que não tenha utilizado quer a informação que tem quer a capacidade dissuasora junto dos Governos que apoiou politicamente, com toda a legitimidade, para evitar o problema que, entretanto, foi criado. Nós não contribuimos com nada para isso, não contribuimos com rigorosamente nada para isso.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Tal e qual!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Pudera!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, Sr.^a Deputada, não lhe vou dizer a si o que sei que me diria a mim se estivéssemos na situação inversa. Se estivéssemos na situação inversa, a Sr.^a Deputada dir-me-ia que eu estava a defender o interesse da EDP. Eu não vou dizer que a Sr.^a Deputada estava a defender o interesse da EDP quando o anterior Governo permitiu a operação da venda destes ativos, não vou dizer, porque nós aí não somos iguais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do BE.

Mas que a Sr.^a Deputada se distraiu um bocadinho, isso parece-me relativamente óbvio.

Risos de Deputados do PSD, da IL e do CDS-PP.

Agora, na questão da saúde, é mais ou menos a mesma coisa. A Sr.^a Deputada está a tentar dizer que o Governo está a bloquear decisões no Serviço Nacional de Saúde, quando nós recuperámos, por exemplo, as cirurgias oncológicas — 99 % dentro do Serviço Nacional de Saúde —, quando nós estamos a fechar acordo com enfermeiros,...

Protestos do Deputado do PS João Paulo Correia.

... a negociar com médicos para termos recursos humanos, para podermos ter uma maior capacidade de resposta e para eles não irem, como foram nos anos em que a Sr.^a Deputada apoiou o Governo, para a iniciativa privada?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Que grande feito!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porque foi nesse ano que ela cresceu, e cresceu como nunca, como já tive ocasião de lhe dizer, nomeadamente no debate que tivemos na campanha eleitoral.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, dispõe de 57 segundos para uma última pergunta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Primeiro-Ministro tem tempo suficiente no Governo para saber que não há nenhum litígio fiscal entre a Autoridade Tributária e a EDP, porque a Autoridade Tributária simplesmente não tentou cobrar aquele dinheiro.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não abriu um processo, não abriu uma investigação e está a esconder-se atrás do Ministério Público para não cobrar à EDP 400 milhões de euros em IRC e imposto do selo, que esta Assembleia da República determinou que iam para os municípios e para as autarquias de Miranda do Douro. Portanto, quem não vai contribuir nada é a EDP, porque esses impostos vão caducar.

E à pergunta que lhe fiz, tão simples, sobre se vai ou não vai deixar caducar esses impostos, o Sr. Primeiro-Ministro não foi capaz de me responder.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Não respondeu!

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tal como não respondeu sobre o concurso que ficou parado durante seis meses e sobre os 200 médicos de família que saíram do SNS por isso.

O Sr. Primeiro-Ministro pode querer convencer-me de que é incompetência, mas eu não acredito. Não acredito na incompetência da Sr.^a Ministra da Saúde e do Sr. Primeiro-Ministro.

Acho que é de propósito, é sabotagem. O plano ideológico deste Governo é dismantelar o SNS e é isso que tem estado a fazer, decisão após decisão, em prejuízo de todas as pessoas que precisam dele.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma pergunta ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português, que dispõe de 4 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, nestes debates é recorrente o Sr. Primeiro-Ministro acusar-me...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... de que acuso o Governo de estar ao serviço dos grupos económicos. Mas a verdade é que o Sr. Primeiro-Ministro não perde uma oportunidade de me dar razão nas palavras que afirmo.

Há 1 milhão e 700 mil utentes sem médico de família e o que é que o seu Governo faz? Contrata, fixa ou valoriza médicos, enfermeiros ou outros profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde? Não! Decide transferir 6 milhões de euros para um grupo privado — 6 milhões de euros! — até ao final do ano; decide avançar com a privatização dos serviços primários de saúde e transfere esses 6 milhões de euros para esse tal grupo privado, para que ele venha ao Serviço Nacional de Saúde buscar os profissionais que tanta falta fazem a todos nós.

Sem preconceito ideológico, Sr. Primeiro-Ministro,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, sim!...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... repito, sem preconceito ideológico, diga, por favor, quantos mais milhões de euros está o Governo disponível para transferir para aqueles grupos que fazem da doença um negócio, à custa do acesso de todos à saúde?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem 4 minutos e 30 segundos para responder. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, até me apetece brincar um bocadinho...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Brinque, brinque!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e dizer que, combinado, não tinha saído melhor, porque essa era uma das respostas que ainda queria dar à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua e já não tive tempo.

É que, efetivamente, segundo o contrato que fizemos com a PPP (parceria público-privada) de Cascais, com a transferência de 6 milhões de euros, damos uma oferta de medicina familiar a 75 000 pessoas que não a tinham. Isto com cláusulas em que, entre outras coisas, está determinado que não pode haver contratação de nenhum médico, de nenhum profissional de saúde que esteja adstrito, naquela área, ao Serviço Nacional de Saúde por parte desta empresa.

Olhe, dá-se resposta a 75 000 pessoas, numa zona de alta densidade populacional, numa zona de grande carência de recursos humanos, e — pasme-se! — vai-nos ficar, até ao final do ano, 24 € mais barato do que o custo que tínhamos se déssemos esta resposta no Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quanto?! 24 €?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não estou com isto a defender que, daqui para a frente, a visão que queremos é a de que a multiplicação destes exemplos deve ser a regra.

O que estou a dizer é que conseguimos dar a resposta de que as pessoas precisam, que é imediata, que é urgente, utilizando a capacidade instalada no setor privado, e ainda aproveitamos para ter uma melhor gestão dos recursos públicos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Raimundo, pode continuar no uso da palavra. Ainda dispõe de 3 minutos e 13 segundos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, obrigado pela sua explicação, mas não me convence.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já se sabia!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A pergunta que se faz é esta: com 6 milhões de euros, quantos profissionais, que fazem falta todos os dias — todos os dias, como o Sr. Primeiro-Ministro sabe —, se contratavam para o Serviço Nacional de Saúde?

Mas o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu à minha pergunta, sobre quantos mais milhões é que o Governo está disponível para continuar a dar aos grupos económicos que fazem da doença um negócio.

O Sr. Primeiro-Ministro, há uns dias, fez uma afirmação, que até me deixou um pouco surpreendido, de que ia tomar as rédeas do dossiê da TAP.

Vai tomar as rédeas do dossiê da TAP para parar a privatização ou para ser o protagonista de mais um crime económico, como tantos que têm lesado o Estado, como foi o caso da ANA (Aeroportos de Portugal) ou da Efacec, já aqui falado e em que, no seguimento da reprivatização, é preciso ir atrás dos 580 milhões de euros de recursos públicos.

Protestos da IL.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vá pedir aos seus amigos!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — São muitos os exemplos de transferências de milhões e milhões de euros de recursos públicos para o setor privado em negócios, como, aliás, o Sr. Ministro das Infraestruturas conhece bem.

Ainda há pouco, o Sr. Primeiro-Ministro falou no negócio em que a TAP foi comprada com o próprio dinheiro da TAP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mentira! Isso é falso!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Vai o Governo insistir na entrega de empresas estratégicas ao capital estrangeiro?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem ainda 2 minutos e 57 segundos para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Raimundo, teremos sempre esta discussão e podemos eternizá-la, mas acredite que não defendemos — não defendemos mesmo! — a privatização de nada no Serviço Nacional de Saúde.

Nós defendemos uma boa gestão para o Serviço Nacional de Saúde, com maior capacidade para garantir a primeira resposta e aquilo que está na Constituição: um serviço de saúde universal e tendencialmente gratuito. E é isso que faremos até ao fim.

Foi isso que fizemos na recuperação das listas de oncologia, é isso que pretendemos fazer na medicina familiar, utilizando todos os instrumentos que a lei prevê,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Todos, todos, todos!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... incluindo unidades de saúde familiar (USF) de tipo B e de tipo C, mas dentro do perímetro do Serviço Nacional de Saúde. Foi isso que fizemos com a valorização salarial dos enfermeiros, para reter profissionais.

O Sr. Deputado perguntou-me quanto é que estava disposto a gastar para ter essa resposta no Serviço Nacional de Saúde. Olhe, Sr. Deputado, seguramente o mesmo — ou, até, se calhar mais um bocadinho — do que o valor da nossa transferência. Só que nós não temos gente! Faltam-nos médicos e enfermeiros para podermos ter essa resposta.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Porque a Ministra os manda embora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado não está atento e, mais uma vez, tenho de apelar àquilo que me foi perguntado há bocadinho sobre o resultado dos concursos.

Quando os concursos são abertos, infelizmente as vagas não são todas preenchidas. Não é um problema de agora,...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... é um problema que vem de há vários anos, mas estamos a dar atratividade às carreiras, para podermos ser mais bem-sucedidos nos concursos que queremos lançar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, ainda bem que me coloca a pergunta sobre a TAP, porque vou mesmo dizer aqui, com as letras todas, aquilo que quis dizer com essa afirmação: a nossa visão, como disse há pouco, é de privatização, de gestão privada e de capital privado na TAP.

Mas a nossa primeira condição é garantir a manutenção das rotas estratégicas para Portugal — e há várias — e que o *hub* da TAP fica em Portugal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Mas quais são as rotas estratégicas?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que eu disse foi que, se, nas propostas que vierem a ser apresentadas, esta condição não estiver garantida, tomaremos em mão a operação da TAP.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Tem de vir aqui!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Neste caso, não vamos fazer uma privatização só porque temos uma conceção de que o mercado funcionava melhor e a empresa também, se ela fosse privatizada.

É tomando as garantias que são necessárias, como, aliás, aconteceu na privatização de 2015, de que falou há pouco.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Foi um sucesso!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ui!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ela tinha o interesse público e estratégico de Portugal devidamente acautelado.

Risos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

É verdade! Só que o Partido Socialista, para governar depois de perder as eleições, fez um acordo convosco, precisamente com essas duas bancadas — do Bloco de Esquerda e do PCP —, e, no decurso disso, nacionalizou a TAP, injetou lá 3200 milhões de euros e, no decurso disso, quando se viu livre de vocês...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Só histórias novas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e voltou a ter maioria absoluta, ficou exatamente com o caminho aberto para ir recuperar aquilo que tínhamos feito em 2015. Qual é a dúvida nesta história? Ninguém, em Portugal, tem dúvidas nesta história, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS, do BE e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Continua ainda no uso da palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, que dispõe de 1 minuto e 49 segundos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, nunca pensei que o Sr. Primeiro-Ministro viesse aqui valorizar o facto de a TAP ter sido comprada com o dinheiro da TAP, mas, enfim, prossigamos.

Risos do PS.

Aumentar salários e pensões: é isso que se impõe. É esta a grande emergência nacional. E qual é a sua opção? Procurar limitar o aumento dos salários a todos os trabalhadores;...

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

... atirar para 2028 um valor do salário mínimo nacional que já fica aquém do que é pago, hoje, aqui ao lado, em Espanha; avançar com mais redução de impostos para os grupos económicos; fazer novos ataques à segurança social; e, não menos importante, pré-anunciar alterações às leis laborais, isto sim, são as tais «propostas irrecusáveis» ao patronato que enche os bolsos com lucros históricos.

Com o seu contributo, a discussão em torno do Orçamento do Estado está marcada pela encenação, pelo jogo do empurra, pelas manobras e pelo desvio de atenções.

Sei que é este o modelo que lhe serve. Elude as suas opções de fundo e a quem servem, passa ao lado dos reais problemas do País, de uma assentada, enrola o Partido Socialista e o Chega, mantém o País ajoelhado às imposições da União Europeia e a um excedente orçamental à custa do investimento e dos serviços públicos, aposta na propaganda e na ilusão.

Isto num país onde 2,7 milhões de trabalhadores recebem menos de 1000 € por mês, onde 1 milhão de reformados tem reformas abaixo dos 510 €, onde faltam médicos, enfermeiros, onde faltam creches e vagas no pré-escolar, onde faltam agentes nas forças de segurança, onde falta respeito por quem trabalha, onde falta uma política de floresta — cujas consequências da sua inexistência estão à vista —, onde faltam salários e

pensões dignas. Sr. Primeiro-Ministro, é para mantermos este ritmo? É para sermos os campeões europeus dos salários e das pensões baixas?

Sr. Primeiro-Ministro, o meu tempo de intervenção está a acabar e o Sr. Primeiro-Ministro não tem tempo para responder, mas queria fazer-lhe uma pergunta. A situação do povo palestino é dramática: o Médio Oriente está a ferro e fogo; os riscos de escalada de guerra aumentam. Não fazer nada...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para fazer perguntas, o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 4 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros e Caras Membros do Governo, Caros e Caros Colegas, Concidadãos, o Sr. Primeiro-Ministro disse aqui: «A margem que nós temos é de cerca de 2 mil milhões de euros.»

Sr. Primeiro-Ministro, acho que uma correção se impõe: não é «a margem que o Governo tem», o excedente orçamental que agora o Estado tem é o resultado do sacrifício dos portugueses durante muitos anos.

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Baixem os impostos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Foi por isso que o Livre, logo no início desta Legislatura, lhe lançou o desafio de serem discutidos os critérios para a utilização deste excedente — o que é dívida pública? O que é investimento público? O que é acorrer à emergência social?

O Sr. Primeiro-Ministro disse que ia pensar no assunto e nenhuma resposta veio, nem sequer nas reuniões que tivemos com o Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, estar à altura das responsabilidades de um Governo que é minoritário é saber discutir um Orçamento, nesta nova fase, com o Parlamento e com a sociedade portuguesa e não entregar aquilo a que toda a gente chama — não sou eu — uma «novela».

Mas tenho perguntas muito concretas em relação a propostas. Isto porque podia ter roubado a ideia do Livre, já que outras, pelos vistos, gostou de roubar.

Apresentou aqui o passe ferroviário, mas é o passe ferroviário nacional, proposta a favor da qual os senhores não votaram durante dois anos seguidos.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Apresentou aqui o estatuto do idoso, que é a Carta dos Direitos da Cidadania Sénior, apresentada pelo Livre.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nós não nos importamos, Sr. Primeiro-Ministro. As ideias do Livre são para roubar; há mais de onde estas vieram, e elas ajudam as pessoas.

E, mais, vou-lhe dar mais umas sugestões. Porque é que o fundo de emergência para a habitação, em que 25 % do imposto do selo das transações imobiliárias está a ser guardado — 100 milhões de euros por ano — não está a ser utilizado para tirar das ruas as pessoas que estão em situação de sem-abrigo?

Aceita trocar o IRS Jovem por uma herança social de 5000 € numa conta-poupança de cada bebé nascido em Portugal, para que a pessoa, aos 18 anos, possa recuperar isso para um pequeno negócio, uma formação?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os que não gostam de trabalhar?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Está disposto a trocar a sua descida do IMT para, pelo mesmo preço, fazer o fundo ajuda de casa, para que os jovens da classe baixa e da classe média possam comprar a sua primeira casa? Por favor, está à vontade para roubar estas ideias.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem 4 minutos e 30 segundos para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, creio que o Sr. Deputado está equivocado no contexto em que apresenta o excedente de volume orçamental, de que eu aqui falei, cuja discricionariedade da decisão do Governo é total. Deu a entender que isso era o acumulado dos últimos anos, e que era um excedente que nos tinha sido legado e transitado, mas não, Sr. Deputado, o excedente não transita.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É o sacrifício dos portugueses!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O excedente que vamos ter este ano é utilizado para abater na nossa dívida; o volume disponível para o próximo ano será apurado tendo em atenção as previsões de receita e de despesa que vamos incorporar no Orçamento.

E, portanto, de acordo com elas, temos esta margem para poder decidir em cima daquilo que já está decidido e que, naturalmente, será plasmado na proposta do Orçamento do Estado. E, Sr. Deputado, algumas boas ideias nós apresentamos.

Por acaso, essa do passe ferroviário nacional tinha sido apresentada pelo PSD,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ó Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o Partido Socialista rejeitou-a e, depois, aprovou a vossa.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vocês votaram contra, não apoiaram! Toda a gente sabe!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Repito, depois aprovou a vossa.

Mas dou-lhe essa de borla, sabe porquê? Porque, logo no primeiro debate que tivemos — tenho boa memória! —, o Sr. Deputado falou-me disso e disse-me: «O passe custa 49 €, mas tem limitações nos percursos e nos comboios que são abrangidos.» E eu disse-lhe: «Sr. Deputado, tem razão, nós vamos ver isso.» E sabe qual foi a resposta que lhe dei agora, com a nossa decisão? Foi: ao contrário do que acontecia na proposta que o Sr. Deputado conseguiu incluir no Orçamento do Estado, negociando com o Partido Socialista,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E que vocês não apoiaram!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... este passe ferroviário não custa 49 €, custa 20 €. E este passe ferroviário não é só entre o lugar A e o lugar B, no comboio C, é para todos os comboios, para todas as viagens de todos os pontos do País para todos os outros pontos do País, com exceção do Alfa Pendular.

Vozes do CDS-PP: — Ora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, o Intercidades nem sequer fazia parte da sua ordem de orientação.

Aplausos do PSD.

Nós fomos muito mais longe, mas, pronto, o Sr. Deputado quer ficar com esse crédito, eu dou-lho, porque a ideia é boa, facilita o transporte ferroviário das pessoas, facilita a mobilidade. É uma ideia, de resto, que se inscreve também numa preocupação ecológica e no fomento do transporte ferroviário.

Sobre o estatuto do idoso, confesso que não tenho noção de todos os pontos que estão no documento que aí exibiu, mas admito que as alterações que implementámos agora ao Estatuto da Pessoa Idosa, eventualmente, até, em relação ao Estatuto do Cuidador Informal — que sei que é uma matéria pela qual o Livre também tem apreço, e que acompanha —, possam conjugar algumas orientações que são semelhantes.

Sr. Deputado, a política é assim mesmo. Não somos obrigados, só porque estamos, do ponto de vista ideológico, em pontos diferentes, a discordar de tudo. O Sr. Deputado tem mostrado, efetivamente, uma postura construtiva, e eu também tenho mostrado, salvo melhor opinião — e, enfim, não quero ser juiz em causa própria —, suficiente espírito de abertura para ideias vindas do Livre poderem ser integradas no nosso plano de ação.

E assim continuará a ser também quanto à utilização do fundo de emergência para a habitação: vou analisar a situação; sinceramente, não tenho uma resposta direta para lhe dar agora.

A única resposta direta que tenho para lhe dar é sobre a política fiscal, porque, aí, o Governo já fez uma opção. É a opção que entendemos por mais correta, do ponto de vista do favorecimento da situação fiscal dos jovens portugueses, para que, em conjunto com outras políticas — na área da saúde, na área da habitação, na área da educação, na área da conciliação da vida laboral com a vida profissional —, possamos dar às famílias portuguesas, nomeadamente às mais jovens, o enquadramento para elas poderem ter uma vida com qualidade em Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Tavares continua no uso da palavra, tendo 2 minutos e 19 segundos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há uma grande diferença, no entanto, em relação à nossa proposta do passe ferroviário nacional e àquela que o Governo apresenta.

É que a nossa proposta garantia que a CP (Comboios de Portugal) não ia à falência. E o Sr. Primeiro-Ministro ainda não explicou como é que a proposta do Governo garante o mesmo.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas podemos ir mais adiante.

Apesar de o Sr. Primeiro-Ministro não gostar de dar respostas a direito, de «sim» ou «não», em relação ao abono de família, a ajudar as famílias, a como é que vai garantir a continuidade do programa 3C — Casa, Conforto e Clima, há uma resposta que vai ter de dar, uma resposta de «sim» ou «não», no próximo mês de novembro.

O Sr. Primeiro-Ministro vai estar na Cimeira do G20. E o que está em cima da mesa, colocado por Espanha, Brasil, França e muitos países, é que os super-ricos globais passem a pagar imposto.

Protestos da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Para as pessoas terem uma ideia do que isto é: mesmo alguém que ganhasse 100 000 € por ano e não gastasse nada, precisava de 10 000 anos para ser um super-rico global.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso já foi chumbado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aquilo que quero saber — e é muito simples — é qual é a resposta que o Sr. Primeiro-Ministro vai dar em novembro; se se vai juntar aos esforços internacionais para apoiar que haja um imposto...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A esquerda está viciada em impostos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... sobre estas mega, hiper fortunas globais, como o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros sugeriu que haveria abertura para fazer; ou se, tal como a bancada do PSD, foge da ideia «como o Diabo da cruz».

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Haja mais impostos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É que, para um país como Portugal, é importante que esta injustiça na globalização termine e que quem ganha mais, mas muito mais — mas muito, muito mais —, possa pagar qualquer coisinha,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Oh!...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... porque não é justo que esteja a pagar menos impostos do que o polícia, o enfermeiro ou o nosso vizinho.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vai ser «sim» ou «não»?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem 33 segundos, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, quanto à questão de como vamos fazer com a CP para evitar a sua falência, digo-lhe que vamos transferir o valor subjacente ao serviço que a CP vai prestar.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É uma garantia?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É tão simples quanto isso.
Quer dizer, o Sr. Deputado quer uma coisa e o seu contrário.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado quer, e valoriza, o alargamento do passe ferroviário nacional, e depois diz: «Mas, atenção, o senhor não pode fazer isso, porque, senão, a CP ainda vai falir.»

Ó Sr. Deputado, claro que nós fizemos as contas! Claro que vamos ressarcir a CP pelo serviço que ela vai prestar!

O Sr. Deputado fez-me lembrar — por isso é que estão tão próximos — o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, que também defende uma política fiscal, mas depois me diz: «Mas vamos ver aquilo que o FMI diz, porque o FMI é que é a nossa linha, a nossa bússola orientadora...»

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, completará a sua ideia numa próxima intervenção.

O Sr. Deputado Rui Tavares dispõe ainda de 51 segundos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, disse, no seu discurso inicial, que cada um deve assumir as suas responsabilidades. Pois bem, há uma responsabilidade que um Primeiro-Ministro, de um país europeu, de

um Estado de direito, de um partido da sua família política, tem de assumir, quando está no lugar em que o Sr. Primeiro-Ministro esteve neste debate parlamentar.

Foi-lhe feita uma pergunta, há pouco, em que foi imputada a autoria de um crime a uma etnia inteira. O Sr. Primeiro-Ministro não disse nada.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Um atentado à Constituição da República Portuguesa...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tem de ser sério, Sr. Deputado! Enquanto Deputado tem de ser sério!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e um atentado ao Estado de direito, porque o Sr. Primeiro-Ministro não disse: «Já julgou? Já investigou? Já condenou?»

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é mentira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado tem de ser sério!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Pede desculpa! Isso é falso! Isso é mentira!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Estou a falar e peço...

Protestos do CDS-PP e do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, se é assim...

Protestos do CDS-PP e do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, só 1 minuto.

Pausa.

O Sr. Deputado Rui Tavares ainda não tinha terminado, ou já?

Indicam-me que não, que o Sr. Deputado ainda estava no uso da palavra e iria terminar. Depois tem a interpelação do Sr. Primeiro-Ministro.

Protestos do CDS-PP e do CH.

Srs. Deputados, o Sr. Deputado Rui Tavares ainda não acabou. Faça favor, Sr. Deputado Rui Tavares, tem a palavra.

Protestos do Deputado do CH Pedro Santos Frazão.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, faço uma interpelação à Mesa: há tempo que tem de ser resposto.

Vozes do L: — Claro!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há tempo que tem de ser repostos!

O Sr. **Presidente**: — O tempo foi parado, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não, não, mas foi perdido antes!

Vozes do CH: — Não!...

O Sr. **Presidente:** — O tempo foi parado, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares (L):** — Sr. Presidente, houve 10 segundos que foram perdidos.

O Sr. **Presidente:** — O tempo foi parado, Sr. Deputado. Faça favor de usar da palavra.

O Sr. **Rui Tavares (L):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: Sim, sou sério,...

O Sr. **Pedro Pinto (CH):** — Não és nada sério! És mentiroso!

O Sr. **Rui Tavares (L):** — ... porque o assunto é da maior seriedade.

O Sr. Primeiro-Ministro, hoje, não é já aquele líder de bancada parlamentar que não sabia decidir-se entre Trump e Clinton.

Hoje, 2024, depois de tudo o que sucedeu, depois de vermos o que o populismo causou aos nossos países, o Sr. Primeiro-Ministro tem a obrigação de dizer àqueles que marcharam ao lado dos nazis que não podem violar impunemente a Constituição!

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Primeiro-Ministro pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Rita Matias (CH):** — Não estás no comício com a Joacine!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro vai usar da palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, é mesmo uma interpelação à Mesa.

Como o Sr. Deputado Rui Tavares aqui agora mencionou, enfim, numa outra altura da minha vida política, fui Deputado, durante 16 anos, e fui líder parlamentar durante 6 anos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão (CH):** — Não parece!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Portanto, conheço muito bem as regras do Parlamento. E, Sr. Presidente, creio que é possível disponibilizar o excerto — em vídeo, com o som, e da transcrição que os serviços vão fazer para o *Diário da Assembleia da República* —...

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS):** — Têm muito que fazer!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... da intervenção de resposta ao Sr. Deputado André Ventura.

E, quando esses elementos forem disponibilizados ao Sr. Deputado Rui Tavares, agradeço-lhe que apresente um pedido de desculpas, face à acusação que me fez agora.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Rui Tavares (L):** — Eu ouvi! Voltaremos a falar!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, assim será feito. A Mesa fará essa distribuição.

O Sr. Deputado Pedro Pinto também pediu a palavra. Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é também para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Interpelação mesmo, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, interpelação à Mesa, mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, o Sr. Presidente já, por várias vezes, durante os debates disse que os Srs. Deputados têm de se tratar de forma cordial e por «Sr. Deputado».

Não posso admitir — e o Sr. Presidente, enquanto Presidente desta Assembleia da República e de todos os Deputados aqui presentes, também não pode admitir — que haja um líder de um partido que trate uma bancada parlamentar por «aqueles». Aqui não há aqueles, é a bancada do Partido Chega.

Risos do PS e do BE.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Já os trataram por nazis!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Nazis, está tudo bem, aqueles é que não!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São 50 Deputados que foram eleitos legitimamente pelo povo português.

Aplausos do CH.

Portanto, o Sr. Presidente não pode admitir que o Sr. Deputado Rui Tavares trate os Deputados da bancada do Chega desta forma.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto...

Protestos do BE e contraprotestos do CH.

Sr. Deputado Pedro Pinto, quero dizer-lhe que tem razão. Eu devia ter feito esse reparo e não fiz.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Ó Sr. Presidente!...

O Sr. **Presidente**: — Pede-me a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares. Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço que os serviços de transcrição que,...

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não tens de pedir nada aos serviços!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... o mais depressa possível, disponibilizem à Câmara a frase que, efetivamente, foi dita, que foi: «aqueles que marcharam...».

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sim! Exatamente!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É um pronome demonstrativo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Até nem vou ao ponto...

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — E quando apontaste o dedo? Foi para quem?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nem vou ao ponto de pedir que se disponibilize à Câmara, também, todas as vezes que o Sr. Pedro Pinto usou exatamente a mesma palavra. Quero apenas anotar que ele não se ofendeu pelo final da frase «aqueles que marcharam...», que é ao lado de quem? De neonazis confessos.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Será disponibilizada pela Mesa toda esta panóplia tecnológica, que irá permitir as respetivas clarificações.

Agora, talvez possamos voltar a ter os níveis de audição possíveis. Já houve descontração da tensão.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — 100 milhões de mortos!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — És mais nazi do que nós!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, vamos lá...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Estás ao lado dos comunistas e estás calado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É a coligação!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — «Aqueles que foram a coligação»!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Cresce e aparece!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

Uma vez que a Sr.^a Deputada só dispõe de 2 minutos, tem de os aproveitar bem e com qualidade.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Sr. Deputado, a ordem de inscrição que a Mesa tem...

Pausa.

Srs. Deputados, está tudo correto? Não há nenhum problema adjetivo?

Então, Sr.^a Deputada Inês Sousa Real, faça favor. Tem a palavra por 2 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não posso deixar de partilhar da mesma indignação que aqui foi referida. Não nos indignarmos perante atribuições coletivas de culpas, para, depois, não deixarmos de nos indignar relativamente a quem marcha ao lado de neonazis e a quem apela à violação das mulheres de esquerda, é, de facto, estar a pôr em causa os valores do 25 de Abril.

Aplausos do L.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Muito bem! Esta é para o Presidente!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Foram todos no mesmo autocarro!

Protestos do CH.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, precisamente porque tenho esta oportunidade e o tempo é muito curto, não quero deixar de ter uma resposta sua hoje, porque é a terceira vez que lhe vou colocar esta questão.

O Sr. Primeiro-Ministro parte para este debate e para o debate do Orçamento do Estado em dívida para com a proteção animal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó valha-me Deus!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Queria saber quando é que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo vão pagar o que devem à causa animal.

São 13 milhões de euros que continuam na gaveta. Os avisos foram aprovados já há mais de um ano e continuam sem sair. Portanto, quero saber, e quero que diga a todos os portugueses, se efetivamente vai ou não lançar estes avisos e se estes são para continuar, porque não obtivemos qualquer resposta, nas negociações com o Governo, sobre se os mesmos vão estar inscritos no Orçamento do Estado ou se aquilo que o seu Governo quer fazer pela calada...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ui!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah!...

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... é retroceder a Lei n.º 27/2016, que proíbe os abates neste País, para voltarmos a ter chacinhas e massacres nos canis municipais, como tínhamos antes desta mesma legislação. É que, em seis meses,...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... destruir políticas que demoraram anos a conquistar é, de facto, um mau princípio e um mau legado que um partido que vem de António Maria Pereira — que fez o seu centenário este ano e que é conhecido como o pai dos direitos dos animais — vai deixar.

Mas queria ainda falar-lhe da questão ambiental. Ainda há pouco ouvimos os negacionistas do clima a levantarem as mãos, porque «Ai Jesus, que vem aí taxa de carbono», mas ainda hoje a Comissão Europeia processou Portugal por incumprimento da diretiva europeia.

Continuamos a ter, evidentemente, um caminho a fazer em termos de proteção ambiental. E, por isso, questioneei o Sr. Primeiro-Ministro nos debates quinzenais sobre a prevenção no combate aos incêndios e sobre a valorização dos bombeiros.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Na altura, o Sr. Primeiro-Ministro falou, e bem, nas alterações climáticas, mas não respondeu o que é que pretende fazer em relação aos bombeiros.

Ontem tivemos milhares de bombeiros aqui à porta a manifestarem-se. Há um estatuto de risco que é preciso aprovar, seja para a profissão de desgaste rápido, seja para a reforma antecipada, e o seu Governo ainda não disse se está disponível para reconhecer o sacrifício dos bombeiros — profissionais, sapadores ou voluntários — e aquilo que têm dado a este País. É que não podemos, num dia, bater palmas e agradecer por salvarem as nossas vidas e no outro não dar aquilo que...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, podemos ter visões diferentes, mas não duvide que este Governo também tenha, na proteção animal, um dos seus princípios e que o Ministério da Agricultura, que neste momento tem esta tutela, está a trabalhar em todos os domínios.

A informação que tenho é que o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) vai lançar os avisos, avisos esses que o Governo anterior não lançou.

Relativamente àquilo que virá no Orçamento, nós discutiremos a partir do próximo dia 10. Sabemos quais são as suas ideias e as suas posições e tomámos boa nota delas.

Portanto, sobre o que vamos fazer ainda este ano, a informação é que nas próximas semanas esses avisos vão sair. Quanto àquilo que vamos fazer para o ano, discutiremos por altura da apresentação do Orçamento.

Agora, aproveito a sua questão sobre a valorização dos bombeiros, de todos os bombeiros — não só dos profissionais, mas também dos voluntários —, ...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para lhe lembrar o nosso compromisso com a valorização desse estatuto.

Mas, sobre aqueles que estiveram ontem nas escadarias da Assembleia da República — os bombeiros sapadores —, vou só aproveitar a ocasião e o ensejo da sua questão para dizer à Câmara que, desde que tomámos posse, já tivemos uma reunião, no dia 24 de abril, entre o Gabinete do Secretário de Estado da Proteção Civil e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores (SNBS), com a presença do Secretário de Estado da Administração Local; tivemos uma outra reunião no dia 8 de maio; tivemos uma outra no dia 14 de maio; tivemos uma outra no dia 16 de maio; tivemos outra no dia 20 de maio; tivemos, no dia 12 de junho, uma reunião *online* sobre este tema com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP); tivemos uma outra reunião com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) sobre este tema, no dia 19 de junho;...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... tivemos, no dia 10 de setembro, uma reunião com o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território e a Secretária de Estado da Administração Pública para, precisamente, tratar deste assunto. Finalmente, também tivemos uma reunião no dia 27 de setembro, na sexta-feira passada, com vários sindicatos da Administração Pública e também com...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro. Está compreendido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para colocar perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, dispondo de 3 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, restantes Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os portugueses estão preocupados. Pior, os portugueses estão cansados, cansados de crises políticas artificiais e fartos de intrigas e jogos de poder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E percebe-se porquê. Os portugueses querem que este Governo continue a governar e, por isso, os portugueses querem que o Orçamento seja aprovado para garantir estabilidade política ao País e para garantir estabilidade financeira nas suas casas.

Acresce que não há memória de um primeiro Orçamento apresentado por um Governo com maioria relativa que não tenha sido viabilizado por este Parlamento. Foi assim com Cavaco Silva, mas foi também assim com António Guterres, com José Sócrates e, ultimamente, com António Costa.

Mais, se o Parlamento não viabilizar o Orçamento, o País será arrastado para uma crise política grave, num momento em que o mundo está cada vez mais perigoso e mais imprevisível.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois está!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, por isso, a bem do País, gostava de me dirigir diretamente ao Secretário-Geral do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É o que o CDS quiser!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Gostava de lhe fazer um apelo que é um apelo muito simples.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Com lágrimas!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É o que o CDS quiser!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, o apelo é este: ponha os interesses dos portugueses à frente dos seus estados de alma. Ponha os interesses do País à frente dos seus rótulos ideológicos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vá a votos e depois falamos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ponha os interesses nacionais à frente dos seus interesses partidários. O sentido de Estado assim o exige!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vá a votos sozinho!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A responsabilidade política assim o obriga. E todos os portugueses esperam que o Sr. Deputado seja responsável e que tenha sentido de Estado, como esperam que todos nós o tenhamos.

Sr. Primeiro-Ministro, o Orçamento do Estado que vai apresentar visa melhorar a vida das pessoas. Não é daqueles Orçamentos do Estado de cortes que fomos obrigados a aprovar para salvar o País da bancarrota, deixada por José Sócrates. Pelo contrário, é um Orçamento do Estado que vai aumentar salários, que vai aumentar pensões, que vai reduzir impostos e que vai garantir o cumprimento do PRR.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Com os votos do CDS já passou!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mais: é um Orçamento do Estado que vai garantir a aplicação das medidas do PS aprovadas neste Parlamento com o apoio do Chega.

Por isso, a pergunta que lhe queria fazer, Sr. Primeiro-Ministro, é a pergunta que todos os portugueses querem fazer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parece o PCP!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Está a ofender-nos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Como é possível que um Orçamento do Estado que aumente salários, que aumente pensões, que reduza impostos e que garanta a aplicação das medidas da oposição não seja viabilizado pela oposição?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Podia deixar o João Almeida falar de vez em quando!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Fica para as Comissões!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem agora a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 3 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, é verdade, os portugueses não vão compreender se for criada uma crise política à volta da aprovação do Orçamento do Estado para 2025.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E de quem é a culpa?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não vão compreender por todos os argumentos que o Sr. Deputado aqui enunciou. Não vão compreender porque a situação internacional é de grande incerteza, é mesmo de insegurança.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Dia 10 de março também era!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não vão compreender, porque muitos dos parceiros comerciais mais relevantes para Portugal estão a atravessar problemas difíceis nas suas economias que se fazem sentir também na nossa, a começar pela Alemanha, continuando pela França, não esquecendo a Itália e a Espanha, e não esquecendo também as consequências económicas, ao nível do comércio internacional, de decisões importantes que se tomarão nos próximos meses, nomeadamente a escolha do próximo Presidente dos Estados Unidos da América.

Os portugueses que olham para o País, independentemente, até, do fundamento para lá termos chegado, veem uma situação financeira estável. Também temos uma situação económica estável. Ela só não é de molde a criar muito otimismo porque nós, infelizmente, não temos tido a capacidade de reter o nosso talento e a nossa capacidade inovadora, que é a mola para um crescimento económico mais robusto. É por isso que nós temos políticas fiscais que favorecem o investimento, também favorecem a retenção de capital humano e até a atração de capital humano do exterior.

Mas os portugueses, que já passaram por tantos sacrifícios, os portugueses que, como lembrou, tiveram de sofrer as agruras de termos aqui o FMI, que o Partido Socialista chamou, os portugueses que, no dia a dia, querem ter um salário maior;...

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

... os portugueses que não querem estar asfixiados por impostos em tudo, nomeadamente sobre os rendimentos do seu trabalho, sobre o produto do seu trabalho, terão muita dificuldade em perceber isso.

Mas terão uma razão adicional, Sr. Deputado: terão muita dificuldade em perceber que não há verdadeiramente razão para a maioria relativa da AD (Aliança Democrática) — do PSD e do CDS-PP —, com a viabilização do Partido Socialista,...

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

... não ser possível apenas e só se o Partido Socialista tiver como opção radicar-se na sua inflexibilidade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se não aceitar uma aproximação de posições em duas políticas fiscais que ambos defendemos: a diminuição da carga fiscal sobre as empresas e a diminuição da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho dos mais jovens. Ninguém vai perceber se isso não acontecer.

E, por isso, termino dizendo-lhe o que disse há pouco: tenho mesmo um grande respeito pessoal e político pelo Secretário-Geral do Partido Socialista há muitos anos e tenho, acima disso, um grande respeito institucional pelo Partido Socialista, como partido fundador da nossa democracia, que nos governou — ainda que mal — durante muito do período desta democracia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tenho um respeito profundo e democrático e não quero mesmo acreditar que a proposta irrecusável já está recusada mesmo antes de ser apresentada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Continua no uso da palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, dispondo de 19 segundos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Governo tem mostrado grande capacidade de negociar e chegar a acordos desde o início das suas funções.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Esta terça-feira chegou a mais um acordo com a concertação social — um acordo tripartido — e o CDS gostaria de saudar esse acordo, em primeiro lugar pelo aumento do salário mínimo para 1020 € em 2028 e, em segundo lugar, pelo aumento do salário médio.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Gostaria de perguntar ao Governo, tendo em conta a melhoria das estimativas iniciais do salário médio, quais são as políticas económicas do Governo para chegar a este objetivo?

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, camarada!

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem agora a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD, que dispõe de 11 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o debate começou com as perguntas colocadas pelo Secretário-Geral do Partido Socialista e com as considerações feitas à volta da situação política que vivemos, com a aprovação ou não-aprovação, ou antes, com a viabilização do Orçamento do Estado para 2025 por parte do Partido Socialista.

Ouvimos, Sr. Primeiro-Ministro, o Secretário-Geral do Partido Socialista vir a este debate dizer: «Aqui, o centrista sou eu!».

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — E é!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E é! Mas é o mesmo Secretário-Geral do Partido Socialista que cita Marx nos congressos e que foi o guru da geringonça? Este é que é o grande centrista que hoje aqui se apresenta?

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Que horror!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É o mesmo Secretário-Geral do Partido Socialista que hoje cita, para suportar as suas posições políticas, os relatórios do FMI...

Protestos do PS.

... mas que zurzia no FMI e fazia tremer as pernas dos banqueiros alemães?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Secretário-Geral do Partido Socialista que veio aqui, nos últimos dias, impor como linha vermelha à viabilização do Orçamento do Estado para 2025 um regime de IRS Jovem — que beneficia aqueles que precisamos que cá fiquem a contribuir para a nossa economia —, é o mesmo Secretário-Geral do Partido Socialista que inscreveu no programa eleitoral o IRS Jovem e o alargamento do IRS Jovem, que o Partido Socialista então defendia, se calhar só para fins eleitorais?

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Não concordamos é com o vosso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, nós precisamos de acalmar o tom do debate político.

Protestos do PS, do BE, do PCP e do L.

Precisamos, efetivamente, de não mudar de convicções conforme o momento eleitoral ou o taticismo político, porque aquilo que está aqui em causa, Sr. Primeiro-Ministro, é saber o seguinte: pode o País ter uma crise política por o Orçamento do Estado para 2025 não ser viabilizado por esta Câmara? A mesma Câmara, Sr. Primeiro-Ministro, que viabilizou o Programa do Governo com todas essas medidas que hoje renegam, como se fossem uma espécie de anticristo?

Protestos do PS.

Pergunto: pode o País perceber que tem de ser chamado a eleições legislativas? O Sr. António, por exemplo, que tem uma empresa que vende maquinaria agrícola em Bragança, perceberá isso, só porque há quem nesta Câmara não queira baixar os impostos da sua empresa?

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

A D.^a Maria, Sr. Presidente, que tem um restaurante na Guarda que todos os dias serve refeições a um conjunto de trabalhadores que vão lá almoçar, porque não podem ir a casa. Alguém perceberá que estamos a chamar a D.^a Maria a eleições porque não queremos, nesta Câmara, baixar os impostos do trabalho da empresa da D.^a Maria?

Protestos do BE.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, mas alguém perceberá, neste País, que os amigos do Deputado Fabian, que está ali tão interventivo, que trabalham e que ganham 1500 €, 1600 € ou 1700 € por mês, que olham para a geografia na União Europeia e que dizem: «Eu ganho mais se for colocar o meu talento, aquilo que os meus pais, os meus avós, que o meu País depositou em mim, se for trabalhar para a Holanda, para Londres, para a Alemanha.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

É possível perguntar ao tal amigo do Deputado Fabian se ele entende que vai ser chamado para eleições legislativas porque este Parlamento não lhe quer baixar os impostos e não quer que ele tenha mais rendimento líquido ao final do mês?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, as pequenas e médias empresas (PME) deste País, que pagam 60 % do imposto em sede de IRC...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu vou repetir...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O quê?! Não é não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade, Sr. Deputado! É verdade, é! Eu vou-lhe dizer: as PME em Portugal pagam 63 % da percentagem do imposto liquidado em sede de IRC.

O Sr. Deputado anda a criar uma narrativa que é falsa! É manifestamente falsa.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Calma! Calminha!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

É a narrativa, Sr. Primeiro-Ministro, em que abana o papão do «Governo que quer baixar o IRC sobre as grandes empresas!».

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos e do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Esquece-se é de dizer que as PME, em Portugal, constituem o grande tecido empresarial desta nossa economia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pagam IRC! São 300 000!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Deixe-me dizer-lhe, já agora, que quem me dera — a mim, a esta bancada e, tenho a certeza, ao País! — que essas PME fossem, todas elas, grandes empresas. É para isso que o Governo deve trabalhar, para termos mais grandes empresas em Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, Sr. Presidente, os acionistas e os trabalhadores dessas PME — no interior do País, no Algarve, na região Centro, empresas que trabalham na indústria, que empregam as portuguesas e os portugueses — perguntam-se: «Mas nós vamos a eleições porque há um partido que governou nos últimos oito anos e não quer baixar os impostos sobre os lucros destas empresas, o que lhes permitiria pagar melhores salários,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... aumentar o investimento e capitalizar-se?»

E diz o Partido Socialista, Sr. Primeiro-Ministro: «Bem, mas isso é o que nós queremos!»

Por um lado, não querem a redução da taxa nominal do IRC porque acham que isso é só para as grandes empresas, e dizem: «Olhem lá para fora, ninguém faz isso!»

Pois não, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, porque praticamente nenhum país tem a taxa nominal que nós temos no IRC.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro, é sabido!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já são muito mais competitivos do que nós na captação de investimento estrangeiro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas sabe, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, se olharmos só para as empresas que terão um benefício fiscal em sede de IRC e que possam, por exemplo, aumentar salários, que possam capitalizar mais as suas empresas — como o senhor defende —, deixe-me dizer-lhe que está outra vez errado, e está em contradição. Infelizmente, em Portugal, as empresas que podem aumentar os salários e capitalizar-se mais são, precisamente, as empresas que o senhor diz que não quer ajudar: são as grandes empresas em Portugal!

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vá para uma empresa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade, é uma contradição no seu modelo económico.

Continuação de aplausos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, o País confia na capacidade de diálogo do Governo. Há uma reunião marcada, agendada para o final deste debate quinzenal, entre o Sr. Primeiro-Ministro e o Secretário-Geral do Partido Socialista.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Está a contribuir para isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Devo-lhe dizer que, arrogando-me mesmo a falar em nome da esmagadora maioria dos portugueses,...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Ah!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... todos eles quererão que o Sr. Primeiro-Ministro e o Secretário-Geral do Partido Socialista tenham o bom senso,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Isso é para si!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... a flexibilidade, o sentido de Estado de pôr o interesse nacional acima de qualquer interesse meramente eleitoral.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Está a ser feito o apelo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas também lhe quero dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que é o mesmo País acerca do qual, todos os dias, na opinião publicada,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Na opinião publicada!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... se diz que precisa de estabilidade, que precisa de previsibilidade. Mais, dizem eles todos — e, aliás, já ouvi alguns membros do Partido Socialista a dizerem isso — que, havendo eleições, quem teria mais a ganhar era a bancada do Governo, o PSD e a AD, porque, pelos vistos, e ainda bem, valorizam o trabalho que o Governo está a fazer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o CDS?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, quero que fique muito clara a pergunta que lhe vou fazer, e peço uma resposta direta: tem o Governo interesse em que haja eleições antecipadas e em que o País fique para trás na execução do PRR, na captação do investimento estrangeiro, nos acordos que conseguimos com professores, enfermeiros, guardas prisionais e forças e serviços de segurança, e em toda a transformação estrutural que estamos a fazer? Há algum interesse de alguém nesta Câmara em que o País vá para eleições e não tenha a estabilidade que a aprovação do Orçamento do Estado para 2025 traz? Não creio, mas queria a sua resposta.

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, queria dizer que, na última semana, o Governo, mais uma vez numa prova da sua capacidade de diálogo — e queria, por isso, cumprimentá-lo —, conseguiu um acordo de concertação social com vários parceiros: parceiros sindicais, confederações de trabalhadores, confederações do turismo, a CIP, a CAP... Devo-lhe dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que ninguém estava à espera de que a CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) assinasse, e, portanto, com isso também não quero perder muito tempo. Foi um acordo com aqueles que têm mesmo vontade de fazer, de negociar e de puxar o País para a frente.

A CAP também assinou esse acordo, e o Sr. Primeiro-Ministro tinha uma promessa eleitoral, um compromisso muito forte com o mundo rural e com a agricultura portuguesa. O Sr. Primeiro-Ministro disse em campanha eleitoral, muitas vezes, que queria corrigir um erro crasso da governação do Partido Socialista — deixe-me dizer: mais um! —, que foi a extinção *tout court* das direções regionais de agricultura e pescas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Primeiro-Ministro comprometeu-se com o País, mas comprometeu-se, designadamente, com o mundo rural e com os agricultores portugueses, em olhar para a agricultura como prioridade e em reverter esta situação.

Como sabemos, a CAP, que assinou o acordo, foi um dos grandes contestatários — e bem! — da decisão do Partido Socialista.

Queria perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se já há alguma decisão tomada sobre essa matéria e se hoje pode garantir ao Parlamento e ao País que mais uma das suas promessas eleitorais está cumprida?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, para responder, dispõe de 11 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, vou já começar por esta última questão.

O erro não foi propriamente a extinção das direções regionais de agricultura e pescas.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Olha, olha!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O erro foi extingui-las e não criar nenhum mecanismo alternativo que garantisse uma efetiva tutela do Ministério da Agricultura sobre os serviços desconcentrados do próprio Ministério,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e, portanto, uma política nacional de agricultura que fosse assim entendida e que, naturalmente, tivesse orientações do Ministério da Agricultura e Pescas, e não a suscetibilidade de, em cada comissão de coordenação e desenvolvimento regional, poderem ser incrementadas e implementadas medidas sobre o setor com ritmos e registos diferentes. Esse foi o grande problema.

Ora, o Governo, neste meio ano, estudou profundamente os efeitos da extinção das direções regionais. Estudou, até, alguns efeitos positivos, nomeadamente em termos de gestão de fundos europeus, e estudou também os efeitos negativos, que foram muitos, precisamente, porque as velocidades são diferentes, os registos são diferentes.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E agora...!?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E agora, no âmbito das negociações que tivemos na concertação social com os parceiros sociais, acertámos com a CAP — mas fomos mais longe, porque fizemos esse diálogo também com a CONFAGRI (Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal) — para chegarmos a uma decisão. A decisão é a de que vamos legislar no sentido de garantir que o Conselho de Ministros vai passar a nomear, sob proposta do Ministro da Agricultura e Pescas, um vice-presidente para as comissões de coordenação e desenvolvimento regional.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vai ter tutela direta desse vice-presidente, naturalmente, no âmbito de uma tutela mais larga que integra o Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial,...

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

... valorizando a agricultura como setor estratégico — porque nós vamos cumprir esse desígnio! — e dando-lhe uma dimensão de desenvolvimento regional, que também deve ter.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Portanto, vamos aproveitar o facto de haver uma tutela única de um ministro e, depois, de haver, no terreno, uma política de desenvolvimento regional adaptada a cada uma das regiões.

Isto vai fazer com que toda a estrutura e todo o conhecimento dos serviços do Ministério da Agricultura estejam ao serviço da estratégia do País para a agricultura, e isso vai ser, seguramente, um *upgrade* nas possibilidades de concretização das nossas orientações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Depois, Sr. Deputado, porque prometi um «até já» e isto transformou-se num «até logo», porque demorou muito tempo, não quero deixar de lembrar — só para que não se diga que me esqueci do tema — ao Sr. Deputado André Ventura,...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi-se embora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... através da sua bancada, que me recordo, assim muito rapidamente, de ter registado uma pretensão de voto contra o Orçamento do Estado, que era irrevogável; de que, passado pouco tempo, o Chega poderia votar a favor se nós viabilizássemos um referendo sobre a imigração;...

Protestos do CH.

... e, depois, de que nem sequer era preciso esse referendo porque a disponibilidade era total;...

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

... depois, de que o Governo escolheu o PS e, portanto, «já não temos disponibilidade nenhuma»; depois, de que se o PS falhar, «nós estamos cá outra vez»...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Responsabilidade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — De manhã havia indisponibilidade, à tarde havia meia disponibilidade e à noite havia disponibilidade total, se o Primeiro-Ministro rasgasse o «não é não» e fizesse um acordo, não para o Orçamento de 2025, mas para todos os Orçamentos destes quatro anos e meio de Legislatura.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A 10 de março, à noite!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E houve mais, e houve mais!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vai correr mal!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foram tantas, Sr. Deputado, que, de facto, a única coisa que eu sei é que não sei o que é que o Chega pensa sobre o Orçamento do Estado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade! Olhe que não...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — No entanto, naturalmente que me eximo a fazer considerações semelhantes àquelas que foram feitas sobre o Governo e sobre o Primeiro-Ministro neste período.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O senhor sabe que nós sabemos! O senhor sabe!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, enfim, algum dia se irá perceber qual é a verdadeira intenção do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! Bem dito!

O Sr. **Jorge Botelho** (PS): — Eles também não sabem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Dar cabo da democracia e do Estado de direito!

Protestos do CH.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, Sr. Deputado Hugo Soares, a questão fundamental é mesmo aquela que coloca. A questão fundamental é a de saber se todos temos sentido de responsabilidade para interpretar a vontade do povo, manifestada nas urnas, de não ter uma maioria absoluta na Assembleia da República, de escolher um Primeiro-Ministro e de escolher a linha orientadora de um Governo; de saber se temos ou não temos condições para viabilizar um dos instrumentos mais preponderantes na execução do Programa do Governo, que é a Lei do Orçamento do Estado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em particular, de saber se o maior partido da oposição — ele próprio beneficiário, noutras alturas da nossa história democrática,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... da capacidade dos partidos que integram esta coligação, e foram os dois, às vezes até em momentos diferentes,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para viabilizar Orçamentos do Estado de Governos de maioria relativa, Governos que não eram minoritários, mas sim de maioria relativa —,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Guterres! Sócrates!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... se o atual Partido Socialista, tem ou não tem essa disponibilidade.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Há dois partidos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vamos ver... embora os indícios sejam francamente maus, Sr. Deputado. E são francamente maus porquê? Porque o Partido Socialista diz que tem essa disponibilidade, uma disponibilidade firme, assumida e, portanto, leal, e eu quero aqui dizer-vos, olhos nos olhos — à Assembleia da República, a todos os partidos, ao partido que me interpelou e ao partido que tem a possibilidade de viabilizar o Orçamento do Estado —, que não há maior lealdade e frontalidade do que aquelas que tivemos na tomada de posse, no dia 2 de abril.

Nessa altura, eu disse ao Sr. Presidente da República que a assunção de funções, que ocorreria na sua plenitude com a apreciação do Programa do Governo na Assembleia da República, fazia sentido se não houvesse a rejeição do Programa e se essa decisão incorporasse a dotação ao Governo dos meios mínimos de execução do seu Programa. Porque senão, não valeria a pena sequer começar!

Mas eu disse mais, na tomada de posse. Sei que nem toda a gente quis perceber, e houve até quem me acusasse de arrogância por tê-lo feito, quando eu acho que é precisamente o contrário. Tive a humildade de dizer «só posso governar se me assegurarem esta condição», e, portanto, na tomada de posse, disse ao Sr. Presidente da República e ao País que iria dizer o mesmo no Parlamento, a todos os partidos e ao Partido Socialista. E assim fiz.

Mas disse outra coisa. Disse que isto não tem nada a ver com a invasão do espaço programático do Partido Socialista, e muito menos tem a ver com qualquer adesão do Partido Socialista ao sentido de orientação política e governativa deste Governo,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... pois já sabemos que se o Partido Socialista inviabilizar este Governo é porque quer governar.

O Partido Socialista inviabilizou a descida do IRS que nós preconizámos, e governou, a partir da Assembleia da República, a política fiscal com, nomeadamente, o Chega.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Depois, fê-lo a propósito das portagens; depois, fê-lo a propósito do IVA na eletricidade...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Está no direito de o fazer e pode querer fazê-lo, até para governar o País. O que não pode é dizer que tem esta disponibilidade e, depois, arranjar dois pretextos que são isso mesmo: pretextos. Porque se eles fossem tão cruciais como aquilo que o Partido Socialista diz hoje, então, precisamente em

resposta à nossa postura de lealdade e de frontalidade, tinham-nos dito assim: «Nós não aprovamos uma moção de rejeição na Assembleia da República que tenha um programa onde constem a descida do IRC como o Governo defende...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: —... e a descida do IRS como o Governo defende.»

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é que era leal!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Cometemos um erro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se essa posição é inultrapassável, então, como ela é a âncora daquilo que é o projeto político do Governo, o melhor era o Governo não ter começado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Foi um erro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, Sr. Deputado, não cometeu um erro.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Cometemos, cometemos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado ouviu bem os discursos na tomada de posse e ouviu bem os discursos na discussão do Programa do Governo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi propositado!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Cometemos um erro, mas não cometemos dois...!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas se quiser assumir que foi um erro, então, assumo-o na plenitude e diga assim ao País: «Eu prefiro ir para eleições para clarificarmos esta situação, porque lá atrás cometi um erro.»

Aplausos do PSD.

Não batam palmas, porque eu preciso do tempo. A sério!

Risos do CH.

Aliás, com o conhecimento que tenho do Parlamento, que ainda há bocadinho foi invocado, vou dizer em voz alta aquilo que não está gravado, porque o microfone do Deputado Pedro Nuno Santos não está ligado. Ele disse que cometeu um erro, que o Partido Socialista cometeu um erro ao deixar viabilizar o Programa do Governo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Disse, disse!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isto é grave! Muito grave!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E é isso que vai ter de dizer ao País se não quiser viabilizar o Orçamento do Estado,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Irresponsabilidade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque o País vai perceber, daqui a pouco, que é a pensar no País, a pensar nas mulheres e homens que se levantam todos os dias para trabalhar, a pensar em como o IRS Jovem é para os jovens, mas também é para os seus pais e avós,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que muitas vezes contribuem com o seu rendimento para ultrapassar as dificuldades deles e que se veem privados de estar ao seu lado porque eles vão para o estrangeiro, que é a pensar nisso tudo que o Governo e eu próprio, com o mesmo sentido de frontalidade e de lealdade, vamos aproximar as posições que temos do IRC e do IRS Jovem às posições que tem o Partido Socialista.

E se o Partido Socialista não aproveitar essa aproximação, se o Partido Socialista afirmar em voz alta o que disse há pouco em voz baixa, que errou ao permitir que este Governo iniciasse funções...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É gravíssimo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e assumisse a plenitude da sua investidura e da sua capacidade de decisão, então, o que o Partido Socialista está a dizer é que, ao contrário do Governo e do partido que lidero, o PSD, e posso falar também do nosso parceiro de coligação,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... ao contrário de nós, que, objetivamente, não queremos eleições, mesmo que daí tirássemos proveito, o Partido Socialista, sabe-se lá porquê — ou saber-se-á porquê, eventualmente, no futuro —, parece que quer mesmo eleições. Eu não quero acreditar nisso!

Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que era o CDS e o que é!

O Sr. **Presidente**: — Informo a Câmara de que foram transferidos 54 segundos da bancada do PSD para o Governo, tendo o Sr. Primeiro-Ministro tido mais esse tempo para completar a sua resposta.

O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, porque o Sr. Primeiro-Ministro fez uma interpretação do que eu estava a dizer, e nós deixámos sempre claro, desde a primeira hora, que não viabilizamos nenhum Programa do Governo.

Nós chumbámos uma moção de censura, como chumbaríamos uma moção de confiança se o Governo a apresentasse.

Vozes do PSD: — Foi de rejeição!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Isto não é uma interpelação!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nunca demos o OK ao Programa do Governo ou à substância do Programa do Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa? Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, é só para fazer uma correção, enfim, técnica: não houve uma moção de censura, houve uma moção de rejeição do Programa do Governo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sim, de rejeição!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Houve uma moção de rejeição do Programa do Governo.

Vozes do PS: — Oh!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É que faz toda a diferença, Sr. Deputado. Sr.^{as} e Srs. Deputados, faz toda a diferença!

Uma moção de censura apresenta-se face à execução de um programa; uma moção de rejeição — está na Constituição! — apresenta-se como elemento para não atribuir ao Governo a capacidade plena para governar. São duas coisas completamente diferentes, e eu quero que o Parlamento, mas, sobretudo, os portugueses em casa, percebam a diferença entre estas duas figuras.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Como o momento é suficientemente importante, interpretei o Regimento *cum grano salis*, pois acho que era do interesse de todos os portugueses ouvir esta situação final, estas duas sinalizações que foram dadas.

Acabámos, portanto, o primeiro ponto da ordem do dia.

Vamos passar ao segundo ponto, relativo ao debate conjunto, com a participação do Governo, sobre as prioridades da presidência húngara do Conselho da União Europeia e sobre o relatório anual quanto ao acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, previstos na alínea c) do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, juntamente com a apreciação do Projeto de Resolução n.º 318/XVII/1.^a (CAE) — Apreciação do relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2023».

Presumo que o Sr. Primeiro-Ministro não vá estar presente nesta discussão, mas sim o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. Assim sendo, cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e peço que aguardemos um pouco para que a bancada do Governo possa sair.

Pausa.

Dou então a palavra ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros para fazer o favor de proferir a intervenção inicial, em nome do Governo, sendo que dispõe de 8 minutos para o efeito.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Rangel): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo: Cabe-nos, essencialmente, neste debate, tratar quer das prioridades da presidência húngara, quer do chamado relatório sobre a participação de Portugal na União Europeia, e, por isso, chamaria a atenção, em primeiro lugar, para o contexto em que estamos.

Estamos numa União Europeia com duas crises militares, dois conflitos, duas guerras: uma, no nordeste da Europa, com a invasão russa da Ucrânia; e outra, no sudeste da Europa, no Próximo Oriente, na tensão que existe entre Israel, Palestina, Líbano, Irão, e outros eventualmente envolvidos, como o Líbano. Portanto, estamos justamente numa situação que exige da Europa uma capacidade de resposta muito, muito rápida e que, por isso, se apresenta como um momento de transição.

Efetivamente, tivemos as eleições europeias, o que significa uma mudança das lideranças europeias, e esse ciclo não está completado. Em termos de balanço, devemos, por um lado, registar a eleição do ex-Primeiro-Ministro António Costa para o cargo de presidente do Conselho Europeu; devemos também regozijar-nos com a recondução de Ursula von der Leyen como presidente da Comissão Europeia; e, além disso, evidentemente, devemos também regozijar-nos com a atribuição da pasta dos Serviços Financeiros e da União de Poupança e Investimento à comissária portuguesa Maria Luísa Albuquerque. Esta é uma pasta fundamental, que se liga

diretamente a um dos temas que está na presidência húngara e que, na verdade, está no relatório Letta e no relatório Draghi, e que tem a ver com a competitividade europeia.

Um dos problemas que a Europa vive hoje, apertada entre, por um lado, a reorganização geopolítica dos Estados Unidos e, por outro, a emergência cada vez maior da China, é, justamente, a questão da competitividade europeia. Eu diria que, para nós, o ponto fundamental é perceber qual será o próximo quadro financeiro plurianual, que vai sofrer mudanças enormes, também porque as orientações da Europa — outro ponto que está na presidência húngara — irão deslocar-se para a segurança e para a defesa, e tudo isto vai implicar uma nova distribuição dos fundos que a Europa põe à disposição dos Estados-Membros para o seu desenvolvimento e para o fomento dessa competitividade.

É, por isso, fundamental compreender que, no relatório Draghi e também no relatório Letta — aliás, o título da pasta da comissão portuguesa é criado a partir de uma proposta do relatório Letta: «União de Poupança e de Investimentos» —, está, justamente, a ideia de que nós temos de financiar um investimento europeu de grande monta.

O que é proposto por Mario Draghi, como sabemos, é essencialmente 800 mil milhões de euros por ano, o que significa um PRR anual para toda a União. Para isso, evidentemente, temos um problema, que é o problema das receitas, do financiamento do projeto europeu. Há aqui uma falha e, portanto, esse é um dos debates que vale a pena aqui fazer.

Outro aspeto para o qual também importa chamar a atenção, nestas prioridades da presidência húngara, é, naturalmente, para a questão do alargamento. E, no caso da presidência húngara, o alargamento com enfoque nos Balcãs.

Sabemos que a presidência húngara tem sido altamente reticente relativamente à questão da Ucrânia, não tanto à questão do alargamento, mas é, porventura, o único Estado-Membro que tem, sistematicamente ou de forma muito frequente, bloqueado decisões que põem em causa a estratégia de apoio, nomeadamente militar e financeiro, porque o apoio político e humanitário à Ucrânia nunca esteve em causa. Por isso, também quer pôr o foco nos Balcãs Ocidentais, designadamente na Albânia, na Sérvia, na Macedónia do Norte, na Bósnia-Herzegovina e, eventualmente, no Montenegro e Kosovo. Portanto, esse é um ponto acerca do qual também temos aqui matéria para discussão.

Finalmente, a propósito das questões de segurança e defesa, queria, enfim, avançar para a ideia de que há um grande consenso em que, pelo menos, tudo o que tenha a ver com a base tecnológica industrial de defesa europeia, com a ideia da harmonização e compatibilização dos equipamentos militares a nível europeu, deve passar a ser política europeia. Isto tem consequência no desenho que a Presidente von der Leyen apresenta para a sua Comissão, ao criar um comissário responsável pela Defesa e Espaço.

Importa também chamar a atenção para a questão da demografia, que é uma tratada pela presidência húngara, não naquele ponto que, porventura, é o mais relevante e sobre o qual também se impõem alguma discussão: o ponto das migrações. Quanto a esse ponto, obviamente, também temos de ter aqui um debate sobre a forma como queremos olhar para a evolução das políticas migratórias da União Europeia.

Dito isto, há naturalmente dois assuntos importantes. Primeiro, se queremos falar numa estratégia de alargamento, temos de fazer uma reforma institucional. E que reforma institucional devemos fazer?

Este é um ponto de divergência com a presidência húngara. No seu programa, a presidência húngara é muito favorável ao alargamento, mas, ao mesmo tempo, apresenta-se altamente reticente quanto a uma reforma institucional e até a uma reforma financeira, claro que também marcada pela contingência de não estar a receber fundos europeus, o que nos leva para a última questão a propósito da presidência húngara, que, porventura, é relevante: a questão do Estado de direito.

Evidentemente, é uma questão extremamente candente que se põe à União Europeia, enfim, e que tem sido também objeto de impasses e bloqueios sistemáticos. Esta é, sem dúvida, uma nota que é importante deixar nas considerações, que, obviamente, não estão elencadas como prioridades da presidência húngara, mas que, julgo, podem alimentar e enriquecer o debate que temos aqui.

Finalmente, queria só enfatizar a questão do próximo quadro financeiro plurianual. De facto, a presidência húngara põe todo o enfoque neste semestre, que, como digo, é um semestre de transição e, por isso, um semestre particularmente difícil para obtermos resultados e progressos nos avanços das políticas europeias. Mas, aí, apresenta uma visão da coesão que é muito próxima daquela que o Estado português tem vindo a ter ao longo do tempo e que, na verdade, se tem vindo a alterar em muitos dos nossos parceiros.

Um dos grandes desafios — porventura dos próximos anos, em particular do próximo ano e, em especial, da próxima presidência — de que também vale a pena falar é a questão de saber como equacionar o próximo quadro financeiro plurianual, porque vamos ver que algumas das prioridades tradicionais dos chamados «países da coesão» são hoje prioridades totalmente diferentes das que eram tradicionais e vão ao arremedo da prioridade portuguesa, que tem sempre a ver com o desenvolvimento económico e a coesão territorial.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde a todos, muito obrigado, Sr. Ministro.

Vamos entrar no período de perguntas dos grupos parlamentares, e começamos pelo Partido Social Democrata, que vai dividir as perguntas entre dois Deputados.

Para formular a primeira pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Faria.

O Sr. **Telmo Faria** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como sabemos, a Hungria assumiu, a 1 de julho, a presidência semestral rotativa do Conselho da União Europeia, e o Governo húngaro garantiu que a mesma seria ativa e proativa, lembrando o facto de os Estados-Membros serem mais fortes juntos do que separados. Estamos, todavia, a meio desse mandato e conhecemos desde já um conjunto de dificuldades.

Primeiro, o calendário desta presidência começou com uma longa pausa de verão e pelo complexo ciclo dos chamados «*top jobs europeus*».

Segundo, o quadro político após as escolhas iniciais do périplo diplomático a Moscovo e a Pequim criou adiamentos de várias reuniões em Budapeste, seja na Comissão, seja no âmbito da política externa da União Europeia.

Em terceiro, acresce a estas dificuldades o processo de formação da nova Comissão Europeia e a necessária transição harmoniosa que ocupará praticamente todo o resto desta presidência.

Com o tempo que temos, façamos neste debate, contudo, um pequeno resumo de uma das sete prioridades desta presidência, o alargamento, um tema tão estratégico quanto complexo.

A presidência belga anterior quis deixar um sinal político forte neste dossiê, e, na reta final da sua presidência, a 25 de junho, conseguiu o apoio dos Estados-Membros para lançar formalmente as negociações de adesão com a Ucrânia e a Moldávia. Mas, nesta presidência, a Hungria colocou a sua prioridade de forma inequívoca nos Balcãs Ocidentais, assumindo o papel de um dos maiores defensores da adesão da Sérvia à União Europeia, podendo esta relação abrir caminho à criação de um novo bloco geopolítico, distinto na região, no que parece ser um tempo de um certo regresso da geopolítica e de alteração da ordem mundial e contribuir para aumentar as tensões já conhecidas nos dossiês das sanções à Rússia e no apoio à defesa da Ucrânia.

Precisamente, a continuação da agressão da Rússia contra a Ucrânia reforça a importância da política de alargamento da União Europeia. Nunca como agora a Europa foi um bem tão precioso de paz, e fazer parte da União passou a ser, além de uma vontade de progresso económico e social, sobretudo, uma garantia de paz e de pertença a um grande bloco geopolítico estável e unido que urge preservar.

Mas como vamos fazer na União? Teremos um processo de entrada conjunta, como em 2004, ou um sistema de regata, em que os candidatos vão entrando à medida que demonstram responder aos critérios?

O PSD sempre apoiou com entusiasmo a política de alargamento e que esta se deve ancorar no mérito de cada país candidato. Mas o processo deverá enfrentar obstáculos consideráveis, tanto devido às dinâmicas internas da União quanto às tensões geopolíticas externas, o que cria a necessidade de a União Europeia se preparar através de reformas consensualizáveis, considerando que alterar tratados talvez possa acabar por impedir o êxito do novo alargamento.

A União Europeia deve aumentar a sua autonomia estratégica, aumentar o investimento, o crescimento económico e a descarbonização, fortalecer a coesão social, ter uma forte política de defesa e segurança na Europa e definir as suas ambições e metas a longo prazo.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, defendemos, pois, que o processo de reformas e adaptações internas deve decorrer em sincronia com o processo de alargamento. A

questão que colocamos neste debate vai no sentido de saber se o Governo de Portugal defende que a União Europeia deve evoluir para um modelo de alargamento com diferentes níveis de integração e se, neste contexto, defende que a União Europeia deve conseguir realizar estes avanços, mas dentro do quadro dos atuais tratados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para fazer a segunda pergunta do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sr.^a e Sr. Secretários de Estado, estamos a apreciar o relatório sobre a participação portuguesa na construção do projeto europeu, um relatório que foi escrito e construído pelo anterior Governo socialista, e quero centrar a minha intervenção numa dimensão que considero absolutamente crucial para a construção europeia e para a participação e o contributo de Portugal nesta construção, e que tem a ver com a aplicação dos fundos comunitários: vou centrar-me no PRR.

O PRR e a sua boa execução, de algum modo, vêm antecipar o que o relatório Draghi e o relatório Letta vêm dizer sobre a competitividade, sobre a reindustrialização e sobre a capacidade de, efetivamente, a Europa poder estar a par da China e dos Estados Unidos naquilo que é a partilha das posições cimeiras na economia mundial.

Neste sentido, temos de trazer à discussão uma realidade, e os números são inequívocos. Entre agosto de 2021 e março de 2024, praticamente metade do tempo que comporta a execução do PRR, o Governo socialista tinha executado 19 % daquilo que era o PRR. Queimámos praticamente metade do tempo e estávamos abaixo dos 20 %! Significava isto que era virtualmente muito difícil cumprir o programa do PRR, aplicar os fundos de que precisamos, determinadamente, para a nossa competitividade.

Até setembro deste ano, o Governo da Aliança Democrática conseguiu, em poucos meses, atingir os 23 %, ou seja, mais 4 %. E, mais importante, tem o compromisso e o objetivo ambicioso de, até ao final deste ano, ter sensivelmente 40 % executado.

Mais ainda: é aqui o momento de enfatizar o compromisso deste Governo de, até ao final de 2026, executar na totalidade as subvenções desse PRR. Para isso, faz um esforço na operacionalização, faz um esforço na monitorização e, se necessário for, ajusta as ações de investimento em função da sua execução na plenitude destes fundos.

Chegados aqui, temos uma questão fundamental. Este Governo está efetivamente comprometido em utilizar estes fundos para todas as dimensões de captação de investimento e de crescimento económico. Neste sentido, também gostaria de trazer à nossa discussão duas dimensões. Primeiro, a habitação, que é fundamental para reter os jovens, para reter os talentos.

Há o compromisso de duplicar a oferta pública de habitação no quadro deste PRR. Este é um compromisso ambicioso no tempo, mas é a expressão primeira do compromisso com a retenção de talentos.

Depois, também não posso deixar de dizer que é no PRR que se irão encontrar os recursos para, em termos de energia, recurso fundamental às nossas empresas, podermos ter uma transição verde, que simultaneamente cumpra os objetivos ecológicos e faça o desenvolvimento económico e a diminuição dos custos produtivos do nosso tecido empresarial.

É este o grande desafio do País: executar este PRR, e não perder nem 1 cêntimo daquele que é o grande e último desafio para podermos participar no pelotão da frente europeia e, no desafio maior, à escala global.

Pergunto-lhe, Sr. Ministro: o esforço e o empenhamento deste Governo vão, efetivamente, neste sentido?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caro Deputado Paulo Moniz, começo por responder à sua pergunta, dizendo que é evidente — e penso que não preciso de acrescentar muito, os exemplos foram eloquentes — que, para nós, o PRR é uma prioridade.

Há uma coisa que o Governo não fez. Este Governo quebrou aquilo a que eu chamaria o «arrastar dos pés» que o Governo anterior teve em matéria de PRR. Portanto, é um novo ciclo que se inaugurou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Devo dizer, aliás, que isso se faz, e por isso o Governo nem sequer tem insistido em Bruxelas no alargamento do prazo.

Alguns Governos, normalmente parceiros do PS, estão, enfim, a tentar alargar o prazo do PRR em termos europeus para a sua execução, mas não é isso que estamos a pedir. Nós estamos a trabalhar, caso a caso, para acelerar processos em que é preciso ter vontade política de os acelerar.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Não vou aqui adiantar novidades, mas, na Cimeira Luso-Espanhola, irá haver cá dois projetos PRR fundamentais para uma região portuguesa que bem precisa deles, uma região fronteiriça, e que estavam totalmente bloqueados porque não houve vontade política. A partir do momento em que o Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, juntamente com os Negócios Estrangeiros e com o Ambiente e Energia puseram os pés a caminho, as situações resolveram-se. Ainda hoje tive aqui a confirmação, durante este debate, de que essa matéria será uma boa novidade PRR para a Cimeira Luso-Espanhola.

Dito isto, passaria à pergunta do Deputado Telmo Faria, que saúdo também, para lhe dizer que, para lá da análise, que comungamos, sobre o contexto europeu em que vivemos e o contexto em que a Europa está no quadro global, iria centrar-me numa questão que tocou de forma mais insistente, eu diria, que é a questão do alargamento.

Qual é o modelo de alargamento? Portugal é completamente favorável ao alargamento, compreendendo que o alargamento implicará uma reforma financeira importante, à qual aludi já no meu discurso e sobre a qual se poderá elaborar mais tarde, mas também uma reforma institucional, porventura.

Aquilo que achamos é que, neste momento, não devemos avançar para a revisão dos tratados. O Tratado de Lisboa,...

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS) — Ah!...

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Ó meu caro amigo, diz: «Ah!...» Eu é que lhe digo: ah!...

Risos.

Com toda a candura, queria dizer-lhe que, sobre matéria de revisão de tratados e sobre quadros da Europa, ninguém me vem dar lições aqui. Certo? Portanto, não é o Sr. Deputado que agora «Ai, ai, ai, ai...».

Risos do PSD.

Conheço muito bem a minha posição sobre essa matéria, que aliás é conhecida. O Sr. Deputado é que talvez não a tenha estudado.

Não temos nenhum problema em abrir uma revisão dos tratados se ela for necessária. Primeiro, cirúrgica e, se não for cirúrgica, alargá-la. Nós achamos é que o alargamento é fundamental.

Aí é que está a diferença para o Governo anterior, porque o Governo anterior tinha uma posição cínica, que era dizer «sim, sim ao alargamento, mas, daqui a 20 anos, daqui a 30 anos»; e nós consideramos que é fundamental trazer estes novos parceiros para a Europa por uma questão geopolítica.

Por isso eu digo que, por exemplo, o alargamento da Ucrânia tem de ocorrer mais rapidamente do que se pensa; por isso, nos Balcãs também teremos de ter um alargamento mais acelerado do que se pensa; e por isso

também digo, ao contrário do que muitas vezes se diz, não pondo de lado os critérios de mérito em todos os alargamentos sob critérios geopolíticos.

A razão pela qual a Grécia entra em 1980 e Portugal e a Espanha entram em 1986 é uma razão geopolítica. Não é porque estivesse mais preparada do que estavam os outros dois países. Aliás, tinham um percurso bastante comum: todos chegaram à democracia, dois em 1974 e o outro em 1975. É porque estava isolada no meio da Cortina de Ferro e, portanto, precisava de uma âncora política.

O mesmo aconteceu com o tal alargamento em banda quando entraram 10 Estados, especialmente os oito que vinham da Europa de Leste. Uns estavam mais preparados do que outros. Aliás, houve dois que acabaram por ficar para trás, a Bulgária e a Roménia, por razões que são geopolíticas. Mas, mesmo assim, fomos buscá-los logo em 2007.

Portanto, é o mérito combinado com uma opção geopolítica. E basta ir a esses países para ver que a opção foi correta, porque o grau de desenvolvimento e o grau de integração que têm não se compara ao que eles tinham há 20 ou há 17 anos.

Ou, por exemplo, o caso da Croácia, que em 10 anos conseguiu juntar-se à zona euro e à zona Schengen, ultrapassando até outros que tinham entrado há muito mais tempo.

Queria chamar a atenção para o facto de que nós somos totalmente favoráveis ao alargamento. Para isso, temos de ter mente aberta, mente aberta quanto ao financiamento — e aí o relatório Draghi dá indicações muito positivas, do meu ponto de vista — e mente aberta quanto à reforma institucional.

Se for possível levar o Tratado de Lisboa até ao limite, e eu penso que é possível, poderíamos eventualmente acomodar muitas das reformas institucionais. Provavelmente precisaremos de alguns acertos cirúrgicos ainda assim, e até eventualmente, e isso aí seria, de facto, muito mais difícil em termos procedimentais. O mais desejável, no mundo ideal, seria até fazermos uma reforma dos tratados à séria e, portanto, termos um novo quadro para uma Europa a 30, a 32 ou a 33 mas como o ótimo é inimigo do bom...

Queria dizer o seguinte, já que falamos em alargamento: vejo muitas objeções, às vezes, à entrada da Ucrânia, mas essas objeções não têm sentido porque a Ucrânia é uma potência agrícola. Esse é um dos problemas que é trazido. Mas, se a Ucrânia é o celeiro do mundo, imaginem o que é que se dá à autonomia estratégica da Europa se a Ucrânia fizer parte da União Europeia, porque o problema da segurança alimentar está resolvido dentro da União Europeia.

Outro ponto importante é a questão transatlântica. Ao contrário do que se pensa, os países de leste são mais pró-atlânticos do que os países do centro da Europa. Ora, se Portugal é um país atlântico, tem todo o interesse em juntar parceiros que puxem a Europa para o Atlântico,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — ... parecendo isto paradoxal, porque parece deslocar o eixo da Europa para leste e na verdade desloca para um leste que é, claramente, pró-atlântico e que, portanto, tem uma convergência com Portugal no plano geopolítico.

As coisas nem sempre são lineares e não podem ser vendidas com as ilusões que o Governo anterior vendia, que é só falarem de fundos — «Ai, vamos perder os fundos?» Vêm com o papão dos fundos! O País precisa dos fundos, com certeza, mas não podemos condicionar toda a nossa vida a essa matéria. Temos de nos desenvolver para necessitarmos de cada vez menos fundos. Quanto menos fundos necessitarmos, mais desenvolvidos somos. Portanto, é um bom sinal.

Com isto, julgo que já dei uma explicação, diria, cabal sobre a matéria do alargamento. Agora, estou disponível para trocar impressões sobre essa e qualquer outra matéria com todos os grupos parlamentares.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Ministro, terá certamente oportunidade de responder a todos os grupos parlamentares, porque todos estão inscritos para pedidos de esclarecimento.

Vamos passar às perguntas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que terá dois Deputados a intervir, começando pela Sr.^a Deputada Ana Sofia Antunes, a quem dou a palavra.

A Sr.^a **Ana Sofia Antunes** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^a e Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, desde o passado dia 1 de julho que a Hungria assumiu a Presidência da União Europeia. Fá-lo no âmbito das Presidências rotativas e pela segunda vez.

Uma das questões que se coloca em cima da mesa é pensar no âmbito deste processo a que a Hungria tem estado sujeita, de condenação por violações ao Estado de direito: de facto, os muitos desafios e receios que inicialmente enfrentamos por pensar o que pode significar um país nestas circunstâncias a assumir a Presidência do Conselho da União Europeia.

Esta Presidência insere-se num trio de Presidências — Espanha, Bélgica e Hungria —, no âmbito de um programa para fazer avançar a agenda estratégica, programa esse, no âmbito do trio, que foi criado na sequência do Tratado de Lisboa e que procurou trazer alguma coesão adicional nas medidas estratégicas promovidas a nível europeu num universo de 18 meses. Ora, quem efetivamente olha para as prioridades definidas pela Presidência húngara, procura enquadrá-las no programa do trio e procura encarar a continuidade entre estas mesmas prioridades e aquelas que procurámos seguir e implementar nas duas Presidências anteriores, tem, de facto, alguma dificuldade em perceber algumas coisas que ficaram pelo caminho.

Bem sei, Sr. Ministro, que os tempos são de grande exigência, mas outros tempos de exigência também já vivemos.

O que é que nos dizem, efetivamente, as prioridades definidas pela Presidência húngara? E também o que é que não nos dizem? A Presidência húngara — e não vou falar aqui sobre questões de defesa ou de alargamento ou mesmo das questões agrícolas, porque isso ainda será abordado — define como uma das suas prioridades o avanço ao nível do pacto europeu de competitividade; e fazê-lo, nomeadamente, através do avanço de uma estratégia industrial neutra do ponto de vista tecnológico, através de um quadro de apoio à produtividade, da abertura ou da cooperação internacional reforçada e, note-se, através da flexibilização dos mercados de trabalho, que, de acordo com a sua visão, permitirá uma maior estabilização e melhoria das remunerações a nível dos trabalhadores da União Europeia.

Ainda não há muito tempo que vivemos períodos muito exigentes no âmbito desta nossa União: com a pandemia, com a rutura de cadeias de abastecimento internacional, com o choque e o disparo da inflação. Foi apenas numa lógica de união e de trabalho conjunto que conseguimos melhorar e ultrapassar efetivamente estes desafios que se nos foram colocando.

Ora, a história ensina-nos pouco, como está visto. Uma vez mais, relativizados que estão alguns destes desafios, aquilo que vemos, uma vez mais, um Estado como a Hungria fazer é vir repor em cima da mesa propostas de uma visão puramente liberal da economia. E perguntamos onde ficou a vertente social nas prioridades desta Presidência húngara, porque, de facto, não a encontramos.

Portugal foi pioneiro quando propôs o Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e este plano de ação tem matérias e metas muito objetivas e quantitativas a cumprir. Portanto, a primeira questão que lhe coloco é, efetivamente, a de saber de que forma está o Governo português a acompanhar esta questão e a implementação destas mesmas metas.

Em segundo lugar, e abordando de forma mais rápida as questões da política de coesão, queria dizer-lhe, Sr. Ministro, que muito já foi feito nesta matéria, mas diferenças subsistem, efetivamente, entre os diferentes Estados-Membros e as diferentes regiões dos Estados-Membros. Nessa matéria, é importante conseguirmos garantir que, fora de períodos de emergência, os fundos de coesão voltem, efetivamente, a destinar-se a políticas de coesão.

Portugal incentivou muito o surgimento do instrumento permanente de apoio e continuará a defendê-lo, e gostava de lhe perguntar quais os avanços que temos ao nível deste instrumento permanente de apoio, e de que forma está ou não o Governo capaz de nos garantir que os fundos da coesão voltarão a ser dedicados apenas e diretamente às questões da coesão.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o restante tempo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pinheiro.

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^a Secretária de Estado, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, hoje discutimos o Relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2023», que reflete o percurso de um Governo determinado em afirmar o nosso País no contexto europeu. Mesmo em tempos desafiantes, Portugal demonstrou que, apesar da sua dimensão, pode ter uma voz respeitada na União Europeia.

Quero começar por sublinhar o que foi conseguido. Enfrentámos uma guerra à porta do território da União Europeia, uma guerra que abala os alicerces da paz e da segurança da região. Portugal não vacilou: estivemos ao lado da Ucrânia, ao lado dos nossos parceiros europeus, a defender os valores que são a base da nossa União. Ao mesmo tempo, enfrentámos uma crise energética sem precedentes, mas soubemos agir com rapidez e eficácia. Não ficámos a olhar para o problema, arregaçámos as mangas e, juntamente com Espanha, criámos o Mecanismo Ibérico.

Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, permitam-me ainda destacar a importância da competitividade e da autonomia estratégica da economia europeia, temas centrais neste relatório. Portugal esteve na linha da frente, promovendo uma Europa mais competitiva e preparada para as transições verde e digital, com medidas como o Regulamento de Circuitos Integrados e a Indústria de Impacto Zero. Esta abordagem vai precisamente ao encontro das conclusões do recente relatório Draghi, que sublinha a necessidade de a Europa ser mais autónoma em áreas críticas como a energia e a tecnologia.

Mais: Portugal acompanhou a defesa do alargamento da União Europeia, defendendo que a Europa mais forte é uma Europa mais segura. Não podemos deixar para trás a Ucrânia ou a Moldova, pois a solidariedade é um princípio fundador da União.

Sob a liderança do Partido Socialista, Portugal soube honrar esse compromisso. Além disso, Portugal advogou que o processo de alargamento deve avançar em paralelo com as reformas internas da União, garantindo que as instituições e políticas europeias se adaptem às novas realidades e necessidades, permitindo uma integração sólida e sustentável dos novos membros.

Permitam também destacar o Fórum Social do Porto. Realizado em maio de 2023, não foi um mero evento simbólico; concretizou o compromisso europeu com os direitos sociais.

O Sr. Deputado Paulo Moniz e o Sr. Ministro falaram aqui de um instrumento importante, o PRR, mas foi ignorado o que consta no relatório relativamente à reprogramação que permitiu reforçar este plano para 22,2 milhões de euros. Se não houvesse esta reprogramação, não teríamos tido o PRR. Os senhores ignoram por completo o ciclo de vida de um projeto de investimento e, portanto, não vale a pena usar expressões como «arrastar os pés».

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E o executado?

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Agora uma questão se impõe: e o futuro? Este relatório mostra o que fizemos, mas o que importa é que Europa queremos, que Portugal queremos na Europa.

O Governo tem uma enorme responsabilidade em mãos. Serão capazes de garantir que Portugal continua a ser um país que lidera em áreas-chave como a transição energética e a política de coesão? Pode o Governo garantir que não vamos perder fundos cruciais em áreas como a coesão? Irá o Governo, à semelhança de outros Estados-Membros, reconhecer...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, muito obrigado.

Sr.^a Deputada Ana Sofia Antunes, deixe-me dizer que comungo da sua preocupação quanto à desvalorização, se quiser, do vetor ou da dimensão social no programa da Presidência húngara; embora, claro, os programas de Presidência também sejam coisas efémeras, de seis meses, e que, obviamente, não põem em causa esse pilar.

Há também outra razão, que é uma razão relevante neste caso: é que, por uma coincidência puramente, digamos, casual — é um acaso, uma coincidência pura —, a Presidência húngara decorre durante a transição de ciclo político. Isso também faz com que a influência que essa Presidência tem na agenda da União seja sempre uma influência menor.

Porquê? Porque se estão a decidir os cargos, os chamados *top jobs*, por um lado; e, por outro lado, porque o próprio programa da Comissão Europeia está em desenho e, neste caso, só aparecerá em dezembro, porque as audições dos comissários estão previstas para novembro e, portanto, na melhor das hipóteses, a Comissão tomará posse a 1 de dezembro, ao mesmo tempo que o Presidente do Conselho Europeu. Só nessa altura é que começaremos a ter um programa da Comissão Europeia verdadeiramente, digamos assim, fechado. Ou, por essa altura, muitas vezes é feito contemporaneamente, porque, para o voto final, também as opções que são feitas em termos de programa do colégio são relevantes, e não tenho dúvidas de que aí as questões sociais vão ter um papel muito importante.

Aliás, pegando na referência específica que fez o Deputado Eduardo Pinheiro, que também aproveito para saudar, é evidente que o Fórum Social do Porto é para manter e para lhe dar visibilidade, e julgo que nós, com a próxima presidência, teremos muita ocasião de trabalhar muito positivamente nessa dimensão. É, aliás, algo que o Governo já está, neste momento, a acautelar.

Há aqui uma questão que é a questão da coesão e dos fundos de coesão, e aí, acho que temos de pensar numa estratégia futura que é hoje mais difícil do que era no passado. Porquê? Porque mesmo os países que são a favor da coesão querem recalibrar, redirecionar os objetivos dos fundos de coesão, nomeadamente, para as tarefas de segurança e de defesa. Uma parte importante daqueles que eram os nossos aliados, o chamado grupo da coesão — e estou a falar dos países de leste e em particular daqueles que estão na fronteira com a Federação Russa, com a Ucrânia —, a maioria deles, neste momento, vê como muito mais prioritário do que o seu desenvolvimento social e económico e do que o seu desenvolvimento em termos de infraestruturas, o reforço das suas dimensões de segurança. Claro que, em muitos casos, a segurança está ligada à coesão territorial; elas podem estar associadas, mas eles vão claramente privilegiar isto.

Isto significa o seguinte: que estratégia é que temos de ter para um novo quadro financeiro plurianual? Porque a proposta que a Comissão vai apresentar — e o papel que vai apresentar será apresentado em junho de 2025 — vai ser totalmente diferente daqueles que eram os desenhos dos quadros anteriores.

Portanto, embora seja um cenário arriscado, provavelmente isto é, até em termos de reflexão conjunta entre os vários partidos que têm representação parlamentar, algo que julgo que devemos aprofundar em termos de estratégia portuguesa.

Uma das hipóteses é avançarmos para uma lógica genérica de PRR, ou seja, de financiamento contra reformas, em que cada Estado desenhe os seus horizontes. Porque, se estivermos muito focados na ideia de que vamos impor a nossa agenda de coesão tradicional aos Estados que até queriam essa agenda no passado, mas que agora, por emergência geopolítica, já não a querem, corremos o risco de ficar isolados. E deixamos de ter um pacote, em termos de fundos de apoio, voltado para essas necessidades, digamos, ambientais, transição digital, etc., e muito mais centradas em objetivos que estão ligados à segurança e à defesa.

Por isso, talvez — talvez, não tenho aqui nenhuma certeza firmada e acho que realmente é um terreno sobre o qual, com a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus e com representantes dos vários partidos, possamos refletir um pouco até ao final deste ano, de forma a estarmos preparados para afirmar uma posição portuguesa no início do próximo ano — passar por um modelo em que o pacote que vai ser entregue a um certo país seja negociado contra reformas, e seja ele próprio desenhado de acordo com aquelas prioridades que esse país considera fundamentais, seja uma estratégia mais inteligente ou, pelo menos, mais hábil de enfrentarmos o próximo ciclo.

Alguns daqueles que eram os nossos aliados tradicionais — e que, atenção, continuaram a ser recetores líquidos — vão querer dar destinos aos seus fundos totalmente diferentes daqueles que eram os fundos típicos da antiga coesão social, coesão económica, coesão territorial, nas quais, obviamente, por exemplo, a transição ambiental e a transição digital tinham um papel cada vez maior. À medida que os pacotes de fundos se vão

esgotando, esses desígnios são cada vez mais importantes e mais relevantes. Este é o ponto que eu queria aqui essencialmente assinalar.

Depois, só para finalizar a minha resposta, agora centrando-me na intervenção do Deputado Eduardo Pinheiro, deixe-me dizer-lhe o seguinte: quer dizer, não é o PS que nos vai ensinar como é que se vão executar, implementar e concretizar os fundos de coesão, os fundos do PRR ou qualquer outro tipo de fundos. Sinceramente, tenho pleno respeito pela forma como o querem fazer, e fizeram-no. Os resultados estão à vista.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Os resultados estão à vista!

A única coisa que eu queria dizer é que, com a mesma consideração e respeito com que olhamos para a forma como quiseram fazer essa concretização e execução dos fundos, nós estamos a fazê-la de forma diferente, e com muito mais resultados.

Não tenha dúvidas nenhuma: o Partido Socialista e os seus Governos foram altamente responsáveis, na questão do PRR, por um grande atraso e arrastamento. E nós estamos a fazer uma recuperação que é uma recuperação notável, que é devida a todo o Governo, mas em particular ao esforço, eu diria, quase titânico que o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial tem dedicado a este tema. Ele tem sido um verdadeiro terapeuta do PRR, que precisava, de facto, de ser posto no terreno. Este ponto fica aqui muito claro.

Outro ponto: há diferenças quanto ao alargamento.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Claro que há!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Há uma coisa que já disse várias vezes e vou voltar a dizer: o Governo português, em julho de 2022, foi o último Governo a aceitar o estatuto de país candidato para a Ucrânia. Foi o último, e isso deu um sinal muito errado. É um preço que ainda às vezes pagamos. É um preço que ainda às vezes pagamos, sem qualquer necessidade. Foi o último.

Portanto, não venham cá dar lições de que são a favor do alargamento. Aliás, basta ler as entrevistas do anterior Primeiro-Ministro, que falava sempre que «daqui a 20 anos, não sabemos se é possível, enfim, é preciso fazer imensas reformas antes», para ver qual era o entusiasmo que ele tinha a propósito disso. Claro que, entretanto — e muito bem, felizmente, por isso tem o nosso apoio —, ele já mudou...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Ministro, poderá voltar ao tema numa próxima oportunidade.

Vamos passar ao período das perguntas do Grupo Parlamentar do Chega, que vai ter duas intervenções. A primeira será feita pelo Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, que tem a palavra.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, a Presidência húngara da União Europeia apresentou sete prioridades para o seu mandato, entre elas o reforço da política de defesa europeia. Como podemos reforçar o pilar europeu da defesa se não reforçarmos o nacional?

Quando analisamos estes temas, não podemos esquecer a Aliança Atlântica, porque esse guarda-chuva de segurança tem permitido a paz e a prosperidade da Europa nos últimos 75 anos. Na Cimeira de Gales, em 2014, as nações aliadas comprometeram-se até 2024, este ano, a investir na defesa de 2 % do PIB nacional numa divisão de 60-20-20 para pessoal, equipamento e operação, respetivamente.

O Governo anterior, de má memória, empurrou esse compromisso para 2030; o atual Governo preferiu apontar para 2029, do mal o menos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Mas, Sr. Ministro, trago três novidades e uma questão.

Primeira: em 2029, este Governo não estará em funções.

Segunda: os 2 % passaram de objetivo máximo para limite mínimo agora em Washington.

Terceira: provavelmente, no próximo ano, na Cimeira de Haia, os 2 % passarão para 2,5 % ou mesmo 3 %.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — A questão é, Sr. Ministro: o que tenciona o Governo fazer para que atinjamos esse nível de investimento?

Portugal, aos dias de hoje, é um dos poucos países que não cumpriu o acordado, sendo um dos que mais gasta em pessoal e dos que menos gasta no equipamento e na operação. A execução da Lei de Programação Militar do ano passado quedou-se pelos dois terços do orçamentado e a lei de infraestruturas em somente 6,5 %.

Na área dos recursos humanos, saúdam-se as medidas apresentadas para o aumento dos suplementos dos vencimentos dos militares, mais do que merecidos pelos longos nove anos quase sem ajustamentos.

Mas questiono o Sr. Ministro: como se tenciona reforçar as outras vertentes? Como se vão alterar essas taxas de execução? Ou pretende o Governo ter umas Forças Armadas com poucos militares, mas sem equipamento e sem treino?

No âmbito da política de defesa nacional, não nos podemos esquecer dos antigos combatentes e, destes, dos antigos combatentes na Guerra do Ultramar.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PS.

Está o Governo disponível para rever o Estatuto do Antigo Combatente no que se refere a apoio social, médico e de mobilidade? Ou, à imagem do Partido Socialista, espera que o passar inexorável do tempo resolva o assunto?

Sr. Ministro, a política de defesa da União Europeia só será reforçada se a política nacional também o for. Não sei se haverá coragem neste Governo para o fazer. No entanto, os portugueses sabem que, nesta bancada, está sentada gente que terá coragem para tal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a segunda pergunta do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado João Tilly.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros, vamos diretos ao assunto.

No primeiro ponto da Presidência húngara pode ler-se: melhorar a competitividade da União Europeia. É obrigatório. Realmente, a Europa democrática está a destruir as suas melhores empresas porque adotou a agenda *woke* das alterações climáticas e das emissões do CO₂. O problema é o fóssil. Isto enquanto a China constrói 600 centrais térmicas — 600!

Portugal emite a ridícula percentagem de 0,14 % de todo o CO₂ do planeta e fechou antecipadamente as três centrais térmicas que tinha. Só os incêndios emitem muito mais que a nossa economia toda, mas os incêndios não contam.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ai contam, contam!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Então estão aí os BYD chineses, enquanto a Mercedes, a Audi e a Volkswagen fecham fábricas por todo o lado. A China e até a Rússia, em guerra, enriquecem cada vez mais à custa do nosso fanatismo climático.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — A pergunta é: o Governo vai ajudar a Europa e Portugal a serem mais competitivos ou prefere ajudar a extrema-esquerda jurássica, historicamente fóssil, a empobrecer-nos a todos e cada vez mais? Não ao fóssil!

Aplausos do CH.

Quarto ponto: conter a imigração ilegal. Ouça bem o pressuposto deste ponto, Sr. Ministro: «A pressão migratória que a Europa enfrenta há vários anos representa um enorme encargo para os Estados-Membros.»

Como? Encargo? Então os imigrantes não são uma mina de ouro para a segurança social? É isto que vemos em todas as televisões. Os pobres europeus têm muito que aprender connosco, Sr. Ministro, porque nós conseguimos receber 1 milhão de imigrantes legais, fora outro tanto ilegal, dos quais trabalham apenas 500 000; os outros 500 000 não. E, mesmo assim, só a metade que trabalha contribui com 1,8 mil milhões para a segurança social. É o que nos garantem.

Só que não, Sr. Ministro, só que não. Para isso, cada imigrante teria de deixar nos cofres do Estado qualquer coisa como 300 € por mês. Ora, para contribuir com 300 € por mês, cada imigrante teria de ganhar sabe quanto? 2727 € por mês. Acha que é essa a média dos ordenados dos imigrantes que vivem 30 e 40 num pardieiro?

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Extraordinário...!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Então, Sr. Ministro, o Governo vai mandar controlar as fronteiras ou vai ceder à agenda globalista dos Deputados jurássicos e fósseis da extrema-esquerda? Não ao fóssil!

Sr. Ministro, atente nas prioridades da Presidência húngara, que fazem todo o sentido.

E o PSD deve negociar, mas negociar mesmo, com o partido português da direita convicta e não fofinha, o parceiro dos que vencem toda a Europa rica e desenvolvida, como a Suíça e como a Áustria. Caso contrário, vamos ter André Ventura como Primeiro-Ministro na próxima Legislatura.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo começou a sua intervenção por dizer que me ia dar três novidades e a primeira foi, aliás, surpreendente. Disse que, em 2029, nós não seremos Governo. Muito bem! Mas eu também lhe vou dar uma novidade: este debate não é sobre a NATO (North Atlantic Treaty Organization), é sobre a União Europeia. É que o Sr. Deputado não sabe em que debate está,...

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sei, sei!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — ... porque o Sr. Deputado veio falar sobre a NATO. Portanto, estou a dar-lhe esta novidade. Eu estava a falar sobre o futuro e sobre o presente, mas o Sr. Deputado não sabe onde está,...

Protestos de Deputados do CH.

... porque, se soubesse, não teria feito essa pergunta. Peço-lhe desculpa.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Respondo-lhe agora com todo o gosto. Quando este Governo entrou em funções, o compromisso português era chegar aos 2 % em 2030. E é verdade — e, portanto, a sua reticência ou relutância tem alguma razão de ser — que tinha havido até uma diminuição da percentagem, não do volume absoluto de investimento, mas da percentagem, porque a subida do PIB resultante da pandemia fez com que houvesse uma diminuição da percentagem do PIB. Mas este Governo já recalibrado isso e tem já a estratégia com mais 429 milhões ao ano, que vai levar a que possamos antecipar para 2029 os 2 %.

Tem também razão, é verdade, quando diz que é provável que venha a haver um aumento desse teto de 2 % para 2,5 %. É altamente provável e, infelizmente, o avanço, os desenvolvimentos que nós vemos na situação geopolítica são esses.

Queria dizer-lhe que, enfim, comungando dessa análise, este Governo, ele próprio, já apresentou um plano credível — aliás, na Cimeira de Washington — a todos os nossos parceiros, que foi aceite pela NATO e por todos eles.

Protestos do CH.

Sinceramente, eu respondo a todas as perguntas, ainda que sejam sobre outras matérias. Mas, quando vier aqui dar-nos novidades, por favor, saiba em que debate é que nós estamos.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Eu sei!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Estou a dar-lhe uma novidade e penso que, agora, já se apercebeu que não estávamos a falar da NATO.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Já não há liberdade de expressão?!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Ó Sr. Deputado, eu não vou estar aqui a responder-lhe, porque não tomou a palavra, mas não resisto a dizer o seguinte: claro que pode falar sobre o que quiser. Eu respondi ao seu Colega! Agora, o seu colega, de facto, fez uma pergunta que não estava na agenda, é só isso. Mas não tem mal nenhum. A mim, podem fazer as perguntas todas. Não se preocupe. Esteja à vontade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Parece que não há liberdade de expressão!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Deputado João Tilly, sinceramente, há preocupações que tem que são preocupações gerais. De facto, quando olhamos para a evolução da China, mas também dos Estados Unidos, em termos tecnológicos e em termos de competitividade, é evidente que a Europa — e é isso que o relatório Draghi essencialmente diz — tem mesmo de reunir e andar para a frente. Vai ter de fazer aqui, de facto, digamos, uma mudança estratégica fundamental, e isso implica um investimento do ponto de vista do financiamento, seja europeu, seja privado, e daí que a União dos Mercados de Capitais e a União de Poupança e Investimento sejam fundamentais. E essa é a pasta que cabe a Portugal na nova Comissão, ou que cabe à comissária portuguesa. É evidente que temos de fazer isso.

Há aqui um problema que é o seguinte: fundamentalismo ambientalista é mau, negar alterações climáticas é ainda pior.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Não!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — O Governo da Aliança Democrática, aliás, devo dizer que no percurso europeu que tive sempre foi assim com o CDS e com o PSD, ou seja, sempre tivemos uma atitude bastante equilibrada, a favor, claramente, da transição ecológica, porque a transição ecológica, ao contrário do seu discurso, é também uma grande oportunidade económica. Portanto, não há uma oposição entre

ambiente e economia, pelo contrário. Não há uma oposição entre ambiente e economia. Claro que há — há, sem dúvida — exageros, nisso estou de acordo; mas não com esse discurso tão negativo geral que faz.

Por exemplo, na lei da restauração da natureza, nós votámos primeiro contra ela e votámos finalmente a favor dela, porque ela, no início, tinha disposições que eram perfeitamente impensáveis, que matariam o setor agrícola português, matariam o setor florestal português, sem nenhuma vantagem. Portanto, é evidente que temos de ser equilibrados, termos preocupação com o equilíbrio, o desenvolvimento sustentável — sustentável não é apenas ambientalmente, é sustentável socialmente! Não posso ter um ambiente a um preço tal que, de repente, fica toda a gente no desemprego. Logo, é preciso ter esse equilíbrio. Se é isso que quer dizer, com certeza que estamos de acordo quanto a isso.

Sobre as migrações, sinceramente, vou dizer-lhe o seguinte: é evidente que é preciso defender a regulação da imigração, é preciso defender a imigração legal, é preciso — como hoje aqui fez o Primeiro-Ministro — defender a imigração com direitos humanos para os migrantes, e isso significa que não podemos ter as portas escancaradas e não podemos ter as soluções da esquerda radical. Isso é evidente!

Mas as soluções do Chega, vou dizer-lhe, também não são aceitáveis. São soluções contrárias aos direitos fundamentais e nós precisamos de trabalhadores, não vale a pena ter ilusões sobre isso, e precisamos de trabalhadores migrantes. Não tenha qualquer dúvida sobre isso. Nós precisamos! Aliás, fale com qualquer empresário, fale com as associações empresariais e vai ver o que é que elas dizem sobre o que esperam dos migrantes.

E, com isto, termino a minha resposta.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Vamos passar à fase das perguntas do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, quero cumprimentar os Srs. Ministros, o Sr. Secretário de Estado Nuno Sampaio, a Sr.^a Secretária de Estado Ana Isabel Xavier e começar por concordar com o início desta última intervenção.

A competitividade europeia tem de ser posta no topo da agenda e aí nós concordamos com a Presidência húngara. Mas há uma breve nota que não posso deixar escapar: não é a taxar ainda mais quem tem mais dinheiro que a Europa vai voltar a crescer.

Voltando ao assunto, para se ter noção, há 15 anos na União Europeia a economia era 15 % superior à dos Estados Unidos e agora estamos 25 % mais pequenos do que os Estados Unidos. Há muitas causas, como a falta de aprofundamento dos mercados únicos, a falta de capital — a comparar, por exemplo, com os Estados Unidos — e também o excesso de burocracia, o que tem levado a este atraso.

Há até uma espécie de provérbio no mundo da tecnologia que diz que a América inova, a China copia e a Europa regula.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E, na verdade, é isso que está a acontecer. A Europa está a regular tecnologias que nem sequer tem e negócios que não estão cá. Isso é um problema até porque as nossas melhores cabeças — o *brain drain*, como se diz em inglês — estão a ir para os Estados Unidos e muitos deles estão cá mas a trabalhar para lá, o que é um problema obviamente grave, tendo em conta o futuro que aí vem em termos de tecnologia. A Europa está claramente a ficar para trás e a deixar de ser aquele espaço de liberdade económica e de inovação que foi.

Eu até disse há pouco tempo, na Comissão de Assuntos Europeus, que na América inovação é inteligência artificial; na Europa, nos últimos meses, a nossa grande inovação foi uma tampinha numa garrafa. Nada contra, mas, efetivamente, não é isto, em termos de inovação, que vai pôr a Europa a crescer.

E aquilo que nós vimos, por exemplo, com o *AI Act* — *Artificial Intelligence Act* — é um excesso de burocracia...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... que está a penalizar não só os consumidores, mas também o próprio desenvolvimento de *startups* e de empresas na Europa e, mais uma vez, a colocar a Europa para trás.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Um segundo ponto, ainda da Presidência, é para concordar com um aumento do investimento da cooperação em defesa. Sobre isso — e numa nota breve, lateral, mas acho que importa neste debate —, ainda não ouvi uma posição do Governo português relativamente à posição do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, que passo a citar: «Já anunciamos que encaramos a entrega de helicópteros *Kamov* à Ucrânia como uma medida hostil em relação ao nosso país, medida que faz parte da caminhada dócil e inconsciente de Portugal e de outros países da União Europeia pela trajetória desenhada por Washington.» Podia ser uma intervenção do PCP, mas parece uma espécie de ameaça do regime russo. Portanto, gostava de saber se houve alguma resposta do Governo português.

Neste contexto, já agora, aproveito para deixar uma palavra de agradecimento aos portugueses das Forças de Operações Especiais do Exército que estão neste momento na Roménia, na fronteira com a Ucrânia, também eles a lutar e a proteger a Europa.

Um tema sobre o qual gostaria de lhe perguntar, para terminar — já tentei perceber, mas não tive grande resposta na reunião da Comissão de Assuntos Europeus, antes do verão —, é relativo a um ponto que também está no semestre deste Conselho, também está no programa da Presidência húngara e que tem a ver com uma iniciativa da Comissão Europeia de *chat control*. Já falámos disto...

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Como disse?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O *chat control*.

Efetivamente, há uma boa intenção — e sei que, quando era Eurodeputado, também estive no equivalente à 1.^a Comissão do Parlamento Europeu, tendo analisado esta iniciativa — de prevenir e lutar contra os abusos *online* das crianças. Por outro lado, há uma questão de privacidade, e eu diria também de liberdade, que urge aqui ter em conta, porque na prática o que esta medida faz é que as grandes tecnológicas sejam obrigadas a controlar as nossas comunicações. Com a inteligência artificial, um *screening* automático de chamadas, de mensagens, de *chats*, de imagens, uma câmara permanente do Estado sobre nós. Fazendo uma analogia rápida, talvez se perceba melhor, nós sabemos que há famílias que tratam mal os seus menores, mas não é por isso que colocamos câmaras do Estado em todas as casas. Não é por haver uma minoria criminosa que nós culpamos toda uma maioria cumpridora. Em democracia não pagam todos.

Já sei qual é a posição de muitos países, alguns contra, outros a favor. A Alemanha tem liderado o voto contra, mas a posição de Portugal ainda não sei qual é e gostava de saber.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Estados Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caro Deputado Bernardo Blanco, deixe-me já dizer que não sabe a posição, mas, desculpe, a posição foi-lhe transmitida. Eu disse-lhe que a posição do Governo português correspondia à posição que o Parlamento Europeu definiu, coisa que o Conselho ainda não fez. Já lhe disse isso na altura, pode é ter-se esquecido, acontece a todos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não, não esqueci! Não percebo qual é a posição!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Se não percebeu qual é a posição, a posição é essa. E essa posição representa o quê? Representa uma espécie de meio caminho justamente entre, por um lado, a proteção da privacidade e, por outro lado, a necessidade de proteger os usos criminais de todo o mundo digital. Portanto, é justamente isso.

Como sabe, a primeira proposta era altamente intrusiva do ponto de vista da privacidade e a Alemanha — em particular, os Deputados alemães, correspondendo a essa posição que o Governo alemão tinha — veio tentar até boicotar essa iniciativa e depois temperá-la.

Essa é uma posição de conciliação entre esses dois valores. Repare, nós temos vigilância no mundo físico e expliquei-lhe isto na altura. Mas volto a repetir.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quero saber como é que vai votar!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Não, tem de perceber que este é um processo de conversações entre os Estados, neste momento, porque os Estados estão num impasse quanto à decisão a tomar sobre isto. Nós carregamos esta posição que lhe estou a dizer. Há um ponto que nós temos de pensar: o mundo digital tem de ter alguma vigilância, porque o mundo físico também tem.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então é uma câmara em cada casa?

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Não, não é uma câmara em cada casa,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Ah!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — ... mas tem polícia na rua e tem câmaras nas ruas.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Há vontade espontânea do mercado!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Aquilo que a Iniciativa Liberal parece querer é um mundo digital em que não há qualquer vigilância. Bom, mas se é isso que querem, digam! Portanto, se querem um mundo de anarquia, muito bem, é um modelo possível. Não são os primeiros anarquistas, não é? Também há uma escola que é a escola dos...

Protestos da IL.

Não, é o que eu estou a dizer, se não há regulação nenhuma... ou há alguma ou não há. Pronto!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não respondeu!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Deputado Bernardo Blanco, há uma coisa que tem de perceber: não pode vir aqui dizer que não lhe responderam quando lhe responderam. Ponto final, é só isso. Pronto!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não se pode perguntar?

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Não, claro que pode, mas também tem de ouvir. Tem de ouvir! Tem de ouvir! E estou a responder, por isso não se preocupe. Mas, olhe, gosto de ver o Chega a tomar as dores da Iniciativa Liberal. Fica-lhes bem.

Protestos do CH e da IL.

É uma aliança insuspeita.

Protestos do CH e da IL.

Talvez o Sr. Presidente devesse intervir, não sei.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Ministro, eu vou fazer a intervenção que já estava a pensar, não é por estar a pedir para eu fazer uma intervenção.

E a intervenção tem dois pontos: o primeiro é para pedir aos Srs. Deputados que criem as condições para que o debate decorra; o segundo ponto é para pedir ao Sr. Ministro que não entre em diálogo com Deputados de várias bancadas, pois já não é a primeira vez que o está a fazer neste debate com Deputados de outras bancadas que não a do grupo parlamentar que o questionou.

Aplausos do CH.

Portanto, feito o aviso a todos os participantes deste debate, peço que sejam criadas as condições para que o debate decorra de forma fluida até o final.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, eu seguirei as suas instruções, mas tinha-o por mais liberal. Tinha-o por mais liberal, julguei que era um liberal.

Risos gerais.

Sabe, no tempo em que eu era parlamentar, nós tínhamos alguma liberdade para...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Está muito liberal!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Enfim, eu agora serei extremamente disciplinado.

Risos.

Só quero dizer, já que não vou ter mais tempo, que há uma coisa em que convirjo com o Deputado Bernardo Blanco: na verdade, por exemplo, na questão da inteligência artificial, talvez a União Europeia tenha um tropismo para a regulação artificial e, portanto, para fazer regulação a mais. Não é só nessa questão, é noutras, também aceito isso, e esse é um caminho que temos de fazer para a competitividade. A competitividade não será só, obviamente, com investimento, será também com um desinvestimento no excesso de regulação.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem. Está a melhorar agora!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém bate palmas ao Ministro!

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passamos à fase das perguntas do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que será apenas um Deputado a fazer. Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Sr.^a Secretária de Estado, Sr. Secretário do Estado, o Sr. Ministro começou a sua intervenção por aludir à guerra no Médio Oriente, é por aí que começarei.

Já morreram mais de 40 000 civis, sobretudo crianças, jovens e mulheres;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E homens também!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... a agressão militar passou de um genocídio com características de infanticídio; são mais de 17 000. Nem profissionais de saúde, nem jornalistas, nem funcionários das Nações Unidas estão a salvo da agressão israelita. O Sr. Secretário-Geral Adjunto Jorge Moreira da Silva, seu colega de partido, disse mesmo que esta guerra demonstra que ser funcionário da ONU não é já, sequer, sinónimo de segurança.

O Sr. Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros, Josep Borrell, defendeu recentemente a aplicação de sanções a Itamar Ben-Gvir e a Bezalel Smotrich, duas pessoas que têm sido conhecidas por apelar ao cometimento de crimes de guerra, a legitimar o extermínio. E, por isso, eu pergunto ao Sr. Ministro se está ou não de acordo com o Alto Representante da União Europeia, no sentido de serem aplicadas, a estes dois carneiros de Telavive, sanções por incitarem ao extermínio do povo da Palestina.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

Vozes do CH: — E aos do Hamas?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — No mesmo sentido, nós ouvimos o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, o Sr. Israel Katz, a declarar António Guterres — um Primeiro-Ministro que nos orgulha no teatro das nações, uma voz razoável, tranquila, num mundo em caos, que se impõe no apelo à guerra como a voz pela paz, pela razão, pela defesa do direito internacional — como *persona non grata* em Israel.

E o que eu pergunto ao Governo da República Portuguesa, ao Governo que tem obrigação de nos representar a todas e a todos e também ao Secretário-Geral das Nações Unidas, é o seguinte: se Israel não recuar nesta infame decisão de declarar António Guterres, cidadão da República e Secretário-Geral das Nações Unidas que nos orgulha, *persona non grata*, o Governo estará à altura de declarar o Sr. Israel Katz *persona non grata* em Portugal? Porque deve ser esse o destino de todos os carneiros que atacam quem faz por cumprir os direitos humanos e o direito internacional, como é o caso do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

O início da Presidência húngara começou como esperado: o Sr. Viktor Orbán foi ao beija-mão ao Kremlin, agradecer ao Sr. Putin, mostrar que vai usar esta presidência rotativa como usou a anterior, para atacar os fundamentos do Estado de direito democrático, que são as bases das nossas democracias, para atacar a independência judicial e a liberdade de imprensa.

Eu pergunto ao Sr. Ministro o que fará o Governo português para impedir que Viktor Orbán use, uma vez mais, a presidência rotativa da União Europeia para atacar os fundamentos do Estado de direito, a liberdade de imprensa, a independência dos tribunais e os direitos humanos na União Europeia.

Aplausos do BE.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, quanto à questão das sanções individuais a pessoas que tenham cometido crimes de guerra ou que tenham participado em ações que, muito provavelmente, constituem crimes de guerra, o Governo português não tem nenhum problema. Aliás, no Conselho de Negócios Estrangeiros, já por mais de uma vez, apoiámos algumas das intenções do Alto Representante Josep Borrell a esse princípio. Aliás, há vários cidadãos israelitas que estão sob sanções individuais, nomeadamente na Cisjordânia. São vários, vários.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Estou-lhe a dizer: há vários cidadãos israelitas que estão com sanções impostas pela União Europeia, e nós não temos nenhum problema em acompanhar esse movimento no quadro da União Europeia. E estamos totalmente disponíveis para isso.

Aliás, há uma coisa que eu lhe queria dizer. O Bloco de Esquerda fala sempre disto com uma grande arrogância, achando que nós temos todos as mãos manchadas de sangue e que somos barqueiros da morte e que somos barqueiros do genocídio. O Bloco de Esquerda não dá — não dá — a este Governo nem a este Ministro lições de direitos humanos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Há uma coisa que eu lhe vou dizer...

Protestos do BE.

Não, não, não! Agora vai ouvir!

O Governo esteve nas vossas mãos e nas do PCP, e os senhores, que falam sempre no reconhecimento da Palestina, nunca obrigaram o Governo de António Costa a reconhecer a Palestina.

Aplausos do PSD.

Protestos do BE.

Peço desculpa, mas foi o Governo de Passos Coelho que votou na Assembleia-Geral a admissão da Autoridade Palestiniana como membro observador e fomos nós que, a 10 de maio, votámos como membro de pleno de direito. Não foram Governos do PS, nem foram Governos da geringonça.

Aplausos do PSD.

Portanto, fui eu, eu, com o meu punho, que proibi a exportação de armas para Israel, aqui. Não foi o Governo anterior. Aliás, valia a pena ir ver os despachos do Governo anterior. Portanto, fui eu, fui eu. Os senhores vêm para aqui fazer acusações, porque os senhores queriam que nós tivéssemos outra posição, porque lhes era muito confortável. Mas não, nós somos humanistas e somos equilibrados.

Eu gostava de o ver a condenar os ataques do Irão a Israel. Isso é que eu gostava de ver!

Aplausos do PSD e do CDS-PP e de Deputados do CH e da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fabian, podes ir embora!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Onde é que está a declaração do Bloco de Esquerda? É que eu gostava de ver isso, sabe? Gostava de ver isso. Já houve um a 13 de abril e houve outro há dias.

Protestos do BE.

Gostava de ver. Sabe, é que é importante não termos duplo padrão.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Fale do 7 de outubro!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Claro que também falo do 7 de outubro, não há nenhum problema. O 7 de outubro é um ato hediondo e tem de ser condenado. Isso não tem nada a ver com não deixar de condenar o excesso de uso da força por Israel. Claro que o Governo português o condena.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Foi autodefesa?

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E consequências?

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Mais, vou-lhe dizer o seguinte: quando houve a declaração de *persona non grata* ao Eng.º António Guterres, o primeiro Governo a solidarizar-se com ele foi o nosso. E apesar de o PS ter feito um *tweet*, já fez o *tweet* depois de nós termos tomado essa posição. Fomos o primeiro Governo europeu.

Protestos do PS.

Portanto, é verdade e fica aqui para registo: o Secretário-Geral do PS fez um *tweet* a dizer que instava o Governo português a tomar posição quando o Governo português já tinha tomado posição. Aliás, já tinha até tido ecos vindos de Nova Iorque a agradecer a tomada de posição que tínhamos tido.

Aplausos do PSD.

Portanto, sobre este conflito, não...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já acabou o tempo, Sr. Ministro.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tira a melancia!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Para defesa da honra da bancada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está calado e senta-te!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Posso pedir contenção ao Plenário? Antes disso, eu ia...

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Desculpe, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Eu antes ia questionar o Bloco de Esquerda sobre se ainda iria usar os 4 segundos, independentemente da questão da defesa da honra. Se puder responder já, agradeço, para depois gerirmos melhor a continuação dos trabalhos.

Suponho que não...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, estamos sob a sua orientação. Agradeço o elogio de achar que consigo defender a honra da bancada em 4 segundos,...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... tomá-lo-ei como tal, mas queria mesmo usar essa figura regimental.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, ainda não lhe dei a palavra.

Passando à pergunta inicial que eu tinha feito, pressuponho que não os irá usar, considerando que pediu a palavra para a defesa da honra. Tem, agora, a palavra para fazer a defesa da honra da bancada.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, como foi bom de ver, para evitar responder às perguntas, fugiu para uma acusação que esta bancada não fez e que a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua também não fez no debate com o Primeiro-Ministro.

Nós orgulhamo-nos quando a República Portuguesa —,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portugal!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... independentemente do Governo que esteja de turno, porque é a República Portuguesa que vota nas Nações Unidas — está ao lado dos direitos humanos, do direito internacional, porque é aí que deve estar.

Nós perguntámos ao Sr. Ministro se iria ou não aplicar sanções ao Ministro Israel Katz, caso não recuasse no facto de ter classificado António Guterres *persona non grata*.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Saudámos o Governo quando acabou com as exportações infames — infames! — de armamento para Israel, quando impediu que o território nacional português fosse palco da exportação de armas que promovem um genocídio. E isso que nos una e que una várias bancadas aqui. Já não é assim há muito tempo!

Quero também recordar que, se Portugal não reconhece o Estado da Palestina, não é por falta de iniciativa do Bloco de Esquerda,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É mesmo por falta de relevância!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... é porque faltaram os votos do PSD e do PS durante muitos anos,...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... porque não há uma legislatura, das últimas, em que nós não tenhamos apresentado...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do BE.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para dar resposta a esta defesa da honra, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, eu fico satisfeito com o seu esclarecimento, mas foi a líder do seu partido que disse que eu era um «barqueiro do genocídio», e isso é uma coisa inaceitável.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Porque estive a trabalhar, estive a trabalhar. O que eu digo é que ninguém fez o que este Governo fez nesta matéria da solução dos dois Estados.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Ninguém fez. Portanto, os senhores podem espremer, podem gritar, podem insultar, podem vir dizer que eu sou o barqueiro do genocídio, mas acha que uma pessoa está em casa e sente-se confortável com isso?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Ou como disse uma vez o PCP — está aqui a Sr.^a Deputada —, «com as mãos sujas de sangue». Nós estamos aqui, todos, a lutar pelos direitos humanos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Agora, fico muito contente com a sua reação. Já lhe dei as respostas todas que tinha a dar quanto às sanções.

Protestos do BE.

Dei sim, pronto. Agora, fica aqui muito claro: fico muito satisfeito com a forma como fez o pedido de defesa da honra, porque eu vi nos jornais a líder do seu partido a dizer que eu era o barqueiro do genocídio.

E eu vou-lhe dizer o seguinte: não durmo sossegado quando há uma Deputada que representa o povo português que me acusa a mim, pessoalmente, de ser barqueiro do genocídio.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isso é um abuso parlamentar!

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, e também ao Governo — porque tiveram os dois o mesmo erro no tratamento —, apresento, em nome da Mesa, um pedido de desculpa, porque o tempo que foi posto a contar não foi de 2 minutos, que é o tempo de defesa da honra, mas de apenas 1 minuto, e deixo esse pedido de desculpa. Aconteceu, quer ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, quer ao Governo, e a ambos pedimos desculpa por isso.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, era precisamente para fazer notar esse erro. Antecipou, nós não voltaremos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é a figura regimental?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, creio que é V. Ex.^a que está a presidir aos trabalhos e não o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Estou a ouvir, Sr. Deputado, pode falar para mim.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É para solicitar a distribuição, pela Câmara e pela bancada do Governo, da notícia do *Público*, de dia 29 de agosto de 2024, que se intitula: «Rangel diz que navio com bandeira portuguesa não transporta armas nem se dirige para Israel», porque as declarações que o Sr. Ministro aqui citou têm texto e têm contexto, que esta notícia explica.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça-nos chegar por *email* e os serviços farão a devida partilha por todos os grupos parlamentares.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Ministro, para que efeito?

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Para os mesmos efeitos que o Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Bom, eu só queria esclarecer o seguinte: ó Sr. Deputado...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Ministro, a interpelação à Mesa é dirigida à Mesa, por favor.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Eu sei, eu sei que é dirigida à Mesa, mas ela tem como efeito colateral o Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Qual é a figura regimental?!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Mas pronto, será assim.

Deixe-me só dizer o seguinte, se eu puder. É muito simples. Sr. Deputado, o navio não se dirigia a Israel. No momento em que eu falei, nós não tínhamos ainda informação sobre a natureza das empresas. Talvez não saiba, mas metade daquele material de duplo uso ia para a Eslováquia e para a Polónia. Os senhores nunca disseram isso, e nós tínhamos em causa...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Os documentos eram públicos! A Namíbia já os tinha publicado!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Olhe, desculpe...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Ministro e Sr. Deputado, não vamos ter este debate agora aqui, até porque é um tema que já foi debatido na comissão específica.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Não foi, não.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pergunto só ao Sr. Ministro se tem alguma informação...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Peço ao Grupo Parlamentar do Chega, nomeadamente ao Sr. Deputado Filipe Melo, que crie as condições para o Plenário decorrer, nomeadamente quando está a haver uma interação entre a Mesa e outros participantes do Plenário.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Os apartes são regimentais!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Os apartes são regimentais, mas também partem do pressuposto de que tem de haver respeito entre todos os pares deste Plenário, e o Sr. Deputado abusa nesse ponto. Portanto, peço-lhe contenção.

Aplausos do PS, da IL, do BE e do L e de Deputados do PSD.

Sr. Ministro, peço-lhe que seja sucinto na interpelação, partilhando informação com a Mesa.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, a informação que tenho a dar à Mesa é a seguinte: no momento em que essas afirmações foram proferidas, ainda estávamos a investigar a natureza das empresas em causa e até o destino. O destino não era apenas Israel, ou melhor, o destino do barco não era Israel. O destino do barco era o mar Adriático. Depois, metade da carga iria para a Polónia e para a Eslováquia, que são membros da União Europeia e da NATO e que estão a ajudar a Ucrânia, nomeadamente a Polónia.

Portanto, a questão não era simples. Mas vou-lhe dizer mais: logo a seguir soubemos que eram empresas de armamento e também o viemos dizer. Portanto, houve sempre transparência.

Há uma coisa que lhe vou dizer: nenhum destes estádios de informação justifica que se diga que eu sou «o barqueiro do genocídio». Isso é que não tolero à sua líder. Enfim, eu perdooo, mas não tolero.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos continuar, passando à fase de perguntas do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a verdade é que as prioridades definidas pela Presidência húngara, por um lado, ignoram as crescentes desigualdades e dificuldades sentidas pelos povos e, por outro lado, prosseguem um caminho de aprofundamento do federalismo, do neoliberalismo e, particularmente, do militarismo da União Europeia.

A degradação das condições de vida, a pobreza, a precariedade, as elevadas taxas de juros e o seu impacto nas prestações à banca, incomportáveis para milhares de famílias, ficam, mais uma vez, de fora. Mas os interesses do capital, das multinacionais e dos grupos económicos continuam a ser salvaguardados. Ao invés do reforço dos direitos dos trabalhadores, colocando a inovação tecnológica e científica ao seu serviço e ao serviço da melhoria das condições de trabalho, estas prioridades assumem uma estratégia de ataque aos direitos dos trabalhadores para, em nome da competitividade da União Europeia, aumentar a exploração e a instabilidade de quem trabalha.

Vemos nestas prioridades a conceção da «Europa fortaleza», que deixa às suas portas milhares e milhares de imigrantes abandonados à sua sorte, à morte, pessoas que fogem da guerra, que procuram melhores condições de vida, que partem dos seus territórios, cujas riquezas são espoliadas pelo capital, com a total conivência da União Europeia e dos Estados Unidos da América.

Cai a máscara da União Europeia, que afirma valores de solidariedade, de direitos, mas, na verdade, o que pratica é a desumanidade, o desrespeito pelos direitos, deixando os imigrantes vulneráveis à mercê da exploração e do tráfico de seres humanos.

A corrida aos armamentos, a militarização e a guerra é uma das prioridades apontadas, quando o que se impõe não é a instigação da confrontação e dos conflitos, como alimenta a União Europeia, mas uma firme e determinada intervenção e ação para o desanuviamento dos conflitos, para uma solução de paz e segurança coletiva na Europa e no mundo. Desviam-se recursos financeiros, nomeadamente da coesão, para a indústria do armamento, para a guerra, que causará a morte e a destruição.

Gostaríamos também de colocar uma questão relativamente à situação do Médio Oriente. São mais de 40 000 mortos, na maior parte mulheres e crianças, 100 000 feridos, mais de 1 milhão e 700 mil pessoas

obrigadas a sair das suas casas, tudo isto na Faixa de Gaza. Este é o resultado da brutal agressão de Israel contra o povo palestino.

A União Europeia mantém o acordo de associação entre Israel e a União Europeia, recusando-se a suspendê-lo, tal como se recusa a reconhecer o Estado da Palestina, revelando a sua cumplicidade com o genocídio e a barbárie em curso por Israel contra o povo palestino.

Sr. Ministro, já temos aqui abordado por diversas vezes esta questão, e a questão é que Portugal tem soberania e tem capacidade também para dar este passo. Isso é importante para a defesa dos direitos e para a solidariedade para com o povo palestino.

O cessar-fogo imediato, a entrada do apoio humanitário, o reconhecimento do Estado da Palestina, o regresso dos refugiados, isto é o que deve ser prioritário.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, nesta parte final, há coisas em que estamos totalmente de acordo. A primeira é num cessar-fogo imediato e incondicional.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não o praticam!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Praticamos, sim, senhora! Praticamos totalmente. O Governo português tem sistematicamente dito isso ao Governo de Israel e tem defendido isso na União Europeia.

Claro, aquilo que preferíamos era um cessar-fogo de longa duração, que fosse negociado conforme o plano Biden ou conforme a proposta dos Estados do Golfo. Isso é que seria o ideal. Mas, na situação em que estamos — e estou a falar desde que chegámos a estas funções —, é evidente que tem de ser um cessar-fogo incondicional. Não sendo possível estabelecer negociações, que têm sido intermediadas pelos Estados Unidos, pelo Egito e pelo Qatar, ou se elas não nos conduzirem a nenhum porto, a única hipótese que há é um cessar-fogo imediato e incondicional para entrar a ajuda humanitária. Estamos totalmente de acordo. É que, repare, a catástrofe humanitária é enorme; é, de facto, uma coisa terrível.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Governo português tem defendido sempre esta posição, que foi sinalizada sempre aos diplomatas de Israel aqui e ao próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, na única vez que tive a oportunidade de falar com ele.

Para ver como a nossa posição é apreciada, o Primeiro-Ministro da Palestina, que é também Ministro dos Negócios Estrangeiros, já por duas vezes nos agradeceu a forma como temos estado na União Europeia, a tentar trazer aqueles países — que são países, digamos, mais inflexíveis naquilo que toca à solução dos dois Estados — para uma posição mais confortável. Nós estamos numa posição de mediação. Por agora, esta é a nossa política.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É preciso dar um passo!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Enquanto entendermos que esta posição é útil para trazer alguns Estados que são mais renitentes, dentro da União Europeia, para posições que consideramos mais conformes aos direitos humanos e à situação humanitária que estamos a viver, nós vamos estar nesta posição, convictamente, sem nenhum problema.

Há Estados que reconhecem a Palestina, formalmente, e que não têm embaixador acreditado, mas nós temos embaixador da Palestina acreditado aqui.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Têm as duas!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Ouça, nós temos embaixador acreditado, votámos pela admissão integral, portanto, estamos a conduzir a política externa da forma que consideramos mais útil, não apenas para o interesse nacional, mas em particular para tentar desanuviar o conflito e criar uma posição europeia comum.

O segundo ponto de que lhe ia falar é o ponto do acordo de associação com Israel. O acordo de associação com Israel até pode ser útil, e nós temos defendido uma reunião com Israel para debater a crise humanitária. O que acontece é que há um bloqueio por parte de alguns países dentro da União Europeia, um bloqueio ao Alto Representante, com quem tenho falado dezenas de horas sobre isto. Estive agora com ele no México, e estivemos a falar para aí quatro horas sobre isso, e também muito sobre a crise do Líbano, é verdade, sobre este segundo desenvolvimento da crise do Líbano. Mas temos falado imenso no sentido de tentarmos construir uma solução europeia, trazendo todos os países para um consenso de posição europeia.

Portugal é o país que propôs, juntamente com a Dinamarca e com...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar às perguntas do Grupo Parlamentar do Livre. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.^a Secretária de Estado e demais membros do Governo, Sr. Ministro, ao contrário do que às vezes alguns discursos parecem fazer crer — e já tivemos alguns desses aqui hoje —, não há absolutamente contradição nenhuma entre o aprofundar da integração europeia e o melhorar da democracia nacional. Pelo contrário, os dois passos têm de ser dados ao mesmo tempo, porque, para podermos ter uma integração europeia à altura das exigências dos cidadãos desta União, em termos da democracia, é muito importante que tanto os parlamentos nacionais e a comunidade nacional, como o Parlamento Europeu e a cidadania europeia como um todo, se possam pronunciar sobre os grandes momentos da União. Certamente, entre esses, o da mudança das instituições europeias é essencial.

Vem isto a propósito do facto de a Comissão de Assuntos Europeus desta Casa ter pedido à Sr.^a Comissária designada pelo Governo português para a Comissão Europeia, a Prof.^a Maria Luís Albuquerque, que viesse à Comissão para, precisamente, participar num debate com os Deputados da mesma acerca da sua visão, perspetiva e pensamento para a União Europeia. Seria, portanto, um debate do teor do que mais à frente, certamente, terá no Parlamento Europeu, e já estivemos muitas vezes com comissários designados. A resposta da Sr.^a Comissária designada foi a de que este não era o momento do Parlamento nacional.

Ora, é muito difícil perceber que possa haver outro momento, porque reparámos numa coisa: antes de ter sido designada, nós não sabíamos que ela iria ser designada, por isso, não podíamos saber quem convidar para debater connosco. Depois de tomar posse, os comissários fazem um juramento, no qual deixam de receber instruções seja de Governos nacionais, seja de parlamentos nacionais, e, portanto, é um momento em que já estão empossados da necessidade de defender o interesse comum europeu.

A pergunta é muito simples, Sr. Ministro: tem o Sr. Ministro ou o Governo objeções a que a Sr.^a Comissária designada venha fazer à Assembleia da República este debate?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Aqui? Não pode ser!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Antes não sabíamos quem era e não podia ser, portanto, não falemos de impossibilidades agora, Sr. Deputado Paulo Moniz. Aliás, na Comissão de Assuntos Europeus, os grupos parlamentares, num sentido geral, criticaram o que é, claramente, uma falta de vontade de falar com o Parlamento do País que a designou.

Falando noutra aspeto, temos um debate longo, há muitos anos, sobre a utilização do artigo 7.º, mas numa coisa confluímos: o Conselho tem arrastado os pés em relação à defesa do Estado de direito. Há algum avanço, desde que o Sr. Ministro é Ministro dos Negócios Estrangeiros, com a sua participação nas formações dos

conselhos respetivos, para que se utilize o artigo 7.º, nomeadamente em relação aos Estados que estão neste momento designados por violação dos valores do artigo 2.º, nomeadamente o Estado de direito?

Tenho ainda uma pergunta. O Sr. Ministro disse que estava disposto a instituir, na sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um grupo de trabalho para o reconhecimento do Estado da Palestina, quando ele vier a ser feito. Queria saber se já deu alguns passos nesse sentido.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, sinceramente, nunca discuti no Governo essa questão de uma audição no Parlamento nacional do comissário designado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Conheço países que o fazem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Eu sei. Não precisa de me dizer, que eu sei que há. A resposta que lhe vou dar é pouco curial, mas é a que lhe posso dar como constitucionalista, como estudioso das coisas do direito constitucional: eu acho isso mau.

Especialmente nas construções federais é assim, o nível federal é um, o nível nacional é outro.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ora bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Portanto, aquilo que eu acho é que um comissário deve responder perante o Parlamento Europeu. Se ele vai responder perante o Parlamento nacional, isso já o diminui, de alguma maneira, no Parlamento Europeu. Diminui! Esta é a minha visão, como estudioso do direito constitucional. Eu acharia isso um erro.

Agora, o Governo português nunca vai dizer à comissária designada o que ela tem de fazer, porque ela é totalmente independente a partir do momento em que é nomeada.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era só ridículo!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Portanto, ela decidirá o que quer fazer. Se ela quiser vir, se quer que eu lhe diga, mais uma vez, como estudioso das coisas do direito constitucional, acho mal. Mas, se ela vier, vem por sua conta e risco. Se me perguntar, eu vou-lhe dizer que não venha, não como Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas porque, sinceramente, sou contra isso.

Risos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Aliás, o Sr. Deputado Rui Tavares, se me permite, tem sempre essa ideia de que tudo tem de ser feito assim, de que os ministros também têm de vir ao Parlamento. Esse sistema não é o nosso sistema de Governo, compreende? Nem eu acho desejável esse sistema de Governo.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Portanto, esta é uma diferença fundamental que temos. Só quero que compreenda isso. Estamos no plano dos princípios constitucionais. Do meu ponto de vista, isso fere a separação de poderes. O Executivo tem de ter alguma independência. Especialmente quando tem dois níveis, um nível nacional e um nível, vamos dizer assim, federal ou supranacional, o agregar dos dois diminui sempre o nível supranacional. Sempre!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Então, na União Europeia, em que há um tropismo para o nacionalismo, isso diminui sempre. Por isso, acho que é um erro. Aqueles que são europeístas não devem defender isso. Mas estou a dizer a minha opinião pessoal, que é também a sua, com certeza, e, provavelmente, também a do Livre. Eu, neste caso, não sei se estou a exprimir a do PSD ou a do Governo, por uma razão simples: porque nunca discuti esse assunto no coletivo, e até admito que, se o Governo tiver outra posição, eu, como sou disciplinado, vou, naturalmente, defendê-la.

Mas eu, como alguém que pensa as coisas do direito constitucional europeu, acho que isso é mau. Acho que é mau para a construção europeia que os parlamentos nacionais tenham uma palavra a dizer na questão dos comissários.

Depois eles virem à Comissão de Assuntos Europeus debater, isso já acho uma coisa muito positiva. Mas a sua legitimidade deve ser uma legitimidade europeia e não uma legitimidade nacional e europeia. Este é o ponto que eu acho que é importante.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E sobre o artigo 7.º e o grupo de trabalho?

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sobre o artigo 7.º devia responder, mas não tenho tempo. Enfim, vou ver se o CDS me deixa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase de perguntas do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, está à vontade para responder à questão do artigo 7.º, que é uma questão, efetivamente, relevante.

Nas perguntas do Grupo Parlamentar do CDS, queria começar pela Presidência húngara, sabendo nós que esta é uma presidência com características especiais, especiais pelo país que exerce a presidência e, obviamente, especiais também pelo momento que coincidiu do processo europeu, nomeadamente da designação dos responsáveis máximos da União.

Relativamente às características especiais em função de ser uma presidência exercida pela Hungria, liderada por um Primeiro-Ministro que é diferente da generalidade dos Primeiros-Ministros no contexto europeu, escolheu, desde logo, um *slogan* «Tornar a Europa grande de novo» — onde é que já ouvimos isto? — e, para fazer a Europa grande de novo, começou por viajar para Moscovo e para Pequim e divergir em absoluto da linha essencial dos últimos meses e dos últimos tempos no contexto europeu, que era uma União muito forte no apoio à Ucrânia.

Por isso, a primeira questão tem a ver com isso, se há algum risco, no que para nós é considerado extremamente importante, que é o apoio à Ucrânia num momento de guerra — que não é outra coisa —, por termos no exercício da Presidência europeia esta divergência.

Depois, quero questioná-lo sobre uma medida concreta do Governo húngaro. Ao mesmo tempo que o Governo húngaro quer fazer a Europa grande de novo, abriu também uma brecha na sua política de fronteiras ao facilitar a autorização de residência a cidadãos russos e bielorrussos, também aí ao contrário daquela que tem sido a evolução no contexto europeu, permitindo abrir uma brecha na política de restrição relativamente a cidadãos russos e bielorrussos e escancarando as portas aos russos e aos bielorrussos. O que eu pergunto é se há ou não aqui algum risco.

Depois, e para terminar, relativamente à participação portuguesa, a questão do relatório Draghi e a oportunidade que isso pode significar para Portugal.

Sobre a questão de a Europa recuperar a competitividade, de ter um projeto que passe também por uma reindustrialização, que é necessária para sermos mais independentes, pergunto se há ou não aqui, para Portugal, uma oportunidade e como é que o Governo português vê a capacidade de atrair investimento nessa lógica de recuperação da competitividade por parte da União Europeia.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, porque não queria, de maneira nenhuma, deixar de responder ao Deputado Rui Tavares, e uma vez que me autorizou a fazê-lo, vou dizer o seguinte: o que nós temos visto no contexto do Conselho da União Europeia é que, de facto, não tem havido passos no sentido de vir a ativar o artigo 7.º, designadamente relativamente à Hungria.

No entanto, devo dizer que, face a algum bloqueio sistemático que tem havido de decisões do Conselho Europeu e também do Conselho de Negócios Estrangeiros, talvez essa oportunidade esteja mais próxima do que nunca, mas, mesmo assim, não acho que esteja próxima.

Estou a dizer que mudou o clima. O clima tem mudado bastante por causa de uma dissidência sistemática, isto é, as votações 26-1, nomeadamente em matérias que requerem unanimidade, são altamente frequentes.

Portanto, isso está a criar, na verdade, alguma consciência de que — como, a dada altura, ainda precoce, o Deputado Rui Tavares anteviu — a melhor forma, eventualmente, de lidar com as violações do Estado de direito era mesmo ativar o artigo 7.º tão cedo quanto possível, e isso talvez tivesse prevenido um conjunto de infrações que hoje temos. Enfim, eu já lhe disse isto mais de uma vez e volto a repetir.

Quanto ao Sr. Deputado João Almeida, também um pouco telegraficamente — e prejudicado por esta resposta —, gostava, a respeito da questão da competitividade, de tocar num ponto que não pudemos focar aqui e que eu julguei que ia ser um ponto-chave deste debate, ou, pelo menos, um dos pontos-chave, que é a questão do financiamento na União Europeia e a questão de saber até que ponto é que a contração de dívida comum para determinados fins é ou não um meio de alavancar esses investimentos.

O que eu vejo é que, apesar de haver uma grande divergência quanto a esta matéria, nas questões de segurança e defesa parece haver um consenso em se poder criar um financiamento. O que é que isso faria? Faria com que deslocássemos os outros recursos todos para os outros fins, fins essencialmente orientados para a competitividade.

Claro que a criação de um mercado europeu de indústria da defesa é também um grande fator económico e de competitividade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro que é!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Mas a ideia era criar aqui um orçamento à parte, uma espécie de PRR para a defesa, se quiser assim, de forma que todos os outros recursos pudessem ser mobilizados para tarefas que não a segurança e defesa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos, agora, para a última fase de perguntas, dando a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro, gostaria de começar por manifestar o nosso repúdio pela posição de Portugal, que retrocedeu na proteção do lobo europeu. Ir atrás de uma opção estratégica do ponto de vista da União Europeia, que vai a reboque de uma vingança pessoal de Ursula von der Leyen, parece-nos absolutamente irresponsável perante o compromisso com a proteção da biodiversidade e, em particular, de uma espécie tão icónica como o lobo. Esperamos que isto não venha a ter repercussões também em Portugal.

No que diz respeito à preparação do debate sobre o processo de construção da União Europeia, é impossível não falarmos, neste contexto da guerra, seja no escalar da violência no conflito israelo-palestino seja também na Ucrânia.

Assim, gostaria de retomar aqui uma questão que foi colocada e a que o Sr. Ministro acabou por não ter oportunidade de responder, que tem a ver com a Presidência húngara.

Face à posição e às declarações do Conselheiro de Viktor Orbán, que veio apelidar de irresponsável a resistência de Zelensky à Rússia, pergunto, por um lado, se não estará em risco o apoio da União Europeia à Ucrânia e, por outro, se não estamos perante uma mudança de posição que, de alguma forma, não respeita a autodeterminação dos Estados. Tem-se falado muito a respeito do reconhecimento dos Estados, no caso da Palestina, e bem, mas também no caso da Ucrânia não pode haver retrocessos.

Sr. Ministro, tivemos hoje aqui na Assembleia da República a Relatora Especial das Nações Unidas para os territórios palestinianos, Francesca Albanese, e gostaríamos de lamentar que ela não tenha sido recebida pelo Sr. Ministro e também de perceber o que é que está a ser feito para acompanhar o trabalho no terreno, tendo em conta a tragédia imensa que crianças, mulheres e outras vítimas inocentes estão, neste momento, a vivenciar num drama humanitário sem precedentes.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — A primeira coisa que eu diria...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Ministro, tem de esperar que a Mesa lhe dê a palavra.

Para responder, e terminando assim este ponto da ordem de trabalhos, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, as minhas desculpas.

Uma das razões pelas quais eu não a recebo — não é a única, essa Relatora Especial, porque ela não está cá nessa qualidade, está a título privado — é porque eu vim do México hoje e até lhe ofereci um outro horário, mas ela não podia, porque tinha outras atividades.

Mas, sinceramente, não tenho nenhuma obrigação de a receber, porque ela não está cá a título oficial e, portanto, não tenho nenhuma obrigação. E ela foi recebida no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os embaixadores normalmente não são recebidos pelo ministro, são recebidos por um diretor político. Ela foi recebida por um diretor político do Ministério e, portanto, isso é absolutamente normal.

Quanto à questão do lobo, deixe-me dizer que se cautelou, claramente, a questão do lobo ibérico e, portanto, isso não terá nenhum efeito sobre Portugal. Posso tranquilizá-la quanto a isso e esse é um aspeto importante.

Quanto à questão da Presidência húngara, uma vez que há uma relação entre as duas coisas — eu não respondi ao Deputado Bernardo Blanco sobre a questão da Rússia — e que a Rússia fez declarações sobre os helicópteros *Kamov*, eu queria dizer o seguinte: nós já estamos habituados a que a porta-voz do Kremlin, de vez em quando, faça algum *bullying* sobre as posições portuguesas, mas não só, vai distribuindo pelos diferentes países europeus à vez.

E, portanto, nós encaramos isso sempre com um grande respeito pelo povo russo, pela nação russa, pelo Estado russo, embora, obviamente, condenando, de forma muito veemente, as ações do regime de Putin e do regime russo.

E, portanto, para não escalarmos, enfim, como eu digo, é uma retórica habitual... Aí, claro, a Hungria está nessa posição, que é uma posição difícil. Eu remeteria para aquilo que disse ao Deputado Rui Tavares a esse respeito, que mostra um isolamento cada vez maior no seio do Conselho de Negócios Estrangeiros e no seio do Conselho Europeu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, antes de passarmos ao próximo ponto, a Mesa despede-se do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, agradecendo a sua presença.

Vamos entrar no ponto 3 da nossa ordem de trabalhos, que consiste no debate com o Governo sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente (CEP), previsto na alínea *b*) do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Pausa.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, que dispõe de 8 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação** (Nuno Sampaio): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Se dúvidas existissem, as ameaças crescentes colocadas à paz e segurança internacional vieram apenas comprovar o quão acertada foi a decisão da União Europeia ao propor aos Estados-Membros a possibilidade de aprofundarem a cooperação em matéria de segurança e defesa.

Além da guerra na Ucrânia e da crise no Médio Oriente, sobejamente mediatizadas, vimos surgir uma agudizada instabilidade na América Latina, um aprofundar de conflitos em África, uma crescente tensão no Pacífico, exemplos vivos dos desafios colocados a uma ordem internacional, onde cada vez mais os valores democráticos, a estabilidade e a liberdade das nossas sociedades são desafiados.

Num ambiente de segurança global cada vez mais complexo e imprevisível, a colaboração e a solidariedade no quadro europeu são, não só importantes, como indispensáveis.

Afastando visões isolacionistas arcaicas, rejeitando extremismos nacionalistas e egoístas, a CEP visa reforçar a colaboração em matéria de defesa e segurança entre os Estados-Membros da União.

Desde 2017, a CEP representa um passo significativo em direção a uma defesa europeia mais integrada, complementar, que projeta para o futuro a capacidade de resposta europeia face a ameaças emergentes, reforçando simultaneamente a autonomia estratégica da União e a complementaridade com a NATO.

O empenho de Portugal na CEP demonstra o seu compromisso com a segurança e a defesa europeias, mas também com os valores que defendemos.

Ao participar em vários projetos, Portugal tem demonstrado o seu desejo de contribuir para objetivos comuns da União Europeia em matéria de defesa. A contribuição de Portugal para a CEP sublinha igualmente o seu compromisso de longa data com o multilateralismo e a segurança coletiva.

Enquanto membro da NATO e participante ativo nas missões de manutenção da paz das Nações Unidas, Portugal traz consigo uma vasta experiência e uma firme convicção do valor da cooperação internacional.

Através da sua participação na CEP, Portugal ajuda a promover uma rede de defesa europeia mais coesa e capaz, que complementa os seus compromissos de segurança internacional mais amplos. Além disso, o envolvimento de Portugal na CEP está alinhado com o seu compromisso para com uma União Europeia que não se reduz ao seu potencial económico e político, mas que também se consubstancia num fator de segurança e de construção e manutenção da paz.

Portugal reconhece, assim, que os desafios de segurança que a Europa enfrenta atualmente, desde o terrorismo às ameaças cibernéticas e à instabilidade nas suas fronteiras, exigem uma resposta unida e bem coordenada.

Concluo, afirmando que a participação de Portugal na CEP é um testemunho claro da sua dedicação à unidade e solidariedade europeias. Ao investir em projetos de defesa comuns, ao reforçar as capacidades militares e promover a cooperação, Portugal está também a ajudar a construir a Europa. A CEP oferece uma oportunidade única para os Estados-Membros da União trabalharem em conjunto para enfrentar desafios comuns.

Portugal, através da sua participação ativa e empenhada, tem contribuído para este esforço coletivo na construção da paz, que continuará a ser apoiado por este Governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para completar a intervenção do Governo neste ponto, vou dar a palavra à Sr.^a Secretária de Estado da Defesa Nacional, Ana Isabel Xavier. Dispõe de 4 minutos.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional** (Ana Isabel Xavier): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal desempenha um papel ativo no contexto da Cooperação Estruturada Permanente, contribuindo para vários projetos e liderando outros, em áreas como a mobilidade militar, a ciberdefesa e a segurança marítima, refletindo os nossos interesses estratégicos nacionais.

Através do envolvimento de Portugal nesta iniciativa, procuramos melhorar as nossas capacidades de defesa, reforçando simultaneamente o quadro de segurança coletiva da União Europeia.

À data de hoje, Portugal participa ativamente em 17 projetos PESCO (Política Externa e de Segurança Comum), três dos quais, como líder. O EU CAIH, Ciber Academia e Centro de Inovação da União Europeia, que se prevê que seja um dos 12 projetos a alcançar resultados concretos até ao próximo ano; o MUSAS, Sistema Marítimo Antissubmarino Não Tripulado, que se encontra em plena execução com a apresentação de um protótipo; e o AMIDA-UT, Modelação Automatizada, Identificação e Avaliação de Danos do Terreno Urbano, que deverá estar concluído também no próximo ano.

Para além destes 17 projetos, Portugal participa ainda em mais 22 na qualidade de observador, perfazendo um total de 39 projetos com participação portuguesa, que incluem o envolvimento de cerca de 32 entidades da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID) nacional.

Na prática, Portugal está envolvido em mais de 60 % dos 62 projetos PESCO atualmente ativos. Em paralelo, Portugal tem também feito um esforço muito ativo para estabelecer sinergias entre alguns projetos da Cooperação Estruturada Permanente, por um lado, e os projetos financiados pelo Fundo Europeu de Defesa (FED), ou até pelo seu precursor, o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da defesa, no sentido de otimizar os nossos recursos e multiplicar resultados.

Exemplos concretos incluem a ligação entre os projetos PESCO, EU CAIH e MUSAS, ambos liderados por Portugal, como há pouco referia, e os projetos ACTING (Advanced European platform and network of Cybersecurity training and exercises centres), uma plataforma europeia avançada e rede de centros de formação e exercícios de cibersegurança, e o SEANICE (AntiSubmarine Warfare European Autonomous Networked Innovative and Collaborative Environment), um consórcio que visa criar um ambiente europeu autónomo, inovador e colaborativo em rede para a guerra antissubmarina.

Concluo, reiterando que a participação de Portugal no desenvolvimento da dimensão de defesa da União Europeia, sempre em estreita coordenação e complementaridade com a NATO, é uma prioridade. O reforço da Base Tecnológica e Industrial de Defesa encontra-se devidamente vertido no Programa do Governo e contamos com todos para que esse desígnio estratégico nacional e europeu se concretize.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para o primeiro conjunto de perguntas do PSD, dou a palavra à Sr.^a Deputada Liliana Reis, que dispõe de 8 minutos.

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Estimado Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há quase 1000 dias, a Federação Russa trouxe de volta a guerra convencional à Europa. O mundo não mudou, mas mudou a perceção que tínhamos do mundo.

Depois do final da Guerra Fria, julgámos que o *homo democraticus* seria o último homem e que a história política terminaria com o Estado de direito, a democracia e que a história política necessariamente reconheceria a universalidade dos direitos humanos.

Mas esta ilusão de paz perpétua apenas fora alcançada pelo amadurecimento da anarquia, através do direito internacional público. Ora, esta ordem, nascida depois de 1945, permitiu-nos organizar o sistema internacional baseado na lei e não na força, porque os aliados venceram a II Guerra Mundial.

Protestos do Deputado do PCP António Filipe.

Se as potências do Eixo tivessem saído vitoriosas, não teríamos a Carta das Nações Unidas, não teríamos a Declaração Universal dos Direitos do Homem, não teríamos o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos ou o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Abençoada União Soviética!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Quem dita, pois, os termos da paz são aqueles que vencem a guerra.

Referi recentemente na Conferência Interparlamentar da PCST (Public Communication of Science and Technology) Network em Budapeste que não existem valores sem poder. Os valores que temos hoje foram assegurados pela estabilidade hegemónica e, por isso, a distribuição das capacidades no sistema internacional, tal como os elementos materiais, são determinantes.

Neste momento, várias potências revisionistas, avaliando a nossa aparente fraqueza, ambicionam uma transição de poder e uma nova ordem mundial.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Com efeito, a União Europeia, tal como todos os nossos aliados das democracias liberais, enfrentam hoje a combinação mais complexa de ameaças. O quadro é difuso e holístico e ultrapassa geografias que vão do Atlântico ao Mediterrâneo, do Leste ao Sul.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Depois de a agressão russa à Ucrânia ter destapado as vulnerabilidades da interdependência complexa, seria apresentada a Bússola Estratégica em março de 2022 e o novo conceito estratégico da Aliança Atlântica em junho do mesmo ano.

Mas não é mais possível continuarmos a produzir narrativas estratégicas sem que as mesmas sejam acompanhadas de poder tangível, que reforce a nossa capacidade de dissuasão e que assegure o nosso grau de prontidão.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Para nós, europeus, a autonomia estratégica nunca significou competição com os nossos aliados ou confrontação com os nossos inimigos. Tratou-se sempre de acrescentar valor aos primeiros para nos protegermos contra os segundos.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Recuperando a *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides e o diálogo de Melos, aquilo em que um aliado mais confia não é na boa vontade daquele que pede ajuda, mas, sim, na superioridade de meios para intervir.

Aplausos do PSD.

Uma União Europeia mais forte e com mais capacidades contribuirá para a segurança mundial. O Governo português está, pois, atento a todos estes desafios e, por isso, está empenhado no desenvolvimento da defesa europeia, seja numa lógica supranacional, seja através do desenvolvimento da Base Industrial e Tecnológica de Defesa europeia e de capacidades de uso dual, que terá de envolver a defesa, mas também o setor económico e as nossas universidades, bem como os setores público e privado.

Este compromisso funcionalista inclui, naturalmente, vários instrumentos comunitários, mas o nosso Governo, reconhecendo também a natureza intergovernamental desta política, está comprometido não só com a Agência Europeia de Defesa e com todos os projetos que ela acomoda, mas também com a Cooperação Estruturada Permanente introduzida pelo artigo 42.^o, parágrafo 6.^o do Tratado de Lisboa.

Este mecanismo tem permitido, aliás, ultrapassar dificuldades operacionais sentidas nas missões e nas operações da UE através do *burden sharing* e também criar várias sinergias entre as indústrias civis e os Governos.

Há, pois, hoje um compromisso nacional que ouvimos nas palavras e com os números apresentados pela Sr.^a Secretária de Estado, mas podia não ser assim, podíamos estar fora da Cooperação Estruturada Permanente.

No dia 7 de dezembro de 2017, quando foi aprovada a resolução que recomendava ao Governo que integrasse a CEP no quadro da União Europeia, o Bloco de Esquerda, o PCP e o PAN votaram contra. Vivíamos os tempos da geringonça, com o Governo socialista a ser suportado nesta Casa por parceiros que iriam empurrar Portugal para fora da defesa europeia.

Foi, pois, o sentido de responsabilidade, mas, sobretudo, o sentido de Estado, do PSD e do CDS, que viabilizariam a nossa participação, afastando ressentimentos, calculismos políticos e interesses partidários e votando de acordo com o que seria melhor para Portugal e para todos os portugueses.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É uma contra-geringonça! É a geringonça da direita!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Nesse mesmo dia, eu apresentava nesta Casa o meu livro com o título *A Construção do Ator Securitário — Hora das Escolhas*, ali ao lado, na Biblioteca Passos Manuel, e recordo-me de partilhar a importância estratégica que constituía aquele momento para Portugal.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Isto é uma intervenção de fundo!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Há, de facto, momentos históricos em que são feitas escolhas que ditam o nosso futuro a nível internacional e nacional, em que é necessário cooperar, se não permanentemente, pelo menos, de uma forma estruturada. Há momentos em que a geometria variável dessa cooperação compromete o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos e não apenas a nossa capacidade de geração de força, mas a nossa força absoluta.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — No atual contexto geopolítico, a CEP constitui, pois, um quadro essencial para a cooperação, uma vez que é flexível e contínua, e ao mesmo tempo continua a ser conduzida pelos Estados.

Mesmo aqueles que, neste Parlamento, por visões mais nacionalistas, olhem com desconfiança para a defesa europeia e tenham adotado, ao longo dos últimos tempos, narrativas que nos conduzem ao regresso das fronteiras e à construção de muros, não rejeitarão as vulnerabilidades do encerramento ao que o mundo acarreta.

A este propósito, o primeiro artigo da *Foreign Affairs* do atual bimestre, da autoria de Condoleezza Rice, secretária de Estado de uma administração americana republicana e conselheira de segurança nacional, destaca os perigos do isolacionismo.

Pois bem, cerca de 80 % dos cidadãos da União Europeia são a favor da Política Comum de Segurança e Defesa. E, na verdade, uma das lições aprendidas que já podemos retirar da guerra da Ucrânia é que a destruição dos hospitais ou das escolas por mísseis inviabiliza pensar-se em política de saúde ou política de educação.

Quando os nossos campos agrícolas são invadidos por carros de combate e as produções que resistem ficam sem capacidade de escoamento por captura dos nossos portos, a política agrícola transforma-se em política de sobrevivência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Reis** (PSD): — Este Governo sabe que o momento de exigência internacional não se coaduna com divisões e por isso governa para todos os portugueses, aqui dentro e lá fora. Mas também sabe que este é o tempo de reconciliação de todos nós, de todos os aliados, e mesmo todos poderemos ser muito poucos para os tempos que se avizinham.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Onde é que se compra o livro?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, em primeiro lugar, e, se sobrar tempo da resposta do Sr. Secretário de Estado, responderá, a seguir, a Sr.^a Secretária de Estado da Defesa Nacional.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Responda lá a esta, se for capaz!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Liliana Reis, muito obrigado pela sua intervenção. Da perspetiva do Governo, não poderíamos estar mais de acordo com algumas das questões que nos trouxe e que sublinhou de forma muito vincada.

Antes de mais, esta visão que nos traz vai ao encontro da visão do Programa do Governo, por um lado, de uma perspetiva globalista face à posição de Portugal no mundo e, por outro, de uma perspetiva humanista.

No quadro da União Europeia, esta perspetiva humanista, face aos desafios que referiu, do mundo de hoje, em termos geopolíticos, não pode ser devidamente considerada, devidamente respondida, sem termos a dimensão da segurança e da defesa.

Se queremos ter a paz, se queremos continuar a construí-la, se a queremos manter — como penso que é o desígnio de toda esta Assembleia —, temos de nos preparar para desafios geopolíticos bastante diferentes dos que tivemos na primeira metade do século passado. Face a isso, e neste contexto, a Cooperação Estruturada Permanente é muito importante.

Portugal, o Governo português, tem, relativamente a esta matéria, uma posição muito clara: somos pela cooperação dentro da União Europeia. Somos membros fundadores da NATO e, portanto, essa cooperação é sempre em complementaridade com o papel fundamental da NATO na defesa dos valores da democracia e da liberdade. Somos, evidentemente, também pela manutenção da nossa soberania e da nossa capacidade para colaborar nesse esforço de segurança europeia e coletiva.

Por isso, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada, Portugal está muito empenhado neste esforço europeu que é, antes de mais, um esforço pela paz.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra à Sr.^a Secretária de Estado da Defesa Nacional.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Liliana Reis, queria agradecer-lhe a sua intervenção, que nos permite recordar aqui dois pontos que, de facto, nos parecem essenciais.

O primeiro, algo que quis enfatizar na minha alocução, é que, de facto, Portugal está envolvido em mais de 60 % dos 62 projetos em curso da Cooperação Estruturada Permanente, algo que nos deve honrar.

A segunda questão que me parece importante sublinhar é que Portugal esteve sempre na primeira linha do que a União Europeia considera ser a autonomia estratégica. E é por isso que o atual Governo tem como missão investir em defesa e, sobretudo, considerar que a defesa não é despesa, defesa é investimento — algo que temos vindo a referir e que também tem vindo a ser consubstanciado nas decisões do Governo em matéria de defesa nacional, nomeadamente com a maior revalorização de sempre do regime remuneratório das Forças Armadas.

Estamos a trabalhar em três pilares: nas pessoas, nas capacidades e em investigação e tecnologia. Mas também temos salientado que Portugal é, naturalmente, um produtor de segurança e de paz.

Numa altura em que tanto se fala nos 2 % de investimento em defesa, nos fóruns internacionais em que temos participado, temos recordado que mais do que dizer o que se gasta, é importante dizer como se gasta. E, mais do que falar de como Portugal se tem empenhado em tentar chegar a esse objetivo — e assim chegará até 2029 —, é preciso falar de como Portugal está e onde é que Portugal é reconhecido enquanto produtor de paz e de segurança.

Nunca é de mais recordar que, em 2024, estão planeadas 30 missões internacionais: 2 pelas Nações Unidas — na República Centro-Africana e na Colômbia —; 12 na NATO — Atlântico, Mediterrâneo, Báltico, Iraque, Lituânia, Roménia, Bélgica, Eslováquia e Kosovo —; 8 no âmbito da União Europeia — Mediterrâneo, Somália, República Centro-Africana, Moçambique, Golfo da Guiné, Ucrânia e Mar Vermelho —; 10 bilaterais ou multilaterais — Golfo da Guiné, Jordânia, República Centro-Africana, Lituânia, São Tomé, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Cabo Verde, Mediterrâneo —; e ainda uma missão Frontex.

Nada disto se pode limitar ou reduzir a números e aos 2 % e é neste esforço conjunto que temos de estar todos empenhados, que o Governo está firmemente empenhado e para o qual trabalha todos os dias.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para um conjunto de perguntas, agora da parte do Partido Socialista, dou a palavra ao Sr. Deputado José Maria Costa, que dispõe de 8 minutos.

O Sr. **José Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, permita-me, Sr. Presidente da Assembleia da República, nesta minha primeira intervenção no Plenário, saudá-lo e desejar-lhe um bom mandato.

Estamos a iniciar o debate com o Governo sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente num momento de grandes tensões políticas e militares na Europa e no Médio Oriente.

A PESCO, ou Cooperação Estruturada Permanente, é um mecanismo previsto no Tratado de Lisboa, que visa fortalecer a cooperação europeia em matéria de segurança e defesa e contribuir para alcançar um novo nível de ambição da União nesta área, tal como acordado em 2016, no âmbito da implementação da Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança, lançada em junho de 2017.

Mais concretamente, este quadro colaborativo permanente possibilita que os Estados-Membros, dispostos e aptos a desenvolver conjuntamente as capacidades de defesa, invistam em projetos que respondam às necessidades da União Europeia nesta matéria, favorecendo, assim, a autonomia estratégica da União e o reforço da Base Tecnológica e Industrial de Defesa europeia.

Constituindo um mecanismo orientado para os resultados, a PESCO deverá potenciar uma maior eficiência dos investimentos na área da defesa, de modo a tornar as Forças Armadas dos Estados-Membros mais interoperáveis e mais capacitadas para participar em missões e operações da União. Por sua vez, a melhoria destas capacidades de defesa dos Estados-Membros beneficiará também a NATO e reforçará, assim, o seu pilar europeu.

Os Estados-Membros que promovem e participam em projetos serão os futuros utilizadores também dessas mesmas capacidades. O sucesso da PESCO depende, assim, do empenho revelado pelos Estados-Membros nas duas vertentes, a dos compromissos e a dos projetos.

Outro aspeto a realçar é a ligação da PESCO ao Fundo Europeu de Defesa, tal como se encontra estipulado no compromisso 8.^o, o compromisso com o envolvimento intensivo do FED na aquisição multinacional de capacidades.

O FED constitui também um incentivo para a participação na PESCO, na medida em que são elegíveis os protótipos desenvolvidos no quadro dos projetos, podendo mesmo beneficiar de um acréscimo de financiamento a disponibilizar por este fundo.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado e Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Portugal é um dos 25 Estados-Membros fundadores da PESCO, mantendo-se empenhado na sua implementação.

Os projetos PESCO são acompanhados, ao nível nacional, pelo grupo de acompanhamento da participação nos projetos, cuja missão é assegurar a comunicação e a articulação permanente entre as entidades de defesa nacional com responsabilidades nesta área, as restantes entidades governamentais e a sociedade civil, tendo em vista o aprofundamento da cooperação no domínio da defesa entre os Estados-Membros, através daqueles projetos.

Dos 68 projetos, Portugal participa em 34 e coordena mesmo três projetos em domínios de inegável relevância para a segurança e a defesa nacional.

No plano político, a participação na PESCO permite que Portugal se mantenha na linha da frente do aprofundamento do projeto europeu em todas as suas vertentes, tendo uma voz ativa no desenvolvimento, em particular, da dimensão europeia da defesa — nos tempos que correm de fulcral importância.

No plano operacional, económico e industrial, Portugal deverá, por isso mesmo, beneficiar com a participação em iniciativas de pendor operacional que visam melhorar a capacidade das forças dos Estados-Membros de atuarem em conjunto para responder às crises e conflitos no exterior, nomeadamente em África.

Neste domínio, parece-nos ser fundamental uma boa cooperação e articulação entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Economia, no mapeamento das empresas portuguesas e, mesmo, no apoio da construção de consórcios nacionais e europeus.

Por outro lado, Portugal deverá apresentar propostas de projetos suscetíveis de valorizar e potenciar as capacidades nacionais, como, por exemplo, as suas infraestruturas de defesa ou outros projetos na área de cibersegurança.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deixo uma pergunta muito concreta para os Srs. Secretários de Estado: que balanço faz o atual Governo, desde o estabelecimento da PESCO, em 2017, até ao presente, sobre a participação de Portugal neste instrumento da União Europeia, assim como no Fundo Europeu de Defesa? Que benefícios tem trazido às nossas Forças Armadas, às nossas indústrias de defesa? E que contributo tem Portugal dado junto da União?

A guerra da agressão russa contra a Ucrânia expôs o mercado de defesa e dos equipamentos europeus a desafios ainda maiores, uma vez que a União e os Estados-Membros intensificaram os seus esforços para satisfazer as necessidades permanentes da defesa da Ucrânia.

Com este efeito, a União Europeia chegou a um acordo, no ano passado, sobre a ação de produção de munições e, no passado dia 15 de março, anunciou mesmo a atribuição de mais de 500 milhões de euros do orçamento comunitário para apoiar a produção de munições.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional, no passado dia 25 de junho, na última audição da Comissão de Defesa, afirmou estar — e vou citar — «... a estudar a construção de uma fábrica de munições em Portugal.» Pergunto se os estudos já estão concluídos e se vamos a tempo de a candidatar ao Projeto ASAP (Act in Support of Ammunition Production).

A União Europeia publicou recentemente a sua Estratégia Industrial Europeia de Defesa, numa tentativa de delinear a abordagem da União ao mercado europeu de defesa nos próximos anos.

Sr. Secretário de Estado, como vai Portugal aproveitar a estratégia industrial europeia? Que medidas vai adotar o Governo para garantir que não vamos perder este comboio e esta oportunidade? Que respostas nacionais têm de ser desenvolvidas para nos integrarmos na base tecnológica de Investigação e Desenvolvimento (I&D) europeia e maximizarmos o retorno destas oportunidades, mantendo a nossa indústria competitiva?

Para terminar, gostaria de deixar algumas questões aos membros do Governo.

Primeira pergunta: de que forma se insere a recente revisão estratégica da Cooperação Estruturada Permanente no contexto geral das ambições da vertente de segurança e defesa da estratégia global da União Europeia, em complementaridade, coerência e interoperabilidade com a NATO, tendo presente a necessidade de reforço do elo transatlântico e do envolvimento de outros parceiros estratégicos?

Segunda pergunta: que avaliação se faz — ou se pode fazer —, neste momento, dos progressos realizados no domínio da Cooperação Estruturada Permanente, do ponto de vista dos seus objetivos gerais, das suas metas estratégicas e de incentivos aos projetos?

Terceira pergunta: que esforços ou sinergias se promoveram, com a última revisão, entre a PESCO e as restantes iniciativas da União Europeia em matéria de segurança e defesa — como é o caso do Fundo Europeu de Defesa —, no sentido de maximizar a sua coerência e o seu reforço mútuo e tendo em conta as lições aprendidas, resultantes da implementação dos projetos PESCO já lançados?

Para terminar, estes são projetos muito importantes para Portugal e muito contribuem para o fomento da nossa economia de defesa nacional. Que desenvolvimentos se podem assinalar, no último ano, relativamente aos projetos em que Portugal participa e, sobretudo, relativamente aos projetos que Portugal lidera?

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Marina, agora a sério: bateste palmas?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas saudações pessoais que me dirigiu. Para responder, vou dar a palavra à Sr.^a Secretária de Estado da Defesa Nacional, que dispõe de 8 minutos.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigada pelas questões que colocou, todas muito pertinentes. Tomei boa nota de todas elas e vou tentar responder.

Sobre a fábrica de munições, o Sr. Deputado lembrou — e muito bem — o que foi referido pelo Sr. Ministro. Muito em breve teremos uma audição na comissão da especialidade e esse, com certeza, será o momento ideal para ser o próprio Ministro da Defesa a responder a essa pergunta.

Sobre o balanço dos projetos PESCO, julgo que o melhor balanço que podemos fazer é recordar o relatório do Secretariado da PESCO, de julho deste ano, que faz menção ao projeto EU CAIH, liderado por Portugal, que diz expressamente que «estabeleceu com êxito um quadro de cooperação permanente, reforçando o ensino e a formação no domínio da ciberdefesa, promovendo uma abordagem europeia sólida e unificada e criando uma comunidade de ciberdefesa resiliente e qualificada na União Europeia». Este é um dos relatórios que fala expressamente deste projeto, liderado por Portugal, que, aliás, é coordenado pela Direção-Geral de Recursos e da Defesa Nacional.

Mas também noutros projetos o balanço do Governo é particularmente positivo. No caso do projeto MUSAS, com um sistema marítimo antissubmarino não-tripulado, que é coordenado pela Marinha Portuguesa, o balanço é que há um trabalho de colmatação de lacunas de normas para sistemas C3, para plataformas e sensores não-tripulados heterogéneos, o que tem vindo a criar capacidades reforçadas e novas funcionalidades.

Desse ponto de vista, um destaque para o papel-chave da indústria e dos centros de investigação, contribuindo ativamente para o desenvolvimento de capacidades da União Europeia. Este é mais um projeto que é liderado pela União Europeia e que alavanca a economia de defesa nacional e, sobretudo, a Base Tecnológica Industrial de Defesa Europeia.

O projeto AMIDA-UT, mais um coordenado por Portugal, é um projeto de modelação automatizada, identificação e avaliação de danos do terreno urbano, em vigor desde 2021, neste caso coordenado pelo Exército. O balanço que fazemos também é particularmente positivo, porque, desde logo, contribui claramente para as áreas de foco da CARD (Coordinated Annual Review on Defence), baseado na exploração de oportunidades de desenvolvimento colaborativo e de atividades de investigação e tecnologia em várias áreas: fusão de dados de inteligência artificial, sensores, materiais emergentes e sistemas de propulsão energeticamente eficientes, sistemas não tripulados e robótica.

Portanto, na verdade, a nossa indústria nacional tem apresentado produtos e soluções de modelagem 3D avançada em contexto urbano, que estão particularmente contextualizadas neste projeto, sendo mais um exemplo de que, nos três projetos em que Portugal lidera, estamos efetivamente com um balanço muito positivo.

Há uma questão também importante, que é um projeto em que Portugal era observador e que foi concluído em abril — o projeto European Medical Command (EMC). Julgo que foi referido que Portugal fazia parte de 40 projetos, mas, na verdade, nós fazemos parte de 39 projetos, exatamente porque este último já foi concluído em abril.

Julgo que tudo isto revela, com particular acutilância, que a PESCO representa oportunidades inegáveis para o desenvolvimento de capacidades para as Forças Armadas, bem como sinergias entre a indústria, centros de investigação tecnológica e economia.

E, neste caso, a economia de defesa é muito importante, Sr. Deputado, estou absolutamente de acordo. A sinergia que o Ministério da Economia, o Ministério da Defesa Nacional e também outros Ministérios estão a fazer para alavancar a nossa economia de defesa é particularmente importante para nós, também estimulando tudo o que é inovação tecnológica nas universidades, aumentando, assim, a sua competitividade e, sobretudo, criando oportunidades de negócio para as pequenas e médias empresas, que são a base do nosso tecido industrial, que é tão importante para criar valor do ponto de vista europeu.

Deixo uma nota, também, sobre o futuro. O Sr. Deputado fala de uma revisão estratégica da PESCO e de como é que Portugal se posiciona nesta matéria. Sabemos que a revisão está em curso. Temos defendido uma abordagem mais simples, mais pragmática, mais atualizada.

Na realidade, o relatório Draghi sobre a competitividade na União Europeia é particularmente importante nesta matéria, porque é o próprio relatório que salienta a importância de reduzir encargos administrativos e de reforçar o mercado interno, e parece-nos que a revisão em curso da PESCO também vai aproveitar as suas principais recomendações. Este relatório deverá estar concluído no final deste ano, para estar operacional e ser implementado a partir de 2026.

No nosso entendimento, esta revisão estratégica é uma oportunidade para superar lacunas e satisfazer necessidades de capacidade e promover a interoperabilidade.

Na nossa perspetiva, também são necessários compromissos mais vinculativos, aquilo a que no jargão institucional se chama «*more binding commitments*», ou seja, maior coerência, mais sinergia também com a NATO, mas, também, sinergias entre as iniciativas NATO e a União Europeia — com a Cooperação Estruturada Permanente e também o Fundo Europeu de Desenvolvimento —, para desenvolver as capacidades táticas e operacionais. Portanto, desse ponto de vista, também acompanhamos as conclusões do relatório Draghi.

Uma última nota sobre a próxima Comissão, liderada pela Presidente von der Leyen, que julgo que nos deve a todos empenhar para uma reflexão que vai começar muito em breve e que é a seguinte: o que é que esta nova Comissão, que vai ter, desde logo, um Comissário da Defesa e do Espaço — mas, pela primeira vez, um Comissário da Defesa! —, vai trazer? É com grande expectativa que estamos à espera do funcionamento desta nova Comissão.

Sabemos que o Comissário da Defesa e do Espaço — e é muito importante o espaço aparecer claramente como um domínio operacional alocado à defesa no seu todo — não vai desempenhar qualquer papel nas operações militares, não terá sob a sua responsabilidade ou sob a sua tutela instrumentos como a PESCO, que se mantêm como prerrogativas dos Estados-Membros, mas também há, claramente, um apoio muito importante da relação complementar deste novo Comissário da Defesa e do Espaço com a Alta Representante e, também, com o Comissário da Prosperidade e Estratégia Industrial.

Também será interessante testemunhar este triângulo: teremos uma Alta Representante, da Estónia, um Comissário da Defesa e do Espaço, da Lituânia, e um Comissário Industrial francês. Uma coisa é certa: a defesa europeia é claramente uma prioridade e para nós, Governo, vai permanecer uma grande prioridade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa tem indicação de que haverá duas perguntas repartidas entre dois Srs. Deputados do Chega.

Agora, para formular uma pergunta, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Bruno Nunes, que dispõe, ao todo, de 6 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, creio que estamos no ano certo, porque já em data anterior isto acontecia: sempre que ouço ou que vimos a esta Câmara falar da CEP, há uma projeção da realidade no espaço e no tempo por parte do Governo. Olhando para as Forças Armadas portuguesas ou não estamos a falar da mesma coisa ou, então, neste caso, temos uma realidade aumentada a qual não conseguimos entender.

Esta coisa da Europa sempre teve um debate fantástico quando vimos para este Plenário. Aliás, tão fantástico que no ponto anterior ouvimos o Sr. Deputado Rui Tavares a falar das ligações e do «desfilar ao lado de nazis», quando me recordo que o Sr. Deputado, enquanto Eurodeputado, dividia, de facto, o seu gabinete com um ex-informador da Stasi...

Risos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... e esses, sim, tinham ligações complicadas às polícias secretas comunistas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Prove, prove!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Falando da Europa, acho interessante que os comunistas mantenham a sua presença na Sala, quando não gostam da NATO...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... e acham que a NATO pouco vai ajudar na evolução dos conflitos da Europa.

Aplausos do CH.

Mas quando falamos da Cooperação Estruturada Permanente, e concordando com os princípios, temos, obviamente, de perceber de onde vimos, onde estamos e para onde queremos ir.

Na realidade, parece um chavão estarmos a dizer mais do mesmo, mas, felizmente, temos um Ministro dos Negócios Estrangeiros que acumula a pasta dos assuntos europeus. Isto porque, no mandato anterior, António Costa utilizou os assuntos europeus para se pavonear pela Europa e assegurar que se apresentava à Europa, garantindo, assim, que seria eleito para o Conselho Europeu.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Resultou, para o Partido Socialista, foi para isso que serviram os assuntos europeus e para absolutamente mais nada.

Mas quando estava a preparar esta audição, fui à procura de um excerto de uma audição regimental que aconteceu em 2017, nesta Casa, no âmbito da Comissão dos Assuntos Europeus. E, na altura, o então Eurodeputado do PSD — federalista, assumidamente federalista! — veio assumir um posicionamento desde 1986.

Acho que é importante, quando falamos da CEP, entender qual é a visão do Governo para o futuro da Europa, qual é a política estratégica e até ideológica e onde é que estamos.

Ora bem, na altura, o então Eurodeputado dizia que estas questões da soberania, e de os Estados acharem que ter direito à sua própria defesa era uma questão de soberania, estavam ultrapassadas, porque mais tarde ou mais cedo, estaríamos nos Estados unidos da Europa e, portanto, esta coisa era assim uma coisa meio provinciana, de Portugal.

Ora, o Eurodeputado da altura era Paulo Rangel,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... atual Ministro dos Negócios Estrangeiros.

A primeira pergunta que deixo é se o Governo de hoje, do PSD ou da AD, mantém uma visão federalista na sua relação internacional e se tem este princípio da quebra de soberania. Pergunto se considera, com este projeto da CEP, que estamos a ser demasiado parolos e provincianos ao querer desenvolver isto em Portugal, porque foi aquilo que transmitiram no passado.

Paulo Rangel, inclusive, colocava outra questão. Em 2017, questionado por Vitalino Canas, achava que esta coisa da defesa devia ser conjugada com a segurança nacional, porque tínhamos três eixos que eram preocupantes na altura — pasme-se com a capacidade de visão de Paulo Rangel.

O primeiro era a ameaça da Rússia, confere, mantém-se, é atual. O segundo, ouçam com atenção, era o perigo dos novos fluxos migratórios descontrolados. Está dito e está gravado, salve Eurodeputado Paulo Rangel, volte que está perdoado! O terceiro eixo, que também é atual, tinha a ver com a instabilidade política nos Estados Unidos, em cima das eleições que aí vinham.

Dizia ele que era importante juntarmos a segurança e a defesa a tal ponto que, eventualmente, deveriam estar sob a alçada do mesmo Ministério.

Meus Senhores, olhando para a proposta que deu entrada pelo PSD e pelo Governo na 1.^a Comissão, a dizer que o patrulhamento das águas portuguesas deve passar a ser feito pela GNR, passando por cima da Marinha, desresponsabilizando a Marinha e deixando as Forças Armadas de joelho no chão, como os senhores e o

Partido Socialista têm deixado, acham que, de facto, vale a pena irmos para aqui falar da CEP sem primeiro organizarmos a casa e sermos responsáveis com as nossas políticas de defesa nacional?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado Diogo Pacheco de Amorim. Peço desculpa, o Sr. Deputado Rui Tavares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, é para comunicar que...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não podes!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Lê o Regimento!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, com efeito, esta intervenção, por parte do Chega, está dividida em duas perguntas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas é sobre esta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pelo que, então, vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado Diogo Pacheco de Amorim e, no final, faz a sua interpelação, Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não tenho objeções, não perdem pela demora!

Protestos do CH e contraprotestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Diogo Pacheco de Amorim, dispondo de 2 minutos e 4 segundos.

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, no âmbito da PESCO, a Comissão Europeia apresentou ontem a primeira estratégia industrial de defesa europeia, um *pack* de novas ações de apoio à indústria de defesa e, entre essas novas ações, é de assegurar que os orçamentos nacionais, bem como o orçamento da União Europeia, irão apoiar, com os meios necessários, a adaptação das indústrias de defesa nacionais e europeia ao novo contexto de segurança.

Ora, o Governo português comprometeu-se a dedicar, até 2030, 2 % do PIB para a defesa. Contudo, 23 dos nossos parceiros da União Europeia já assumiram o compromisso de dedicarem, para o mesmo fim, entre 2,5 % a 3 % do seu PIB.

Frente a isto, tendo em conta quer a referida estratégia de defesa europeia, quer os crescentes desafios para a nossa segurança, que decorrem da atual situação internacional, considera o Governo que aqueles 2 % são suficientes?

Prevejo que os Srs. Secretários de Estado, sem grande surpresa, me dirão que, não sendo seguramente suficientes, será aquilo que podemos. Mas a pergunta subsiste: e não poderemos mais? Esta é a primeira questão.

A segunda é: qual a percentagem, dessa percentagem do PIB a alocar, que será destinada à tão urgente reconstrução da nossa indústria de defesa?

Antecipadamente, muito obrigado, Srs. Secretários do Estado, e muito obrigado também, Sr. Presidente.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Tavares queria usar da palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, é apenas para comunicar que enviarei à Mesa um artigo do Instituto Robert Lansing...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não é preciso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... acerca de infiltrações — sim! — de ex-membros da Stasi e do aparelho dirigente da RDA (República Democrática Alemã), não no Partido Verde Europeu, de que o Livre faz orgulhosamente parte, mas precisamente na AfD (Alternative für Deutschland),...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ai era?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... parceira do Chega na União Europeia.

Protestos de Deputados do CH.

Quem faz parte de um grupo político e entrou nele sabendo que tinha membros da Stasi é o Sr. Deputado Bruno Nunes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, será feita a distribuição.

O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, mesmo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, muito rapidamente, é apenas para o Sr. Presidente manter a verdade neste debate.

É que a AfD não pertence ao grupo onde está o Chega.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Têm de estudar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, sei que o Sr. Deputado Rui Tavares não percebe isso, mas estão em grupos totalmente distintos.

Protestos do L e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar oportunidade ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de responder às perguntas que foram colocadas pelos dois Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Chega.

Continuação de protestos do L e de contraprotestos do CH.

O debate político sobre matéria que não está em causa pode ser feito noutra espaço.

Sr. Secretário de Estado, faça favor.

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruno Nunes, sobre a posição do Governo de Portugal em relação à política de defesa, sobre a posição de Portugal no seio da União Europeia, esta é muito clara e tem como grandes esteios a posição

de Portugal na Europa, a posição de Portugal no Atlântico e a nossa visão humanista, mas, ao mesmo tempo, de um Estado soberano.

Por isso, somos membros da Cooperação Estruturada Permanente desde 2017, e estamos firmemente empenhados nessa cooperação, como já aqui foi dito, em complementaridade com a nossa presença na NATO, e, evidentemente, sempre com o reforço da componente nacional das nossas Forças Armadas.

Esta é uma posição bastante clara, equilibrada e que tem sido estável na posição política do Partido Social Democrata e do CDS-PP, e, como tal, deste Governo.

Quanto às matérias mais relacionadas com o papel das Forças Armadas Portuguesas e do Ministério da Defesa em Portugal, irá intervir a Sr.^a Secretária de Estado da Defesa Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, para colocar um conjunto de perguntas, dispondo de 4 minutos. Faça favor.

Pausa.

Peço desculpa, para completar a resposta, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Defesa Nacional.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, prometo ser breve, mas não queria deixar de responder, agradecendo as perguntas, antes do mais.

Como o Sr. Deputado sabe bem, os 2 % foram definidos em 2014, na Cimeira de Gales, na altura, dizendo que «até 2024, no prazo de 10 anos, os aliados da NATO devem chegar a esse investimento». Era um compromisso político, não era mandatário, mas a verdade é que foi mandatário politicamente para todos os aliados.

Hoje, em 2024, o contexto geopolítico que temos é bastante diferente, embora na altura, com a Crimeia, já houvesse esta urgência de afirmação da defesa europeia.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Na altura?!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — Sabemos como em 2024 os 2 % eram o patamar mínimo. Aliás, o anterior Secretário-Geral da NATO Jens Stoltenberg referiu isso várias vezes. Mark Rutte, nem de propósito, fez uma visita-surpresa hoje a Kyiv, onde voltou a reforçar o apoio da NATO à Ucrânia pelo tempo que for necessário, e Portugal acompanha totalmente esse entendimento.

Mas, do ponto de vista interno, olhamos para os 2 %, efetivamente, como uma meta a atingir até 2029, no máximo. Estamos, obviamente, a organizar, a arrumar a casa o mais possível para que isso aconteça o quanto antes, mas também estamos cientes de que isto não é uma meta definitiva. Ou seja, é para continuarmos a investir em defesa para lá dos 2 % e para lá de 2029. Isso é muito claro.

Como também é muito claro que há uma métrica, quer da Agência Europeia de Defesa, quer da NATO, que impele os Estados-Membros a equilibrarem aquilo que deve ser essa percentagem, com 40 % a serem para investigação e tecnologia e 40 % para investimento em capacidades, o que nos deixaria 20 % para o chamado «*personnel*». Nós sabemos que muitos aliados, que hoje em dia até já investem 3 %, 4 %, têm uma fatia muito grande para o *personnel*, que é algo que nós tentamos, sobretudo em Portugal, equilibrar.

Portanto, o que lhe posso assegurar, Sr. Deputado, é que estamos a trabalhar, não só para chegar aos 2 %, mas sobretudo para que as métricas estejam equilibradas.

Uma última nota para dizer que também acompanhamos com particular interesse esta discussão da estratégia industrial de defesa, sendo que o Sr. Deputado referiu, e muito bem, que, ontem, acabou por se avançar com uma proposta para reforçar esta proposta de mecanismo, de plano da estratégia industrial de defesa.

Portugal olha para a Estratégia Industrial de Defesa Europeia como um catalisador para a nossa estratégia nacional, até porque ela avança com três questões que me parecem muito importantes. Por um lado, a questão de facilitar a criação de consórcios europeus de capacidade de defesa, o que é, de facto, muito relevante para o tecido industrial português, nomeadamente para as pequenas e médias empresas. Depois, a questão do

lançamento de projetos europeus de defesa de interesse comum; e uma das áreas que foi identificada, além do espaço, é a área ciber, que é uma área na qual Portugal tem estado particularmente empenhado. Por fim, a questão da criação de uma estrutura para o Programa Europeu de Armamento e a criação de um fundo para acelerar a transformação da cadeia de abastecimento da defesa, questões que, obviamente, são muito importantes para alavancarmos a indústria da defesa nacional, e é por isso que, mais uma vez, é tão importante que esta questão seja consensual e transversal a todos os grupos parlamentares, porque é a defesa nacional que está, efetivamente, em causa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Agora sim, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva dispõe de 4 minutos para fazer perguntas. Faça favor.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, começo por dar duas notas, antes de passar àquilo que tinha pensado dizer nesta intervenção e nestas questões a colocar ao Governo.

Primeiro, uma nota positiva ao Governo. Muitas vezes, não só neste mandato como em outros, os partidos costumam reclamar quando em alguns debates o Governo não marca presença, e, portanto, quando marca presença com duas tutelas num debate específico também deve ser valorizado. Fica esta nota positiva ao Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Segunda nota: a Sr.^a Secretária de Estado falou de um triângulo no âmbito da Comissão Europeia, e eu gosto de ressaltar outro triângulo, até por causa do apoio à Ucrânia e do exemplo que deu hoje, que é o triângulo com o novo Secretário-Geral da NATO, com a futura *High Representative*, Alta Representante Kaja Callas e, também, com a futura Presidente do Comité de Defesa no Parlamento Europeu, três liberais que espero — é a minha expectativa — que ponham sempre o apoio à Ucrânia na primeira linha dos próximos tempos da União Europeia.

Portugal é um país com uma longa tradição de compromisso com a segurança internacional e a cooperação no seio das instituições, não só europeias, mas outras multilaterais. É nesse contexto que a nossa participação na Cooperação Estruturada Permanente não é nem foi apenas uma questão de alinhamento com os nossos parceiros, nem deve ser apenas vista como um gesto simbólico, mas sim como uma contribuição concreta para a construção de uma Europa mais segura e estrategicamente autónoma, obviamente, tendo sempre presente que o alinhamento com os interesses europeus não deve nunca diluir as prioridades nacionais.

Portugal deve, por isso, garantir que a sua participação nos projetos PESCO seja orientada para uma estratégia clara e de valor acrescentado, que fortaleça as nossas capacidades nacionais sem descuidar as nossas necessidades específicas de segurança, sobretudo no Atlântico. E isto deve trazer benefícios tangíveis para o País.

Não podemos ser meros espectadores ou, pior ainda, contribuidores passivos sem retorno visível. Até porque, como referi, os interesses de Portugal são um forte complemento para toda a Europa, sobretudo pela realidade atlântica. E é por isso que devemos assegurar que a União Europeia, e com ela a PESCO, não se torne numa entidade que procura replicar outras estruturas. Devemos sempre — e Portugal deve ter um papel essencial nisso — garantir que isto é complementar àquilo que é a NATO, reforçando esse equilíbrio.

E numa nota derivada da visita que a Comissão de Defesa fez, ainda nesta semana, às instituições europeias e à NATO, quero dizer também que o cuidado que temos de ter com a possível duplicação ou redundâncias é no próprio seio da União, porque há entidades das direções-gerais que respondem à Comissão e que podem ser redundantes com agências intergovernamentais. É preciso ter cuidado com isso, devemos estar atentos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos perante uma fase crítica da construção europeia. O sucesso da PESCO e, com ela, da União Europeia, também como entidade de segurança e defesa, depende de decisões criteriosas de um escrutínio constante. A nossa participação deve ser encarada com uma visão estratégica e, como ouvimos de portugueses que estão nas organizações da Europa, com mais ambição. Deve ser menos voluntarista, e, por isso, temos de maximizar o nosso contributo através de uma estratégia, dessa ambição que referi, de

estruturas nacionais da defesa e além da defesa que falam entre si, e que as decisões tomadas reflitam os interesses nacionais e europeus em pé de igualdade.

A pergunta que fica aos Srs. Secretários de Estado — e isto deriva do *feedback* que tivemos dos portugueses que trabalham quer na Direção-Geral, quer nas agências com quem estivemos — é esta: que medidas concretas está o Governo a tomar para garantir que as várias estruturas nacionais, não apenas as de defesa, mas também de ciência, indústria e tecnologia, estão a trabalhar de forma integrada e com visão de longo prazo para maximizar o nosso contributo e a nossa participação na PESCO, efetivando, lá está, uma cooperação estruturada permanente?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, se faz favor, dispõe de 4 minutos para responder.

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, quero também saudá-lo, começando pelo cumprimento que fez à bancada do Governo para dizer que, de facto, esta é uma matéria que o Governo entende que tem de ser vista de forma integrada, e por isso está aqui presente o Ministério dos Negócios Estrangeiros e também o Ministério da Defesa Nacional.

Esta complementaridade entre Negócios Estrangeiros e Defesa Nacional é a mesma complementaridade que defendemos, e que é a visão clara do Governo de Portugal, entre aquelas que devem ser as componentes europeias de defesa e aquela que deve ser a componente atlântica.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sim, sim!

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — Esse também foi um fator que referiu e que, penso, nunca é demais sublinhar, não apenas por aspetos práticos, que também são muito importantes, quanto à redundância de estruturas, mas também porque a visão de Portugal, como disse, não é de mero alinhamento. Nós sempre fomos um país simultaneamente europeísta e atlântico, e essa nossa génese é o esteio da visão que temos daquela que deve ser a abordagem à dimensão europeia da defesa, sempre em complementaridade e articulação com a NATO.

Por isso, da mesma forma, o que está a ser feito a nível das estruturas, a nível das direções-gerais, é nesse sentido; e é sempre com uma visão duplamente humanista no sentido da construção da paz, mas também sabendo que vivemos em tempos iminentemente geopolíticos, que nós abordamos esta matéria, e continuaremos nessa senda.

Esta poderá ser a primeira vez — não sei se será a primeira vez, mas neste Governo é — que estão aqui dois Secretários de Estado, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, para responder a estas questões, mas não será a última; e continuamos a articular estas matérias, porque esta visão integral e de complementaridade é, de facto, a única que assegura uma verdadeira visão geopolítica nestas matérias.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — É só o Sr. Secretário de Estado a responder, certo?

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Então, agora, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 3 minutos e 30 segundos para fazer perguntas. Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento a bancada do Governo e começo por lhe perguntar se reconhece esta imagem.

O orador exibiu a imagem que mencionou.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É uma imagem partilhada por um Deputado do Chega, publicada pela página do Chega, onde, supostamente, se denuncia uma gravíssima violação à soberania nacional: 16 navios pesqueiros com bandeira chinesa estariam na zona económica exclusiva dos Açores a pescar de forma ilegal.

O alerta chegou à Força Aérea Portuguesa, que ativou uma aeronave *P-3 Orion* que, durante sete horas, andou à procura de... gambozinos!

Risos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

Porque o alerta era falso!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Foram 45 000 €!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Tratou-se de um caso gravíssimo de falsificação de dados do sistema de identificação automática, difundido pelo Chega, um partido parlamentar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — És Deputado único!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e que custou 45 000 € ao erário público, mas custou também à reputação da defesa nacional.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E onde é que estão os teus Deputados? Lá?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso, a pergunta que faço à bancada do Governo é se já foi alterado algum protocolo para tornar a defesa nacional menos permeável às campanhas de desinformação da extrema-direita, que são — sim! — uma ameaça à soberania nacional e à defesa nacional, como aqui se verificou; mas também ao erário público e ao uso dos meios de socorro e de salvamento,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O teu ordenado é que é mal-empregado!

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... dos meios do Exército português, das Forças Armadas. E nós não largaremos este assunto, ele é uma vergonha e uma profunda irresponsabilidade.

Aplausos do L.

E esperamos que o Exército português, que as Forças Armadas passem a ter o cuidado e os protocolos suficientes para garantir que uma publicação irresponsável, difundida pelo Chega, não faça com que se usem meios da defesa nacional para andar à procura de barcos pesqueiros que não existem.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

A segunda pergunta é sobre a Frontex (Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira). Uma investigação do *Le Monde* e do *Der Spiegel*, confirmada por um relatório europeu, veio demonstrar que a Frontex é responsável por crimes hediondos, que utiliza *pushbacks* e não emite alertas quando deve socorrer pessoas.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Um grande *pushback* tiveram vocês nas eleições!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Morreram 650 pessoas, junto à costa Líbia, porque a Frontex não atuou.

Portugal participa na Frontex, os profissionais das forças de segurança do Exército português participam na Frontex, e eu pergunto ao Governo português o que é que tem feito para garantir que a Frontex deixe de violar os direitos humanos.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Tenho uma última pergunta. A Ucrânia merece toda a nossa solidariedade, tem direito à sua autodeterminação, ao respeito pela sua integridade territorial, e tem havido um debate legítimo sobre se o armamento de longo alcance, mísseis de longo alcance fornecidos pela NATO, deve ou não atingir território russo.

Esta questão tem sido divisiva e eu pergunto diretamente ao Governo português se acha, ou não, que o armamento fornecido pela NATO deve atingir território russo, e se isso não pode corresponder a um escalar do conflito entre a...

O microfone do orador foi desligado.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Tira a melancia!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

Pausa.

O Sr. Deputado ainda tem tempo, não sei porque é que aconteceu... deve ser falha do micro!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, deve ter sido um erro técnico,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Porque é que parou de falar?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... mas eu concluí o meu raciocínio. São coisas que acontecem...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se quiser acabar...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não, não, não, Sr. Presidente! Eu concluí a ideia.

O Sr. **Presidente**: — Sim?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sim, sim. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Para responder, vou dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, gostaria, antes de mais, e talvez também para trazer alguma serenidade a este debate, de referir um elemento que ainda não ouvi aqui esta tarde-noite, sobre a atuação das Forças Armadas portuguesas. E faço-o propositadamente, não deixo para a minha colega Secretária de Estado da Defesa Nacional, que falará a seguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — No sábado passado, fui representar o Governo de Portugal ao Aeroporto de Figo Maduro, para receber um primeiro repatriamento de 28 portugueses e dos seus familiares diretos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — Estes cidadãos portugueses vieram do Líbano, um território que, como todos sabemos, vive em guerra — repito, um território que, como todos sabemos, vive em guerra,...

Vozes do BE: — Está a ser invadido!

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — ... não está numa situação de paz —, e a Força Aérea Portuguesa, numa missão que até surpreendeu alguns dos nossos congéneres europeus, resgatou, evacuou do Líbano estes cidadãos portugueses. Foi uma operação que envolveu, como é sabido, um avião que fez vários voos do Líbano para o Chipre e, depois, outro voo do Chipre para Lisboa.

Foi uma missão executada com todo o sucesso e com todo o brio e foi uma demonstração cabal da capacidade das Forças Armadas e da Força Aérea de Portugal. E eu queria deixar aqui este registo!

Relativamente a outras questões que foram colocadas, algumas das quais não vou de todo comentar, evidentemente que a posição de Portugal é sempre humanista, e é uma posição claramente humanista naquilo que diz respeito às políticas de imigração e naquilo que diz respeito ao acolhimento de refugiados. E é esse o contributo que Portugal tem dado no contexto europeu e que este Governo irá continuar firmemente — firmemente! — a dar, no contexto europeu.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — Nós temos uma visão humanista, da qual não vamos abdicar, do que é a política migratória e do que é o apoio aos refugiados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Secretária de Estado vai usar também da palavra, no tempo que sobra?

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, então.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigada pelas questões que colocou, porque dá-nos oportunidade de clarificar aqui três questões essenciais.

A primeira é que...

O Sr. **Presidente**: — Tem 30 segundos.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — Bom, então, muito rapidamente, é muito importante que existam protocolos para a desinformação. A União Europeia está a fazer um trabalho extraordinário nessa matéria, os Estados-Membros, no âmbito da União Europeia, estão a reforçar essa matéria e a desinformação não é algo só para a Defesa Nacional, é para todos os setores governamentais.

De qualquer maneira, falou de um caso específico e esse caso específico é a ilustração clara de que as nossas Forças Armadas estão sempre em prontidão e capazes de atuar em todo e qualquer cenário.

Aplausos do PSD.

O segundo ponto de clarificação muito rápida, tem a ver com a Frontex. Portugal acompanha em absoluto o entendimento da União Europeia, e precisamos de reforçar de forma sustentável as nossas fronteiras do ponto de vista externo.

Último ponto, sobre a Ucrânia: mais importante do que tudo é nós dizermos o que é que Portugal tem vindo a fazer sobre a Ucrânia, sempre de forma coordenada com a NATO e, desse ponto...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — As munições não chegaram!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Ministra beneficiou de mais 12 segundos, que foram disponibilizados pelo Bloco de Esquerda,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas não podia! Segundo o Regimento, não podia!

O Sr. **Presidente**: — ... para poder dar a resposta, só que mesmo assim não chegou e, portanto, terá de ficar para outra oportunidade.

Vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, que, para formular as perguntas do Partido Comunista Português, dispõe de 3 minutos. Faça favor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado e Sr. Secretário de Estado, nós sabemos que o Governo se faz representar nos debates parlamentares por quem muito bem entende, e os membros do Governo aqui presentes são sempre muito bem-vindos a esta Assembleia. Mas não deixo de assinalar o facto de, tanto quanto me recordo, esta ser a primeira vez que se discute no Plenário da Assembleia da República a Cooperação Estruturada Permanente na ausência do Sr. Ministro da Defesa Nacional — o que não deixa de ser um pouco insólito!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É público, não está em Portugal.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Bom, podemos admitir várias possibilidades: ou o Sr. Ministro da Defesa Nacional está muito ocupado em missões de defesa da integridade do território nacional...

Risos do CH.

... ou, quando o Sr. Ministro da Defesa fala, normalmente, o Governo fica embaraçado...

Risos do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e, portanto, podemos até admitir que ou o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares lhe pede encarecidamente que não venha ou o Sr. Primeiro-Ministro lhe ordena, perentoriamente, que não venha.

Em todo o caso, discutimos a Cooperação Estruturada Permanente, que é uma forma de a União Europeia ultrapassar os tratados, em matéria daquilo que está previsto no direito comunitário, em matéria de defesa, e fazer um apelo aos Estados-Membros para que cumpram as metas definidas relativamente às necessidades que a Comissão Europeia considera serem as necessidades de armamento da União Europeia.

Como a União Europeia não tem um exército — e ainda bem que não tem — e as capacidades têm de ser obtidas por cada um dos Estados-Membros, esta Cooperação Estruturada Permanente é, assim, uma espécie de PRR das armas. Ou seja, a União Europeia tem o livro de cheques e os Estados que estejam interessados em recorrer a ele que se juntem, através de processos de cooperação, para que adquiram armamentos que a União Europeia considera que são necessários.

Creio que vale a pena, desde logo, não estabelecermos a amálgama permanente que se tem estabelecido no discurso político em Portugal entre a NATO e a União Europeia, na medida em que há países da NATO que

não são membros da União Europeia e há quatro países da União Europeia que não são membros da NATO. E, portanto, também é importante respeitar esses países que preservam a sua autonomia, a sua soberania nacional e que não podem ser vinculados, de maneira nenhuma, àquilo que são objetivos estabelecidos no âmbito da NATO.

Agora, creio que importa referir o seguinte: com estes projetos de Cooperação Estruturada Permanente, importa ver qual é o interesse nacional que se defende aqui. Porque, mais dia menos dia, arriscamo-nos, no âmbito destes projetos, a estar a gastar recursos nacionais para projetos que pouco têm a ver com a defesa do interesse nacional, enquanto se deixa degradar o arsenal do Alfeite. Portanto, creio que o estado de degradação a que os Governos têm submetido o arsenal do Alfeite, essa sim, devia ser uma grande prioridade para a defesa nacional.

Aplausos do PCP e do BE.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E é!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra à Sr.^a Secretária de Estado da Defesa Nacional, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, julgo que me vão desculpar pela inconfidência de, publicamente, referir a agenda do Sr. Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É público, o Sr. Deputado sabe!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — O Sr. Ministro da Defesa Nacional — é público — está na Roménia, desde ontem, aliás, para acompanhar os nossos 225 militares que prestam serviço no âmbito da NATO, para reforçar o nosso empenho no flanco Leste, mas também para dar as boas-vindas ao reforço de 40 militares,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pimba!

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional**: — ... Rangers das Operações Especiais, que vão estar empenhados nos próximos seis meses, na Roménia, no flanco Leste.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quero aproveitar também para referir — já agora! — que amanhã o Sr. Ministro estará na Grécia, na ilha de Lesbos, para acompanhar a missão Frontex, onde temos 14 elementos da Polícia Marítima em operações de vigilância e controlo de fronteira externa da União Europeia.

Temos, como eu há pouco dizia, 30 operações em 2004.

O Sr. Ministro está a tentar acompanhar as nossas FND (Forças Nacionais Destacadas), que, de facto, em todo o mundo têm tido um reconhecimento absolutamente inequívoco, com a particularidade de que somos, porventura, as únicas Forças Armadas do mundo que não têm nenhum *caveat*, ou seja, não temos nenhuma limitação no empenhamento que fazemos, e isto deve-nos orgulhar e ser salientado por todos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Desde que ele esteja caladinho! É preciso é que não abra a boca!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 3 minutos para perguntas. Faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^a Secretária de Estado, nós tivemos a sorte de viver num tempo, neste continente, que foi um tempo abençoado ao qual chamámos «pós-guerra»,...

Vozes do CH: — Abençoado?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e é fácil perceber porque é que esse nome, que parece meramente descritivo, encerra muito por trás dele. Encerra a crença de que no continente europeu não voltaríamos a viver as tragédias do passado.

Mas nesse passado também houve um tempo em que se acreditou que se vivia num pós-guerra, a seguir à Primeira Guerra Mundial, e se criaram instituições, algumas das quais pretendiam fazer o mesmo que as nossas pretendem fazer agora. Durou uma década e meia. E esse pós-guerra, pós-Grande Guerra, teve de mudar de nome, porque já não se chamou só Grande Guerra àquela, que passou a ser a Primeira Guerra Mundial, porque houve uma segunda, e aquele pós-guerra passou a ser entreguerras.

Acho que já toda a gente percebeu que, em particular depois do dia 24 de fevereiro de 2022, já não vivemos exatamente naquele pós-guerra a que estávamos habituados. Ainda não temos um novo nome para o período histórico que estamos a viver, mas esperamos todos, neste continente, que não venhamos um dia a ter de chamar a este um longo entreguerras, interrompido por uma nova guerra de âmbito multilateral, além daquelas regionais que tivemos.

Ora, o que vemos — e a Comissão de Defesa Nacional confirmou-o, nesta semana, com a nossa visita às instituições da União e do Tratado do Atlântico Norte — é que as análises estratégicas militares estão a ser todas revistas, de 20 ou 25 anos de distância para 3 a 5 anos de distância.

Temos de ser verdadeiros com os nossos concidadãos, porque isto significa que há debates muito difíceis a fazer. E esses debates têm de ser feitos nos parlamentos nacionais e no Parlamento Europeu, que tem pouca capacidade, por agora — precisamente porque esta cooperação foi feita apenas entre Governos, no nível intergovernamental, e o mandato do Parlamento Europeu não chega lá — de controlar exatamente o que é que se faz.

Acho que toda a gente quer segurança, mas na Europa só pode haver um tipo de segurança, que é a segurança em democracia, com escrutínio parlamentar daquilo que fazem os exércitos.

Discordo do Sr. Deputado António Filipe quando diz que a União Europeia não tem um exército: tem vários! E também temos um artigo 5.º como o do Tratado do Atlântico Norte, que é o artigo 42.º, n.º 7, que diz que, se houver uma agressão armada a um membro da União Europeia, os outros membros têm a obrigação de o socorrer militarmente. Temos vários, e tivemos uma longa fronteira na Finlândia, que era da União Europeia e não da NATO.

Isto significa para nós, muito claramente, que um debate deste tipo — e está-se a fazer tarde, devia ter outro tipo de capacidade de marcar agenda — desce a um nível muito técnico, muitas vezes, mas não tem nada de técnico, tem a ver com o nosso futuro próximo, com o dos nossos concidadãos, é assunto de vida ou de morte.

Utilizando os 15 segundos finais, Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, queria apelar para que, com o seu homólogo do Luxemburgo, pudesse envidar esforços para que pudéssemos retirar da Faixa de Gaza cidadãos luso-luxemburgueses e palestinianos que lá estão. É um assunto muito importante, e se quiser, bilateralmente...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L e do BE.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, tem a palavra para responder, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, agradeço a sua intervenção e concordo com o facto de que vivemos tempos de grande imprevisibilidade, que nos obrigam a todos a ter, por um lado, uma visão crítica e de grande

desafio perante a realidade, e, por outro lado, a humildade de sabermos que não podemos prever o futuro. E o futuro pode ser cada vez mais breve, cada vez mais por instantes, com acontecimentos que, infelizmente, mudam o mundo, marcam a vida das pessoas, e não para melhor.

Como muito bem recordou, aquilo que sabemos é o que se passou no passado. Infelizmente, a história da humanidade, a história da Europa, em particular a história do século XX, ficou marcada por grandes tragédias, devido a, por aquilo que vemos sempre, não apenas a falta de razoabilidade, mas questões muito concretas como a falta de democracia, a falta de liberdade.

Quando os extremos políticos ascendem ao poder, vemos invariavelmente essas tragédias acontecerem. Sei que isto não é pacífico em termos teóricos, mas o que é facto e o que podemos constatar é que as democracias, em regra, não fazem a guerra entre si.

Por isso, esta nossa visão de segurança é uma visão em que, sim, são importantes a defesa e a segurança, mas elas têm de estar alicerçadas nos valores profundamente europeus e profundamente portugueses, neste ano em que se comemoram os 50 anos da nossa democracia. Portugal em democracia, felizmente, não voltou a estar em guerra, como esteve no passado, quando não era uma democracia.

O que vemos é que quando as democracias proliferam a paz aumenta. Quando há poderes autocráticos, como por exemplo acontece na Rússia, vemos guerras eclodirem na Europa.

Tomei muito boa nota da sua última questão, que irei colocar pelos trâmites adequados para ver o que é que se pode fazer em relação a essa situação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, para fazer perguntas. Dispõe de 2 minutos e 30 segundos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria começar por valorizar aqui o papel das Forças Armadas, até porque o Sr. Deputado António Filipe resolveu fazer uma graçola com a ausência do Sr. Ministro da Defesa, e a Sr.^a Secretária de Estado teve a oportunidade de esclarecer o porquê dessa ausência.

De facto, ainda se pode fazer graçolas com a estabilidade das fronteiras portuguesas, mas o mesmo não se pode fazer em toda a Europa, infelizmente, e é por isso que o Sr. Ministro da Defesa está junto das tropas portuguesas que estão na Roménia em exercícios militares de dissuasão de uma ameaça que os senhores continuam a encobrir.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Estranha aliança!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É por isso que esse tipo de piadolas não poderia ser feito na Ucrânia, porque os ucranianos sofrem todos os dias e precisam de proteger as suas fronteiras!

Aplausos do PSD.

E os romenos e outros países que estão à volta, que são membros da NATO e nossos aliados, sim, beneficiam da nossa solidariedade; sim, justificam a presença dos nossos militares e justificam o apoio do Ministro da Defesa Nacional!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E continuaremos a empenhar-nos para que Portugal seja exemplar no compromisso com os seus aliados e para que, também no Parlamento português, aqueles que continuam a fazer o branqueamento da invasão russa sejam cada vez mais postos no lugar em que devem ser postos, que é o lugar do passado e não o lugar do presente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quanto à questão que está aqui em causa, Srs. Secretários de Estado, eu queria fazer a relação com o debate anterior e com o relatório Draghi.

Um dos pontos que o relatório Draghi assinala como relevante, na lógica da falta de competitividade da economia europeia, é exatamente a área da Defesa, por fragmentação e por dificuldade de competição. Há um exemplo claro, que é o exemplo do carro de combate: temos, no contexto europeu, 12 tipos de carro de combate distintos produzidos pelos diferentes países da União; os Estados Unidos têm um.

Nós importamos cerca de 78 % do material de defesa que é adquirido pelos Estados-Membros. Obviamente, com esta fragmentação e com esta dependência externa, a indústria de defesa europeia não tem condições para se afirmar.

Pergunto: pelo *know-how*, pela capacidade do sistema científico e tecnológico nacional, esta é, ou não é, uma oportunidade para Portugal? E como é que a podemos assumir?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Filipe deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, vejo-me obrigado a pedir a defesa da honra da bancada perante as acusações que foram feitas pelo Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não são acusações, são constatações!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado, dispõe de 2 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado João Almeida reagiu intempestivamente relativamente a uma observação que fiz quanto a umas declarações muito infelizes do Sr. Ministro da Defesa Nacional, e acusou-nos com uma falsidade ao dizer que o PCP estava a branquear a invasão da Ucrânia,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não! Não está!...

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Não está nada!...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... que estava a justificá-la, o que é completamente falso.

O Sr. Deputado diz que eu fiz uma graça sobre o Sr. Ministro da Defesa, mas o que o Sr. Ministro da Defesa fez e disse não foi graça nenhuma, e é gravíssimo: afirmou numa rede social, enquanto Ministro da Defesa, que estava a falar às tropas portuguesas na qualidade de Presidente do CDS. Isso é inadmissível, porque o Ministro da Defesa não pode falar às Forças Armadas portuguesas na qualidade de líder de um partido político!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto ao Sr. Deputado João Almeida se deseja prestar algum esclarecimento a esta defesa da honra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, com toda a serenidade, sem precisar desta exaltação que o Sr. Deputado António Filipe manifestou, quero dizer duas coisas.

Relativamente ao branqueamento da invasão russa da Ucrânia, toda a gente em Portugal o sabe. Aliás, em Portugal e fora de Portugal, onde estranham que ainda exista um partido que tenha essa capacidade de fazer o branqueamento — reafirmo, o branqueamento — que os senhores fazem.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É falso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): —Relativamente àquilo que disse, é falso. A declaração de que falou, mas que nunca contextualizou, porque isso implicaria da parte do PCP estar a negar aquilo que, do ponto de vista formal, é a posição do Estado português ao longo de muitos anos — isso está mais do que esclarecido e continua a ser assim —, o que aconteceu foi que a declaração foi proferida numa resposta a um jornalista, não foi dirigindo-se a militares portugueses.

O Sr. Deputado, se quer fazer graçolas... Primeiro, não faz graçolas com as fronteiras portuguesas, porque o que o senhor disse foi sobre as fronteiras portuguesas, não foi sobre o Ministro da Defesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se quiser fazer graçolas sobre o Ministro da Defesa, até o pode fazer no combate político-partidário. Tem é de o fazer com verdade, com mentira, não vale.

Aplausos do PSD.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Todos vimos!

O Sr. **Presidente:** — Para responder às perguntas do CDS-PP, dou a palavra à Sr.^a Secretária de Estado da Defesa Nacional, que dispõe de 2 minutos e 30 segundos.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Defesa Nacional:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, muito obrigada pelas questões que colocou.

Sem dúvida alguma que é uma oportunidade, não só este relatório Draghi, mas todo o ambiente que vamos viver nas próximas semanas, com o início de uma nova Comissão, e antes disso até com o próprio discurso do estado da União da Presidente von der Leyen, no sentido de medirmos o pulso aos debates que, neste momento, importam na União Europeia, onde a defesa tem um papel muito importante.

Mas como disse, e muito bem, o relatório Draghi é uma imensa oportunidade para alavancarmos a indústria de defesa europeia e, claro, as indústrias nacionais. Desse ponto de vista, julgo que o facto de o orçamento previsto ser de 1,5 mil milhões de euros, tal como foi anunciado em março deste ano, com o lançamento da estratégia, é muito importante, porque, no fundo, esta estratégia pretende financiar o aumento de produção das capacidades de defesa da União Europeia com subsídios e alavancar os mercados financeiros, facilitando a criação de consórcios europeus.

Ora, julgo que Portugal pode ser um dos maiores beneficiários deste repto, exatamente porque as nossas pequenas e médias empresas têm, algumas vezes, dificuldades em candidatar-se, em concorrer em fundos ou em consórcios maiores, ou até em liderar consórcios maiores. É desse ponto de vista que, utilizando os instrumentos da Cooperação Estruturada Permanente, mas também do Fundo Europeu de Desenvolvimento, enquadrados por esta Estratégia Industrial de Defesa Europeia, podemos efetivamente dar aqui um *boost*, uma alavancagem maior à nossa indústria de defesa, ajudando também na maior das fragilidades europeias, que consiste, como disse e muito bem, a fragmentação e a burocratização. É por isso que é preciso desfragmentar e desburocratizar.

Numa última nota, queria dizer que é muito importante que o que se faça na União Europeia esteja em total sintonia com a NATO e com o plano de defesa e capacidades da NATO, o NDPP (Processo de Planeamento de Defesa da NATO). Porquê? Porque, na realidade, só podemos estar a falar de defesa europeia se estivermos a falar de interoperabilidade. Quando fala dessa necessidade de standardização, ela tem exatamente a ver com interoperabilidade e, por isso, estamos também empenhados em alavancar ao máximo os maiores reptos do relatório Draghi em termos de competitividade da indústria europeia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Terminou o nosso debate, porque a Sr.^a Deputada do PAN não está presente e, portanto, não irá fazer nenhuma pergunta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi jantar e para a caminha!

O Sr. **Presidente**: — Agradeço ao Governo pela participação no debate, já podem ir ver a segunda parte do Futebol Clube do Porto contra o Manchester United.

Risos.

Peço agora ao Sr. Secretário da Mesa o favor de dar algumas informações à Câmara.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara de que participaram nos nossos trabalhos, por videoconferência, os Srs. Deputados Hugo Carneiro, Marco Claudino e João Antunes dos Santos, todos do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata; as Sr.^{as} Deputadas Ana Mendes Godinho e Ana Paula Bernardo e o Sr. Deputado Carlos Pereira, todos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista; e o Sr. Deputado Henrique Rocha de Freitas, do Chega.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Amanhã, a nossa sessão começará com a fixação da ordem do dia, requerida pelo PAN, sobre «Proteção e bem-estar animal em Portugal», com a discussão de várias iniciativas: Projeto de Resolução n.º 293/XVI/1.^a (PAN) — Propõe a realização de um referendo sobre a abolição das touradas em Portugal; Projetos de Lei n.ºs 270/XVI/1.^a (PAN) — Pela promoção da proteção de crianças e jovens da violência da tauromaquia, interditando a assistência e a participação a menores de 16 anos, 8/XVI/1.^a (PAN) — Densifica e alarga a tutela criminal dos animais, alterando o Código Penal, 217/XVI/1.^a (PAN) — Prevê a criação de um plano nacional de resgate animal («112 animal») e de equipas e infraestruturas de resgate animal; Projetos de Resolução n.ºs 226/XVI/1.^a (PAN) — Consagra o dia 18 de julho como o Dia Nacional do Resgate Animal, 227/XVI/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um programa «112 animal» que integre equipas de socorro e resgate animal, hospitais de campanha e demais meios de socorro animal em situação de emergência; Projetos de Lei n.ºs 216/XVI/1.^a (PAN) — Prevê a criação de planos de emergência internos para todos os alojamentos que detêm animais e criminaliza a recusa de acesso para resgate e salvamento dos mesmos em caso de emergência, 262/XVI/1.^a (CH) — Altera a Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, o Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, procedendo à inclusão de medidas especiais que permitam a criação de equipas municipais de socorro animal, 277/XVI/1.^a (BE) — Impede o apoio institucional à realização de touradas e outros espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais, 278/XVI/1.^a (BE) — Interdita a menores o trabalho em atividades tauromáquicas, profissionais ou amadoras, assim como a assistência a eventos tauromáquicos, 282/XVI/1.^a (PCP) — Aprova o regime sancionatório dos maus-tratos a animais de companhia, 285/XVI/1.^a (L) — Cria o conselho nacional para o bem-estar e proteção animal, 293/XVI/1.^a (CH) — Reforça a proteção dos animais de companhia, alterando o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro; e Projeto de Resolução n.º 328/XVI/1.^a (L) — Recomenda a abolição do transporte marítimo de animais vivos para países terceiros no prazo máximo de dois anos.

No segundo ponto, teremos a apreciação, sem tempos para debate, dos Projetos de Lei n.ºs 144/XVI/1.^a (PSD, CDS-PP) — Elevação da povoação de Salir de Matos à categoria de vila, 143/XVI/1.^a (PSD, CDS-PP) — Elevação da povoação de Salir do Porto à categoria de vila, 189/XVI/1.^a (PSD) — Elevação da povoação de Tornada à categoria de vila, 288/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Boliqueime à categoria de vila, 289/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Salir de Matos à categoria de vila, 290/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Salir do Porto à categoria de vila, 291/XVI/1.^a (PS) — Elevação da povoação de Tornada à categoria de vila, e 292/XVI/1.^a (PS) — Elevação da vila de Almancil à categoria de cidade.

No terceiro ponto, teremos em apreciação, sem tempos para debate, a conta de gerência da Assembleia da República de 2023.

No quarto ponto, teremos em apreciação, sem tempos para debate, o orçamento da Assembleia da República para 2025.

No quinto ponto, teremos em apreciação, sem tempos para debate, os Projetos de Resolução n.ºs 337/XVI/1.^a (PAR) — Designação de fiscal único para a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, e 338/XVI/1.^a (PAR) — Designação de fiscal único para a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Teremos, ainda, votações regimentais às 12 horas.

Muito obrigado, até amanhã e bom descanso.

Está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 1 minuto.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.